

GILTON GARCIA

# LUIZ GARCIA

um governante inovador



EDISE



**LUIZ GARCIA**  
um governante inovador



## GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

### *Governador*

Belivaldo Chagas Silva

### *Vice-Governadora*

Eliane Aquino Custódio

### *Secretário de Estado do Governo*

José Carlos Felizola Soares Filho



## SEGRASE - SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE

### *Diretor-Presidente*

Francisco de Assis Dantas

### *Diretor Administrativo-financeiro*

Jecson Leo de Souza Araujo

### *Diretor Industrial*

Milton Alves



## EDISE - EDITORA DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE

### *Gerente Editorial*

Jeferson Pinto Melo

### *Conselho Editorial*

Cristiano de Jesus Ferronato

Ezio Christian Déda Araújo

Irineu Silva Fontes

João Augusto Gama da Silva

Jorge Carvalho do Nascimento

José Anselmo de Oliveira

Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

Organizador  
**GILTON GARCIA**

# **LUIZ GARCIA**

## **um governante inovador**

Coautores

<b>ALBANO FRANCO</b>	<b>LUIZ EDUARDO COSTA</b>
<b>CARLOS PINNA</b>	<b>MARCOS MELO</b>
<b>JOÃO MACHADO</b>	<b>MOACYR MOTTA</b>
<b>JORGE CARVALHO</b>	<b>MURILO MELLINS</b>
<b>JOSÉ ANDERSON NASCIMENTO</b>	<b>RAIMUNDO LUIZ</b>
<b>JOSÉ FRANCISCO DA ROCHA</b>	<b>WELLINGTON MANGUEIRA</b>



**EDISE**

Aracaju

2021

**Capa**  
Clara Macedo

**Diagramação**  
Clara Macedo

**Revisão**  
Yuri Gagarin

**Pré-Impressão**  
Dalmo Macedo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Luiz Garcia [livro eletrônico] : um governante inovador / organização Gilton Garcia. -- 1. ed. -- Aracaju, SE : Segrase : EDISE, 2021. PDF

ISBN 978-65-86004-30-4

1. Memórias autobiográficas I. Garcia, Gilton.

21-57159

CDD-920

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Memórias autobiográficas 920

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Editora filiada



Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - EDISE  
Rua Propriá, 227 · Centro  
49010-020 · Aracaju · Sergipe  
Tel. +55 (79) 3205 7421 / 3205 7420  
edise@segrase.se.gov.br

# PREFÁCIO

## Luiz Garcia, um modernizador

*Belivaldo Chagas<sup>1</sup>*

O advogado e homem público Gilton Garcia faz, como filho dileto e reconhecido, uma homenagem ao seu pai. Ao mesmo tempo, enriquece a nossa história, elaborando o enfoque mais aprofundado de um período marcado por ações criativas e inovadoras, que transformaram e modernizaram Sergipe. Este período, foi o proffícuo quadriênio do Governador Luiz Garcia.

Gilton convidou pessoas do seu círculo de amizades para, juntamente com ele, escreverem o livro, conjunto de depoimentos sobre a vida de um homem que foi promotor público, advogado, professor, jornalista, e demonstrou, como político, uma capacidade rara para, efetivamente, fazer da política a arte do possível.

Junto com Gilton, os co-autores deste livro elaboram uma abordagem detalhada sobre as ações do governo Luiz Garcia; traçaram o perfil do notável homem público, e buscaram uma contextualização, demonstrando que, em vários aspectos, Garcia adiantou-se ao seu tempo. Quando,

---

<sup>1</sup> Belivaldo Chagas, defensor público, parlamentar, vice-governador e governador do estado de Sergipe.

por exemplo, criou um Banco de fomento que viria a ser o atual BANESE, proporcionou ao servidor público a estabilidade de uma Previdência moderna, financeiramente viabilizada, ao criar o IPES; projetou o futuro planejando o desenvolvimento, e deu alento ao processo de industrialização, ao atrair o Grupo Votorantim, para dar início ao polo de aproveitamento econômico dos nossos minérios. Surgia a nossa primeira fábrica de cimento, transformando as jazidas imensas de calcário em efetiva riqueza. Luiz Garcia tornou viável o sonho da Universidade Federal, concretizado alguns anos depois, quando criou a Faculdade de Medicina de Sergipe, o elo indispensável; revelou-se visionário, dando o salto de qualidade no nosso então quase inexistente turismo. Fez isso em parceria com o setor privado, a primeira das nossas PPPs. Desse arranjo, inusitado para a época, surgiu o Hotel Palace de Aracaju, com suas instalações decoradas por artistas famosos, onde também a vida social da nossa capital ali se fez intensa.

Entre os principais colaboradores no seu governo dois dos irmãos. Um, o intelectual, médico e professor, Antônio Garcia Filho. Era o principal conselheiro, e transmitia as energias criativas do bem. O sempre reverenciado Dr. Antônio, ícone da Medicina e das ideias sociais, foi o Secretário da Saúde, Educação e Cultura, e todos esses setores foram cuidadosamente valorizados. O outro irmão, o engenheiro José Garcia, vivia no Mato Grosso, veio para ajudar o irmão, projetando a rede rodoviária essencial ao desenvolvimento, e dele surgiu a ideia da Estação Rodoviária de Aracaju, um prédio na linha arquitetônica modernista que as obras em andamento de Brasília inspiravam. José Garcia retornou ao Mato Grosso, onde foi prefeito de Cuiabá e governador do estado. A família

Garcia teria um outro governador, Gilton Garcia, primeiro governador do Amapá, o próprio criador da estrutura básica daquele novo estado, antes, Território Federal.

Um outro ilustre e dinâmico integrante do governo Luiz Garcia foi um recém formado engenheiro, que era também professor, João Machado Rollemberg. Ele surpreendeu-se quando convidado para ser Secretário da Fazenda. Machado Rolemberg adequou ao tempo o nosso defasado sistema tributário, e na condição de engenheiro teve participação direta no projeto e execução do Hotel Palace. Depois, ele seria deputado federal, e caracterizou-se pela forma desassombrada de tomar graves decisões. Hoje, avançando em direção ao centenário, recorda, com carinho, a convivência com o Governador Luiz Garcia, de quem se tornou amigo, e é um dos autores deste livro.

Um detalhe: Luiz Garcia era da UDN, partido que fazia ferrenha oposição ao presidente Juscelino Kubitscheck. Mas nada o impediu de entusiasmar-se com o modelo desenvolvimentista, posto em marcha por JK, e isso lhe inspirou, também, para criar o CONDESE, Conselho do Desenvolvimento Econômico de Sergipe, no mesmo instante em que surgia a SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, órgão de planejamento e execução, que deu início ao processo de abertura da nossa região para a modernidade, sintonizando o avanço econômico às conquistas sociais.

Garcia governou nesse tempo de grandes esperanças, rápidas transformações; um tempo em que o povo brasileiro harmonizava-se com o sentimento comum de que o remédio para os nossos males atávicos, seria o desenvolvimento econômico com evolução social. Ele soube en-

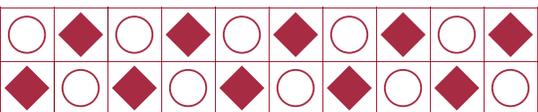
frentar o desafio de juntar Sergipe, ainda num emperrado estágio agro-pastoril, ao processo de transformação acelerada que o Brasil começava a viver.

A edição deste livro surge num momento oportuno. Nós, sergipanos, nestes dias sofridos, necessitamos de exemplos, e poderemos encontrá-los revisitando a nossa história, assim, reforçando a caminhada, coletiva e fraterna, para superar obstáculos. Mais do que nunca, fortalecendo a convicção de responsabilidade pela permanente construção da nossa história independente, que, neste 2020 chega aos 200 anos. É que temos de comemorar, lembrar, e sobretudo dar-lhe uma virtuosa continuidade.

Este livro é escrito por Gilton Garcia, Carlos Pinna de Assis, João Machado Rollemberg, Jorge Nascimento de Carvalho, Albano Franco, Murilo Mellins, Luiz Eduardo Costa, Welington Mangueira, Marcos Melo, Moacyr Soares da Motta, José Anderson Nascimento, José Francisco da Rocha e Raymundo Luiz da Silva. Então, trata-se de um conjunto de memórias, de interpretações, também de reminiscências revividas, de admiração por Luiz Garcia, tudo isso expresso nesses textos variados, e, por isso mesmo, mais ainda enriquecedores.

Luiz Garcia foi um homem público que honrou Sergipe, e este livro que trata da sua obra, é parte do memorial que a ele Sergipe está a dever.

Boa leitura.



# SUMÁRIO

13

**13** LUIZ GARCIA, POR ELE MESMO

APRESENTAÇÃO

19

35

FOTOS

CO-AUTORES

73

153

DEPOIMENTOS



## LUIZ GARCIA, por ele mesmo<sup>2</sup>

Meu pai alugou uma casa aqui e nos colocou para estudar, pois internar era impossível. Então, com uma casa aqui, uma tia e minha mãe se alternavam e ficamos estudando em Aracaju e passando as férias em Rosário do Catate. A iniciativa de colocar todos os filhos para estudar na capital foi uma visão extraordinária do meu pai. Ele dizia que não tinha fazenda, não tinha fábricas, era um homem de classe média do Rosário e achava que só tinha uma coisa a explorar nos filhos: a inteligência. Só a inteligência seria capaz de assegurar uma vida melhor para todos nós. Naquele tempo, somente duas famílias mandaram seus filhos estudarem fora. A nossa e a do Juca, chamado de Juca dos Oitocentos, proprietário rural e que levou os filhos aos estudos no Colégio Militar de Salvador.

A cidade representou para mim uma grande escola pela sabedoria e filosofia do seu povo. Minhas tias, naquele tempo, representavam um cabedal de ensinamentos que nos transmitiam, com as suas histórias, com os exemplos, o passado que elas traziam para ilustrar a nossa vida. Uma marca de uma etapa muito boa. Lembro-me das festas de natal, do carrossel do seu Julito, das cabacinhas de cera que jogávamos nas moças, no namoro, na conquista. Lembro-me dos passeios a cavalo e dos banhos de rio. Não havia água encanada. O povo tomava, em casa, o banho de cuia, e toda a rapaziada tomava banho no rio Siriri.

---

2 Entrevista concedida ao jornalista Osmário Santos, publicada no Jornal da Cidade em 24/09/1990.

Quando vivi a época do meu curso ginasial, a figuração maior, o auge do estrelato era o Atheneu. Seus professores faziam parte do movimento cultural sergipano. Tinha o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a Academia Sergipana de Letras. Um fato de destaque era o estímulo dos professores da época à leitura. Havia um interesse pelo estudo, pelo aperfeiçoamento de cada um. A juventude se reunia para discutir assuntos literários.

O esporte naquele tempo era precário. Havia um professor que chamava de moleque quem jogava futebol. Era a mentalidade da época. Não havia um esporte para a mocidade. Havia reuniões de famílias, saraus, uma poesia, um estudante que tocava piano, uma coisa outra. Aqui havia as retretas aos domingos pela tarde e quintas-feiras à noite, com banda policial. Era o ponto de encontro de namorados. Quando eram nove horas, a banda saía e todo mundo ia para casa. As famílias costumavam alugar casas de palha para o veraneio na Atalaia. Iam de canoa ou de estrada até o rio Poxim, pegando a canoa para a travessia do rio.

Eu entrei no Partido Social Democrático de Sergipe a convite do Dr. Leandro Maciel, que era amigo da minha família e também era de Rosário do Catete. Isto aconteceu depois de 1930, quando se organizou a parte política do Brasil, estabelecendo e definindo os partidos. Os partidos eram regionais. Havia o Partido Democrático da Bahia e assim por diante. Então, quando o Leandro fundou o partido, convidou-me e solicitou minha candidatura para deputado estadual, fato que ocorreu em 1933. Em 1934, se reuniu a Assembleia Constituinte Estadual da qual fiz parte. Foi a primeira Assembleia Constituinte depois de 1930.

O partido me acomodou e consegui muitos votos. Fui o líder do partido na Assembleia. Quando me elegi, fazia oposição a Maynard. Leandro Maciel era primo do Maynard. Tiveram divergências e o seu partido passou à oposição. Fomos para a eleição de governador com o candidato Eronildes de Carvalho, médico, que aceitou fazer frente a Maynard que era o interventor e estava se candidatando para governador na nova fase política. A eleição era indireta. Era a Assembleia Legislativa que elegeria o governador e os senadores. Nós elegemos dezesseis deputados, e o Maynard quatorze. Tínhamos maioria, e essa maioria elegeu Eronildes governador, Leandro Maciel e Augusto Leite senadores.

Foi uma vitória consagrada do PSD e da União Republicana. Acontece que o governador Eronildes era do Partido Republicano, e logo sentimos que queria ficar só no governo. Vieram as brigas políticas e daí o rompimento do meu partido com o governador Eronildes. Ficamos fazendo de bem com Maynard e o partido de Leandro e do Maynard passaram a fazer oposição ao governo do Partido Republicano.

Orlando Dantas, um dos mandões do partido, procurou-me, e só aí eu soube que ele era o proprietário do jornal. Ninguém do partido sabia desse fato. Então, o Orlando me propôs a compra. Fez um preço razoável. O jornal, que foi fundado por João Menezes em 1906, passou, nas minhas mãos, a ser um jornal independente. Dei uma feição diferente, pois não tinha política. Havia censura. Estávamos na época da ditadura de Vargas. Demos o aspecto noticioso, abrimos espaço para a literatura. Lá colaborava o Mário Cabral, filho de Carvalho Neto. Todos os intelectuais da cidade tinham livre acesso ao jornal.

Quando chegou a época da guerra dávamos duas edições por dia. Estabelecemos, no jornal, o primeiro linotipo que veio pra a imprensa em Sergipe. Tirávamos mais de quinhentos jornais. Tínhamos a notícia na hora, pois montamos o primeiro serviço de radiotelegrafia em contato com uma agência de notícias do Rio de Janeiro. Eu vivi para o jornal. Cheguei muitas vezes ao amanhecer do dia com minha equipe, preparando o Correio de Aracaju.

Fui candidato ao Governo ainda muito jovem e fui apoiado pelo Partido Comunista. Por isso, a Liga Eleitoral Católica, LEC, comandada por pessoas que tinham outros interesses, condenou a minha candidatura, e eu perdi a eleição. O partido comunista apoiou Milton Campos em Minas, Mangabeira na Bahia e Rui Palmeiras em Alagoas. Eles não tiveram condenação nenhuma. Somente aqui, o comando da LEC condenou a minha. Sabe o que é a influência no interior: procissões, etc. Dividiam as chapas em “Chapa de Deus” e “Chapa do diabo”. Colocaram faixas que até hoje tenho fotos: “É pecado mortal votar na UDN e nos seus candidatos”. A LEC mandava para os padres do interior telegramas.

Há um fato interessante que aconteceu com o padre Filadelfo em Laranjeiras. Ele recebeu um telegrama da Liga para ler durante a homilia da missa dominical sob pena de castigo por desobediência. Eu era considerado o candidato do diabo por ser apoiado pelos comunistas. O telegrama, já em forma de homilia, estava bem arejado de ideias políticas, que chegavam aniquilar a minha pessoa. O padre Filadelfo concordou com o conteúdo que recebeu para passar aos seus paroquianos, ficou entre a cruz e a espada. Se lesse estaria indo de encontro a sua consciência e, se não lesse, estaria desobedecendo a uma

ordem superior. Daí, ele leu... em latim. Falava de Luiz Garcia, e o povo pensava que ele estava me elogiando!

Fiquei satisfeito com o meu governo. Com os recursos que tive, não era capaz de fazer mais do que fiz. Fiz o que podia fazer. Não tínhamos hotel, era uma vergonha, tínhamos hotéis de quarta categoria. Construímos o Hotel Palace para o Estado. Os ônibus paravam na rua da frente, sem estruturas. Construímos, então, a Rodoviária, que foi um marco naquele tempo. Construímos também o Centro de Reabilitação, uma obra, do ponto de vista social, de alta relevância, pois os deficientes iam para a Bahia por não ter um centro em Aracaju para eles. A criação do IPES. Criei a Secretaria de Agricultura, de Educação, que não existiam, eram departamentos. Organizamos onze ginásios no interior. Sergipe só tinha dois. Fomos responsáveis pela Faculdade de Medicina.



## APRESENTAÇÃO

Ao pensar escrever um livro sobre meu pai, Luiz Garcia, me deparava com um obstáculo difícil de transpor. Tantos e tão diversos foram os seus campos de atuação que eu vinha adiando o trabalho, sempre postergando para a próxima semana. E ademais, preocupado com a minha idade beirando os 80 anos (completos em janeiro de 2021).

Múltiplos foram suas atividades e áreas de atuação, como advogado, jornalista, promotor público, professor, acadêmico, parlamentar estadual e federal e governador.

Assim sendo, me veio à mente convocar colegas e amigos que com ele conviveram. Não mais os do passado, já falecidos, como Leandro Maciel, Lauro Porto, Benjamim Alves de Carvalho, Carlito Dantas, Diógenes Horta, Pedro Diniz Gonçalves, Luiz Pereira de Melo, Murilo Dantas, Antônio Xavier de Assis Junior, Marcelo Déda e Luiz Antônio Barreto. Todos teriam, com certeza, uma característica singular de Luiz Garcia a expor.

Contei aos amigos vivos que o conheceram de perto que pretendia editar esse trabalho, com foco nas principais atividades de Luiz Garcia. A seleção convocada, com entusiasmo, concordou prontamente em colaborar. Por isso, devo de logo externar minha gratidão a Albano Franco, Carlos Pinna de Assis, João Machado Rollemberg Mendonça, Jorge Carvalho do Nascimento, José Anderson Nascimento, José Francisco da Rocha, Luiz Eduardo Costa, Marcos Melo, Moacyr Motta, Murilo Melins, Raimundo Luiz e Wellington Mangureira. Nem sei como agradecer a tantos textos escritos com as tintas do saber e de confessada admiração. Jamais esquecerei esse gesto.

Além disso, consta desse livro depoimentos de personalidades sergipanas e de outros rincões, que conheceram Luiz Garcia, por isso mesmo aptos a oferecer um testemunho verdadeiro.

## A saga da Família Garcia

As histórias quando atravessam os anos e são repletos de aventuras e incidentes são consideradas sagas. Sendo assim, a história da família Garcia é de fato uma saga.

Família numerosa foram os descendentes de Antônio Garcia Sobrinho e Antônio Garcia. Dez filhos, cinco mulheres e cinco homens, todos nascidos na cidade de Rosário do Catete, em Sergipe.

Vamos cuidar agora apenas dos homens, que deixaram já adolescentes o lar paterno e tornaram-se advogados, médico e engenheiro. Apenas Robério decidiu não prosseguir nos estudos, colaborando para que os irmãos pudessem alcançar formação superior.

**Robério Garcia** era o mais velho dos irmãos. Muito inteligente, determinado, formou-se no trabalho árduo de viajante. Desportista, implantou o futebol profissional em Sergipe. Vindo a ele se juntar Luiz Garcia quando promotor em Estância, ainda acadêmico de Direito em Salvador. Dessa forma, os que concluíam o curso e arranjavam emprego, ficavam na obrigação de ajudar os mais moços. Era como Luiz Garcia dizia “uma verdadeira cooperativa familiar”.

A união dos irmãos era tamanha que as correntes ideológicas diferenciadas não impediram que houvesse uma coligação entre a UDN e partidos de esquerda na eleição de outubro de 1958, com a vitória consagrada de Luiz Garcia para Governador. Derrotava então o engenheiro José Rollemberg Leite, dando o troco da derrota que sofreu em 1947.

**Antônio Garcia Filho**, um dos dirigentes do Partido Socialista não acompanhou o candidato indicado. Fez cam-

panha e participou ativamente da eleição de Luiz Garcia. Médico humanista, era do tempo em que se podia contar com o “médico da família” destacando-se como intelectual respeitado e conduzindo a Academia Sergipana de Letras por mais de uma década. Antônio Garcia Filho foi ainda Secretário de Saúde, Educação e Cultura no Governo do seu irmão Luiz Garcia, e idealizador da criação da Faculdade de Medicina. Como reconhecimento, o nome do Campus da UFS em Lagarto denomina-se “Professor Antônio Garcia Filho”. Todos hoje concordam que não fosse a criação da Faculdade de Medicina (de Ciências Exatas) seria impossível sequer pleitear a implantação de uma Universidade em Sergipe.

**Carlos Garcia**, escritor, poeta e advogado das causas populares, elegeu-se vereador em Aracaju quando houve a redemocratização com eleição do Marechal Dutra para Presidente da República. Dutra empossado, eliminou do quadro partidário brasileiro o PCB. Todos os que detiam mandato pelo Partido Comunista do Brasil foram cassados, inclusive o seu líder Luís Carlos Prestes. Transferiu-se Carlos Garcia para o Rio de Janeiro, então capital da República, e ali estabeleceu escritório de advocacia com o advogado Luís Carlos Cidade, pai da cantora Baby Consuelo.

**José Garcia Neto**, filho mais moço de Antônio Garcia Sobrinho, graduou-se em Engenharia Civil na Escola Politécnica da Bahia. É um dos três governadores da família Garcia citado pelo acadêmico José Anderson Nascimento em seu livro *Governadores em três Estados do Brasil*. Além dele, governador do estado do Mato Grosso, a publicação observa também que Luiz Garcia fora governador de Sergipe e seu filho, Gilton Garcia, governador do Amapá. Não é pouca coisa para uma família nascida e criada em uma pequena cidade do interior de Sergipe possuir três go-

vernadores em estados e regiões diferentes do Brasil, não se configurando aí uma “oligarquia”, como bem acentuou o Senador Marco Maciel. Garcia Neto, como era conhecido no estado do Mato Grosso, fixou-se em Cuiabá muito jovem, exercendo sua profissão de engenheiro, contratado pela firma Coimbra Bueno. Com o prestígio adquirido graças ao seu competente trabalho é eleito, em 1954, prefeito de Cuiabá. Em 1960, ao lado de Fernando Correa da Costa, elegeu-se vice-governador. Foi deputado federal em duas legislaturas, em 1966 e 1970. Indicado pelo Presidente Gilsel tomou posse como governador do estado do Mato Grosso em 1975 (o Mato Grosso era um só). José Garcia Neto realizou um trabalho gigantesco usando as experiências vividas em Sergipe no governo do seu irmão Luiz Garcia, quando foi dirigente do DER.

Agora incluo as mulheres que, de forma discreta e decisiva, contribuíram para o sucesso da família Garcia. Foram elas Marieze, Zilda, Eliete, Emília e Valdete.

Ao tomar posse na Academia Sergipana de Letras em 10/06/2002, citei uma frase do crítico literário Carlos Graieb ao examinar o livro de Domingos Pellegrini, *No coração perobas*, acentua:

“Num bosque as perobas são sempre as árvores mais altas. É sua estratégia de sobrevivência: erguem-se acima do resto do mato, para alcançar a luz”.

De modo semelhante aconteceu com nossa família. Foi com esforço hercúleo, porque advindos da bucólica e pequenina cidade de Rosário do Catete, que Antônio Garcia Sobrinho e Antônia Menezes Garcia criaram e educaram seus dez filhos.

A estratégia de sobrevivência da família Garcia, portanto, equipara-se à visão que o crítico Graieb teve das perobas: para que pudesse se erguer, se sobressair, disputar e vencer, era preciso se educar.

E foi com esse norte, com a aplicação nos estudos, que os descendentes de Antônia Menezes Garcia, de prendas do lar, mas com uma visão lúcida do mundo, e de Antônio Garcia Sobrinho, funcionário público e pequeno comerciante, enfrentaram os desafios da vida. E mais do que isso, cultuaram, de forma rigorosa, a ética no trabalho e no proceder, a conquista pelo esforço próprio.

Luiz Garcia, estudante em Aracaju, foi aluno de grandes Mestres como Abdias Bezerra, Artur Fortes, Santos Melo e Manuel Cândido.

A veia política de Luiz Garcia vem de meu avô, que em certa época comandou a política em Rosário, junto com Pedro Pantaleão de Souza, o Pedrinho da Farmácia. Antônio Garcia Sobrinho dirigia toda a estrutura da prefeitura, na época em que seu compadre Matias Cruzeiro, proprietário da Fazenda Ilha, era prefeito.

O meu avó cedo se foi. Já naquela época, na década de 20, previa o futuro, e dizia: “Luiz, dentro de mais algum tempo, sairemos do Rosário para Aracaju e retornaremos no mesmo dia”. Àquela época, não existia a ponte de Pedra Branca e o deslocamento era lento, no trem da Leste Ferroviária ou pelo saveiros que ancoravam em Maruim, então empório comercial da região. Não imaginava Antônio Garcia Sobrinho que os avanços tecnológicos, logo mais tarde, confirmariam suas previsões. Hoje, vamos e retornamos de Rosário em pouco mais de uma hora.

Prossigo, citando Rosário, agora no passado: Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, Sebastião Gaspar Boto, Antônio

Travassos, João Gomes de Melo (Barão de Maruim), Zaqueu Brandão e Odilon Machado. Os engenhos de cana de açúcar da época: Paty, Santa Bárbara, Oitocentas, Catete, Jordão, Sítio Novo, Salobo, Bolandeira. E a feliz coincidência de herdarmos do Rosário a admiração pelo professor e acadêmico Manoel Cabral Machado e a amizade dos filhos de Edézio Vieira de Melo, médico, deputado estadual e vice-governador de Arnaldo Rollemberg Garcez.

*“A cultura não se herda, conquista-se”*, disse André Malroux. O que herdei de Luiz Garcia foi o seu gosto pelo saber, a ilhaneza no trato, a vocação política, a fidelidade aos seus princípios e aos amigos. Ele representou para mim muito mais do que um pai. Tenho dito, aqui e alhures, que nossas vidas sempre se entrelaçaram numa verdadeira cumplicidade. Ainda estudante, no Atheneu e depois na Faculdade de Direito, juntos militamos no jornalismo, no Correio de Aracaju. Essa convergência prosseguiu no Ministério Público, na atividade política. Ambos jornalistas, advogados, acadêmicos, professores, parlamentares e também governadores.

O espírito alegre de Luiz Garcia, de bem com a vida, culto, sem afetamento, com projeção nacional mas sempre modesto. Não perseguiu fortuna. Ótimo filho, excelente esposo, extremado pai, adorado irmão, tio, avô e bisavô. Para mim, esse é o reflexo que tenho de sua imagem.

Sem tergiversar, afirmo que Luiz Garcia não foi um mero expectador. Na verdade, ele foi importante protagonista da História de Sergipe e do Brasil.

A imprensa do país registrou a longa e profícua trajetória de Luiz Garcia. Aqui em Sergipe, Carlos Porto da Cruz, Benvindo Sales de Campos, Anderson Nascimento, Estácio Bahia Guimarães, Luiz Antônio Barreto, Darcilio

Melo Costa, Jorge Prado Leite, Luiz Eduardo Costa, Jorge Carvalho, Juarez Conrado, Osmário Santos, Jurandir Cavalcante, Antônio Carlos Franco, Hugo Costa, Dilson Menezes, todos eles já depuseram para a História, relatando a luta profissional, intelectual e política de Luiz Garcia. De igual forma lembraram sua exemplar vida familiar, tendo como figura central minha mãe Ninota, como carinhosamente era chamada. Juntos, inseparáveis, Luiz e Ninota, viveram unidos mais de meio século.

Luiz Garcia cultivou longas e intermináveis amizades. Os que já partiram: Leandro Maciel, Pedro Diniz Gonçalves, Carlito Dantas, Walter Franco, Benjamim Carvalho, José do Prado Franco, Chico Porto, Gentil Tavares, Aloisio Campos, Hunald Cardoso, Heribaldo Vieira, João Sales de Campos, Dionisio Machado. São reminiscências, lembranças de pessoas estimadas.

E, ainda, Lauro Porto, Augusto Franco, Antônio Xavier de Assis Junior, Luiz Pereira de Melo, Diógenes Horta, Lauro Pacheco...

O importante é que mesmo dentre seus adversários políticos, Luiz Garcia granjeou o respeito e a admiração, a exemplo de José Rollemberg Leite, Leite Neto, Edézio Vieira de Melo, Djenal Queiroz, Júlio Cezar Leite, Celso de Carvalho, Oviêdo Teixeira, Godofredo Diniz Gonçalves, Armando Rollemberg e Manoel Cabral Machado.

Luiz Garcia conviveu com figuras exponenciais da vida pública brasileira, especialmente com os ex-presidentes Getúlio Vargas, Juscelino Kubischek, Jânio Quadros e João Goulart. Este último, embora adversário, mereceu o apoio político do então Governador Luiz Garcia, pela manutenção da legalidade e respeito aos princípios de-

mocráticos. *“Foi o que aprendi na Faculdade de Direito: respeito a Constituição”*, dizia na época Luiz Garcia.

Participaram de sua luta partidária e de sua vida pública homens da estirpe de Eduardo Gomes, Milton Campos, Carlos Lacerda, Afonso Arinos, Aliomar Baleeiro, Juracy Magalhães, Pedro Aleixo, Ernany Satiro, João Agripino, Magalhães Pinto, Cid Sampaio, Dinart Mariz, Carvalho Pinto, Abreu Sodré, Oscar Dias Correia.

Todos, sem exceção, a reconhecer e exaltar o nome de Luiz Garcia como exemplo de homem público, singular figura humana, respeitável intelectual, tudo por imperativo de suas qualidades: sólida formação jurídica, agudo senso de responsabilidade, imensa capacidade de trabalho, retidão de caráter.

Luiz Garcia representou a continuidade da história política brasileira, que teve a participação de intelectuais e oradores da estirpe de Felisbelo Freire, Silvio Romero, Fausto Cardoso, Coelho e Campos, Graccho Cardoso e Gilberto Amado.

Mas, como todo político, Luiz Garcia não esteve imune às injustiças, nem às ingratidões. A política é uma paixão, e a paixão embota os sentidos. Na política, o julgamento que se faz das pessoas revela certo autoritarismo, sempre conduzido por preferências pessoais.

Luiz Garcia viveu sucessos e insucessos. Após o término de seu governo, disputou o Senado e não logrou vitória. Foi aí, então, que sofrendo mesquinhas acusações, surgiu o convite do então governador Carlos Lacerda, do antigo estado da Guanabara, e assumiu a Presidência da CTC (Companhia de Transporte Coletivo). Estasólida demonstração de amizade e de solidariedade política foram explicitadas por Carlos Lacerda de maneira exemplar.

## A Trajetória de Luiz Garcia

A primeira atividade pública, Promotor Público em Estância, companheiro de pensão de João Sales de Campos, então chefe da Mesa de Rendas, pai do saudoso amigo acadêmico Benvindo Sales de Campos. Em Estância, fez amizade com João Nascimento, Clodoaldo de Alencar, Chiquito Pires, Manuel D'Avila Nabuco e Jorge Amado, que saiu da Bahia escapando da polícia política da Ditadura de 37. Depois, foi transferido para Itabaianinha. Substituiu e foi morar na casa de Togo de Albuquerque, que décadas adiante viria a ser meu sogro, pai de minha esposa Maria Helena. Coincidências da vida!

Luiz Garcia foi nomeado Promotor aos dezoito anos, quando cursava a Faculdade de Direito da Bahia. Ali fez vestibular; cinquenta alunos foram aprovados, sendo ele o único sergipano. Trabalhava em Estância e ia a Salvador fazer exames. Os professores sabiam que ele era arrimo de família e colaboravam. Foi colega de turma e amigo de Nelson Carneiro. Trinta anos depois confrontaram-se na questão do divórcio. Outros sergipanos estudavam em Salvador nesta época, mas em outros cursos, a exemplo de Nelson Rocha, Lourival Bonfim, Gileno Costa e José Olinio de Lima Neto.

Em 1934, Luiz Garcia ingressa na política a convite de seu amigo e conterrâneo Leandro Maciel. Somente a morte os separou. Eleito deputado constituinte em 34, foi líder de seu partido na Assembleia.

Logo após o golpe de 37, Luiz Garcia assumiu a direção do jornal "Correio de Aracaju". Tornou-se um jorna-

lista combativo e respeitado, fazendo do jornal de João Menezes, fundado em 1906, um jornal independente, com uma função diferente, pois na Ditadura de Vargas não havia espaço para a política partidária. Era a época da composição à mão e da linotipo, a primeira de Sergipe. 500 (quinhentos) jornais diários, um recorde. Na redação do Correio de Aracaju foi implantado o primeiro serviço telegráfico em conexão com o Rio de Janeiro. Era o período da guerra, com duas edições diárias!

Com a redemocratização do país, Luiz Garcia foi candidato a governador em 19 de janeiro de 1947. Nachapamajoritária da UDN figurava como candidato a senador o deputado federal Graccho Cardoso. Como suplentes nomes de escol do porte de Gentil Tavares da Mota, Eronildes Ferreira de Carvalho e Aderbal Fontes. O segundo candidato a senador era Walter Franco, tendo como suplentes Pedro Diniz Gonçalves Filho, José Onias de Carvalho e Melchisedeck Monte. Foi eleito senador Augusto Maynard Gomes (PR). Como candidato a deputado federal a UDN, apresentou os nomes de Paulo Costa, Emanuel Ferreira da Silva Neto, Niceu Dantas e Cônego Domingos Fonseca. Outros nomes importantes figuravam como candidatos a deputado estadual, a exemplo de Adroaldo Campos, Antonio Machado, Armando Barreto, Benjamim de Carvalho, Clovis Rolemberg, Carlos de Menezes Faro, Esperidião Noronha, Eraldo Machado de Lemos, Conego Edgar Brito, Francisco de Souza Porto, Francisco Pires, Honorino Leal. Cito ainda outros nome de relevo na vida política sergipana como Mauricio Cardoso, Niceu Dantas, Jocelino Emilio de Carvalho, José Dorea de Almeida, Seixas Dórea, Lourival Batista, Costa Pinto, Lídio Paixão, Manoel Barbosa de Souza, Melicio Machado, Otávio Penalva, Pedro Diniz Gonçalves, Raimundo Carvalho e Urbano Neto.

Já àquela época, Luiz Garcia, muito moço ainda, fora escolhido candidato a governador de Sergipe. Era a prova do seu conceito e do valor intelectual, além da lealdade aos correligionários. Além disso, a advocacia que exercia com zelo e competência, sempre esteve a serviço de seu partido (UDN). Foi vitorioso José Rollemberg Leite. Nessa campanha Luiz Garcia obteve o apoio do Partido Comunista, com direito a discurso de seu líder Luiz Carlos Prestes, na Praça Fausto Cardoso. Criou-se então em Sergipe a LEC (Liga Eleitoral Católica), comandada por políticos disfarçados de católicos. A igreja condenou, publicamente, a candidatura de Luiz Garcia e ele perdeu a eleição. Nas procissões do interior era a “Chapa de Deus” contra a “Chapa do Diabo”. As faixas também faziam cômico: “É pecado mortal votar na UDN”.

Em 1950, Luiz Garcia exerceu o primeiro dos quatro mandatos que conquistou como Deputado Federal. Na Câmara consolidou o seu prestígio e obteve projeção nacional, chegando a liderar a bancada de oposição. Como representante de Sergipe no Congresso Nacional proferiu importantes discursos nas Conferências Interparlamentares de Berna, Washington, Londres e Haia.

Em 1951, Luiz Garcia foi designado Relator do Projeto de autoria do deputado Nelson Carneiro, que pretendia instituir o divórcio no Brasil. A proposta era para acrescentar mais um inciso no art. 219 do Código Civil. Tratava-se dos casos de anulação do casamento. O Projeto de Lei desejava incluir “a incompatibilidade entre os conjugues” como nova causa de anulação. E propunha que o autor da ação, decorridos cinco anos do desquite, faria prova de que não restabeleceu a vida conjugal. Foi a maneira encontrada pelo deputado Nelson Carneiro para instituir o divórcio, dissolvendo o vínculo matrimonial.

Como a Constituição de 1946, então vigente, dizia que a família é constituída pelo casamento de vínculo indissolúvel, Luiz Garcia, embora sem apreciar o mérito, considerou o projeto de lei inconstitucional, parecer que foi acatado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal. De fato, o que se pretendia era a simples conversão do desquite em divórcio, através de Projeto de Lei inquestionavelmente incompatível com o texto constitucional então vigente.

Em 1954, diante do seu parecer contrário ao divórcio, Luiz Garcia, candidato a um novo mandato de Deputado Federal, foi festejado por lideranças católicas do país inteiro, padres, cônegos, monsenhores, bispos e arcebispos. Condenado e crucificado em 1945, absolvido e festejado em 1954: coisas da política!

A verdade é que Luiz Garcia administrou Sergipe com os olhos voltados para o futuro. Criou importantes órgãos governamentais e construiu obras que possibilitaram Sergipe avançar, crescer e se estruturar.

Ao término de sua gestão, em 1962, quando chegou em sua velha casa, na Rua Arauá nº 84, ele dizia *“Estou satisfeito. Com os recursos que tive, não era capaz de fazer mais do que fiz”*. De fato, ele se sentia realizado.

Naquele tempo Aracaju não tinha hotel de porte. Havia apenas o Hotel de Rubina, o Sul Americano e o Marozzi. Foi construído, então, o Hotel Palace de Aracaju, com recursos do Estado. Até hoje, inexplicavelmente abandonado.

Os ônibus paravam na Rua da Frente (Ivo do Prado); não havia abrigo, nem qualquer estrutura e sinal de conforto para os passageiros. Surgiu então a primeira Estação Rodoviária de Aracaju. Poucos naquela época tinham car-

ro próprio. A grande maioria da população se deslocava de ônibus. O povo do interior vibrou.

Foram criadas as Secretarias da Educação, Saúde e Cultura e também a da Agricultura. Nasceram a ENERGIPE (antigo serviço de luz e força) e a DESO (serviço de água e esgoto). A instalação do CONDESE, durante décadas, foi responsável pelo planejamento de todo o processo de desenvolvimento do estado. No dizer do acadêmico Luiz Antônio Barreto, “o CONDESE foi, enquanto existiu, uma escola, um centro de estudos, de pesquisas, de formulação de projetos e políticas públicas, que destacou uma geração inteira de técnicos”. Digo eu, liderados pelo saudoso economista José Aluísio de Campos.

O IPES, órgão assistencial que amparou a classe dos funcionários públicos, talvez seja a maior obra do seu Governo. Luiz Garcia transformou o antigo e arcaico Montepio de 1881, numa autarquia moderna e eficiente, com pecúlio, auxílio natalidade, assistência médica, assistência social e empréstimos. Criou o primeiro Centro de Reabilitação do Nordeste, no Bairro Industrial, denominado “Ninota Garcia”. Durante o seu Governo foi construído o Aeroporto Santa Mara e fundado o Banco de Fomento do Estado de Sergipe, hoje o vitorioso BANESE. Além disso, instalou o Museu de Sergipe em São Cristóvão, e ainda organizou e estruturou a carreira do Ministério Público, realizando o seu primeiro concurso.

A Universidade Federal de Sergipe muito deve a Luiz Garcia: não só por haver sido seu eminente professor fundador e ainda presidente de seu Conselho Diretor. Mas, principalmente, por que possibilitou a criação da UFS, com a instalação e funcionamento da Faculdade de Medicina em Sergipe. Empreendimento de há muito sonhado e que tor-

nou-se realidade graça a participação decisiva do então secretário de Educação, professor Antônio Garcia Filho, e dos médicos Augusto Leite, Benjamim Carvalho e Lauro Porto.

Luiz Garcia foi, até o final da sua vida, advogado, profissão que exerceu com dedicação, destemor e extrema competência.

Ao falecer, Luiz Garcia era o advogado mais antigo de Sergipe, com inscrição na OAB de número 22. Era o tempo dos advogados que liam, estudavam, pesquisavam; havia na época certa emulação intelectual. Leonardo Leite, Álvaro Silva, Oscar Prata, Alfredo Leite, Gonçalo Rollemberg, Leite Neto, Carvalho Deda, Ferreira Neto, Niceu Dantas e Armando Rollemberg.

E ele confessava: “fui obrigado a estudar muito, queimei as pestanas. Se não, como poderia enfrentar eminentes colegas advogados como Carvalho Neto e o Monsenhor Doutor Professor Alberto Bragança?”

Era a modéstia do advogado brilhante e culto, que honrou sua profissão, membro do Conselho Federal da OAB, chegando até a ser escolhido vice-presidente da União Internacional dos Advogados, com sede em Bruxelas.

Disse alhures que a paixão política cega os homens. Quando lhe atacavam, Luiz Garcia, sereno, afirmava: “estamos vivendo uma fase como nas enchentes dos rios. No início eles transbordam, invadem as margens, com suas águas revoltas e barrentas, carregando e destruindo tudo que encontram pela frente. Passada a enchente, o rio volta ao seu leito natural, transparente, límpido e tranquilo”.

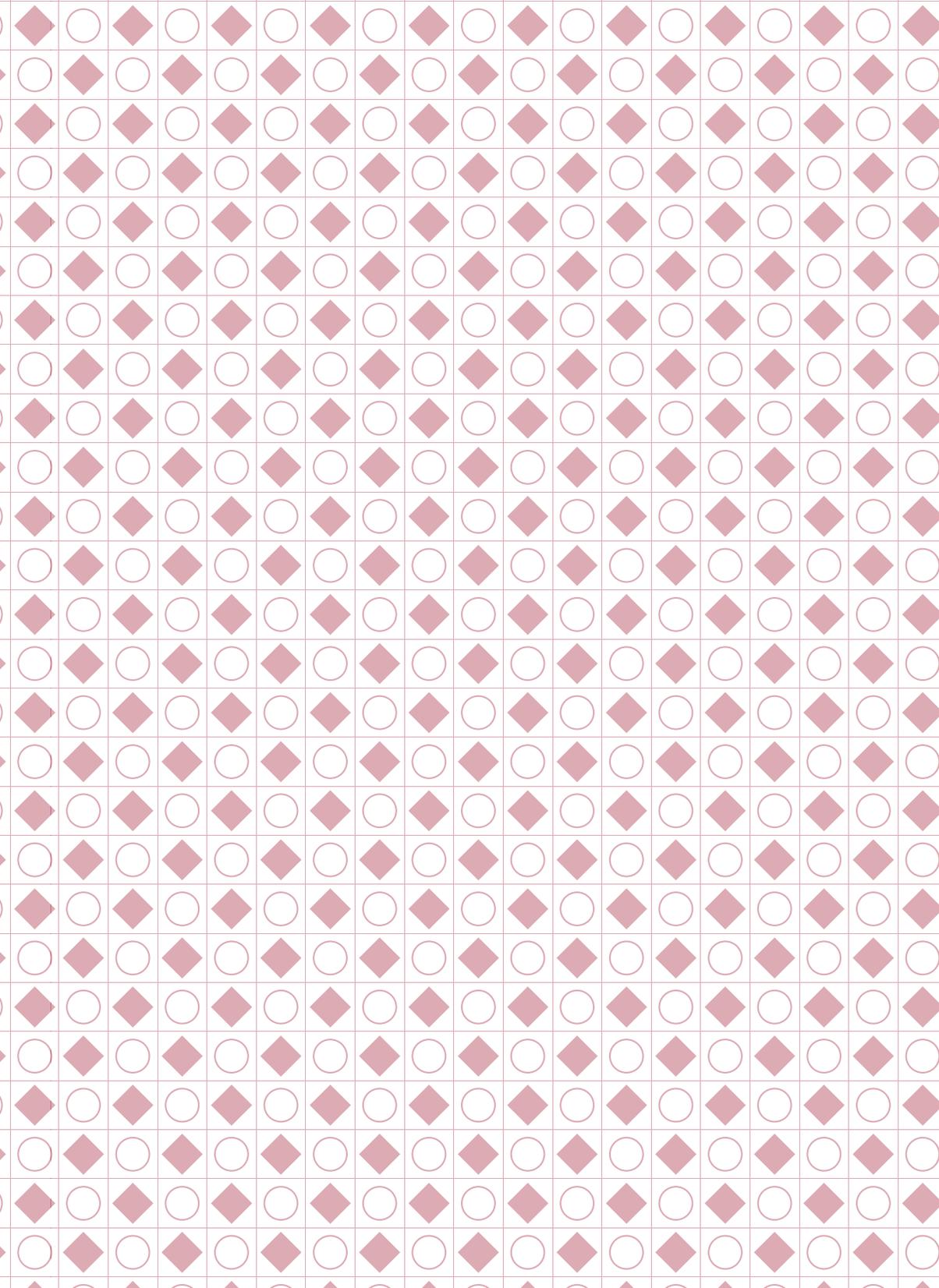
Foi assim que ocorreu quando a poeira assentou: a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe concedeu a

Luiz Garcia a Medalha de Mérito Parlamentar; a Câmara de Vereadores, o Título de Cidadão de Aracaju; a Procuradoria Geral da Justiça, por iniciativa do Colégio de Procuradores, conferiu-lhe a Medalha do Mérito Tobias Barreto, denominando ainda o novo prédio do MP “Edifício Governador Luiz Garcia”. O então governador Antônio Carlos Valadares também distinguiu Luiz Garcia, conferindo-lhe a Grã Cruz da Ordem do Mérito Aperipê. O governador Albano Franco denominou de Luiz Garcia a Agência do BANESE da Av. Gentil Tavares e colocou o seu nome na sede do CIRETRAN da cidade de Estância, com a integral solidariedade do meu amigo José Nelson, então prefeito.

Eloquente lição de vida. Hoje, com a água cristalina, enxergando-se a profundidade dos rios, o tempo definiu com exatidão a estatura moral, intelectual e ética que emoldurava a personalidade de Luiz Garcia. Já se vão 60 anos de seu governo, mais de meio século. E paradoxalmente, ele continua atual, lembrado por uma verdadeira lição de amigos que soube conquistar por onde caminhou.

O acadêmico Ariosvaldo Figueiredo, autor da *História Política de Sergipe*, festejado crítico mordaz, pena afiada, me enviou uma carta, lamentando não haver comparecido aos 80 anos de Luiz Garcia:

“Seu pai, Bilac Pinto, Gabriel Passos e outros da velha UDN lutaram, no Congresso Nacional, em defesa do monopólio estatal do petróleo. Ao contrário de Getúlio Vargas e dos comunistas que, na Constituinte de 1946, defendiam a iniciativa privada. Obviamente estrangeira. Uma coisa meu caro, é a história, outra é a lenda”.





**FOTOS**



O governador eleito Luiz Garcia, ladeado por sua esposa Ninota Garcia e sua mãe Antônia Meneses Garcia, assiste a Missa em Ação de Graça pela sua posse no Governo do estado de Sergipe. Ao lado a matriarca Antônia (D. Toinha), a filha Vânia Garcia, capitão Timpone (comandante dos portos de Sergipe) e D. Luciano Cabral Duarte.

Na missa solene da posse do Governador Luiz Garcia, a presença do Padre Mendonça, figura respeitada, culta e prestigiada da Igreja Católica em Sergipe. Perfilados estão o Sargento Irineu, o coronel João Machado e José Everaldo Cunha, amigo pessoal e colaborador de Luiz Garcia.





O Governador Luiz Garcia e esposa, após a missa, deixam a Catedral de Aracaju, cercado do carinho do povo, que se aglomerou para receber o novo Governador de Sergipe.

Na Assembleia Legislativa de Sergipe o Governador Luiz Garcia faz o juramento de praxe, na sessão solene presidida pelo presidente, deputado João Maynard.





O Governador Luiz Garcia reunido com seu primeiro Secretariado. Jornalista Junot Silveira (Casa Civil), vice-governador de Mato Grosso José Garcia Neto (DER), engenheiro João Machado Rollemberg Mendonça (Fazenda e Obras Públicas), desembargador João Dantas Martins dos Reis (Justiça), deputado Antônio Tores Junior (Presidente da Assembleia Legislativa), o advogado Temístocles Diniz Gonçalves (Secretário da Agricultura) e o professor Antônio Garcia Filho (Secretaria de Educação, Saúde e Cultura).

Cercado de auxiliares e amigos o Governador Luiz Garcia, emocionado, anuncia a criação do Instituto da Previdência do Estado de Sergipe (IPES). De fato, uma das maiores realizações de sua profícua administração.





Ao lado do vice-governador Dionísio de Araújo Machado e do secretário da Fazenda João Machado Rollemberg Mendonça, o Governador Luiz Garcia assina o ato que criou o Banco de Fomento Econômico do Estado de Sergipe, hoje BANESE.

Em Rosário do Catete, sua terra natal, o Governador Luiz Garcia inaugurou importantes obras. Na foto entre Herbert Vieira de Melo (PSD), prefeito da cidade e Pedro Pantaleão líder local da UDN. Era do seu feitio a conciliação e o respeito aos adversários. Na foto ainda estão o Arcebispo Dom José Vicente Távora e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Antônio Torres Junior.





O Governador Luiz Garcia recebia a todos que lhe procuravam. Até jornalistas da Gazeta de Sergipe, órgão de imprensa dirigido pelo jornalista Orlando Dantas, que lhe fez oposição cega e sistemática durante toda a sua administração. Na foto os jornalistas José Rosa de Oliveira Neto e Pascoal Maynard, entrevistando o Governador.

O Núncio Apostólico Dom Armando Lombardi, recebido no Aeroporto de Aracaju pelo Governador Luiz Garcia e pelo Arcebispo Dom José Vicente Távora.





O Núncio Apostólico D. Armando Lombardi em companhia do Governador Luiz Garcia, desfila em carro aberto.

A chegada do Núncio Apostólico à Catedral Metropolitana de Aracaju.





O Governador Luiz Garcia, o vice-governador Dionizio de Araújo Machado, o Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe, desembargador João Bosco de Andrade Lima, auxiliares e convidados, presentes no Palácio Olímpio Campos na recepção ao Núncio Apostólico. Na última fila, em pé, Silvio Santana, Luiz Carlos de Alencar e Benjamim Fernandes Fontes. Mais à frente o deputado Euclides Paes Mendonça, o cel. Aluízio dos Santos, o desembargador Luiz Magalhães e o Padre Mendonça.

Armando Lombardi cumprimentando o Governador Luiz Garcia pelo discurso proferido em sua homenagem no jantar no Palácio Olímpio Campos.





O candidato Jânio Quadros recebido no Palácio Olímpio Campos pelo Governador Luiz Garcia, ao lado do governador Juracy Magalhaes e do assessor paulista Quintanilha Ribeiro.

Líderes udenistas reuniram-se com o Governador Luiz Garcia em Aracaju. Presentes Leandro Maciel, Dinarte Moriz, Jânio Quadros (candidato a presidente) Juraci Magalhaes, Cid Sampaio, Luiz Garcia e Magalhães Pinto. Na ocasião o engenheiro Leandro Maciel foi escolhido para compor a chapa de Jânio Quadros, na condição de candidato a vice-presidente da República. Pouco tempo depois Leandro renunciou, ao descobrir que havia uma chapa nova em desenvolvimento “Jan-Jan”(Jânio e Jango). A votação naquele tempo se processava separadamente. Cada eleitor escolhia o seu candidato a presidente e a vice, independente dos seus partidos políticos ou coligações. Ao final a previsão do engenheiro Leandro Maciel se concretizou: Jânio Quadros foi eleito presidente e João Goulart vice-presidente, derrotando o ex-governador de Minas Gerais Milton Campos, novo candidato da UDN a vice na chapa de Jânio.





Flagrante da Convenção da UDN (União Democrático Nacional) em 1962. Leandro Maciel é aclamado candidato a governador de Sergipe e Manoel Conde Sobral a vice-governador. Na mesa principal estão Eraldo Lemos, Francisco de Araújo Macedo(PTB), Euclides Paes Mendonça, Zeca Deda, Antônio Tores Junior, Leandro Maciel, Luiz Garcia, radialista Santos Santana, Manoel Conde Sobral, Arnaldo Rolemberg Garcez e Dionizio de Araújo Machado. Mais ao alto, dezenas de prefeitos sergipanos.

Pessoa estimada, Ninota Garcia desempenhou papel social de relevância em Sergipe, como Presidente da União Sergipana de Assistência e Superintendente da LBA (Legião Brasileira da Assistência). Por isso seu nome está no Centro de Reabilitação Ninota Garcia, no bairro Industrial.





Este casal que aparece na foto, meus saudosos pais, Luiz e Ninota, sempre foram um exemplo de solidariedade, afeição e cumplicidade. Os dois souberam como ninguém superar os reveses da vida, aproveitando cada momento sublime que a vida lhes proporcionou.

Sebastião Figueiredo, líder político de Aquidabã e Dr. Djalma Ferreira assistem a reunião do jornalista Junot Silveira, secretário do Governador Luiz Garcia e o professor Napoleão Dórea. Aliás, o professor Napoleão além de amigo pessoal de Luiz Garcia, sempre esteve presente assessorando o ex-governador Leandro Maciel. Uma amizade estreita, forte e contínua. Até hoje o professor Napoleão é reconhecido em Sergipe como pessoa de bem e do bem.





Almoço na residência do conhecido pecuarista Martinho Almeida. O setor primário foi prestigiado pelo Governador Luiz Garcia, com a criação da Secretaria de Agricultura. Da esquerda para direita, Murilo Dantas nessa época dirigente do Banco Dantas Freire, o pecuarista Narciso do Comuculé, Luiz Garcia e Martinho Almeida.

Durante as enchentes que castigaram Propriá na década de sessenta, o Governador Luiz Garcia se fez presente, levando a colaboração decisiva do estado ao sofrido município. Ao seu lado o prefeito Manoel Pedro Chaves (PSD) e do outro Wolney Leal de Melo, líder político da UDN. Entre João Machado Rollemberg Mendonça e Wolney Melo está a figura emblemática do senhor Odilon Palmeira, Promotor Público capaz e operoso. Ao se aposentar foi substituído pelo Acadêmico de Direito Gilton Garcia.





Pai e filho. Luiz Garcia abraça Gilton durante a solenidade de sua posse como governador do Amapá. Na foto aparece o diretor geral da Polícia Federal Romeu Tuma, o coronel Bolsinhas (de terno branco), a quem coube transmitir o cargo, e João Capiberibe, então prefeito de Macapá.

O presidente da OAB/SE, Gilton Garcia, o conselheiro federal da OAB, Luiz Garcia, o jurista Seabra Fagundes e Roberto Rodrigues, presidente da OAB do estado do Ceará, durante a realização do Congresso Estadual dos Advogados Sergipanos. Celio Borja, Aliomar Baleeiro, Raimundo Faoro e muitos outros juristas eminentes estiveram em Aracaju (1979/8) proferindo palestras.





No período do governo JK, com a inflação acelerada, o Governador Luiz Garcia autorizava reajustes seguidos para o funcionalismo público sergipano.

O imponente prédio do Hotel Palace de Aracaju, na praça General Valadão, construído no governo Luiz Garcia, com foco no crescimento do turismo sergipano.





Primeira Estação Rodoviária de Aracaju. O Governador Luiz Garcia durante a inauguração da Rodoviária disse que não podia oferecer casa a cada sergipano para se proteger da chuva e do sol. No entanto, estava entregando um prédio arejado, dotado de todo o conforto, que seria utilizado por todos ao mesmo tempo. No início da década de 60 poucas famílias possuíam veículo. Era costume usar os ônibus como meio de transporte para o interior do estado e para outros destinos.

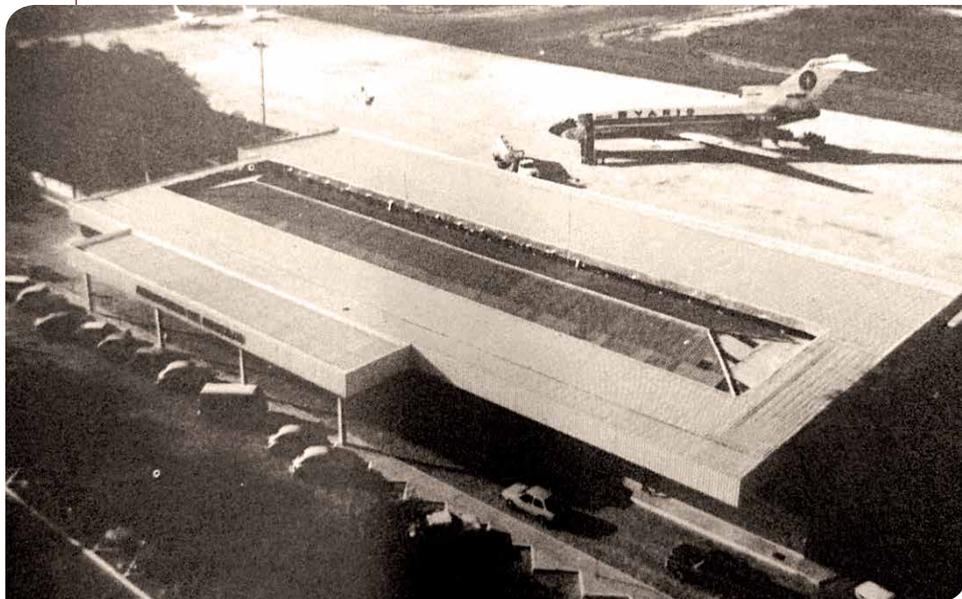




Em 1960, foi construído um prédio ao lado do Instituto Parreiras Horta, para o início do funcionamento da Faculdade de Medicina. Eis a placa afixada - “FACULDADE DE MEDICINA DE SERGIPE, MERCÊ DA VONTADE INDÔMITA DO GOVERNADOR LUIZ GARCIA”.

Placa que foi fixada na sede do IPES em homenagem ao seu criador.

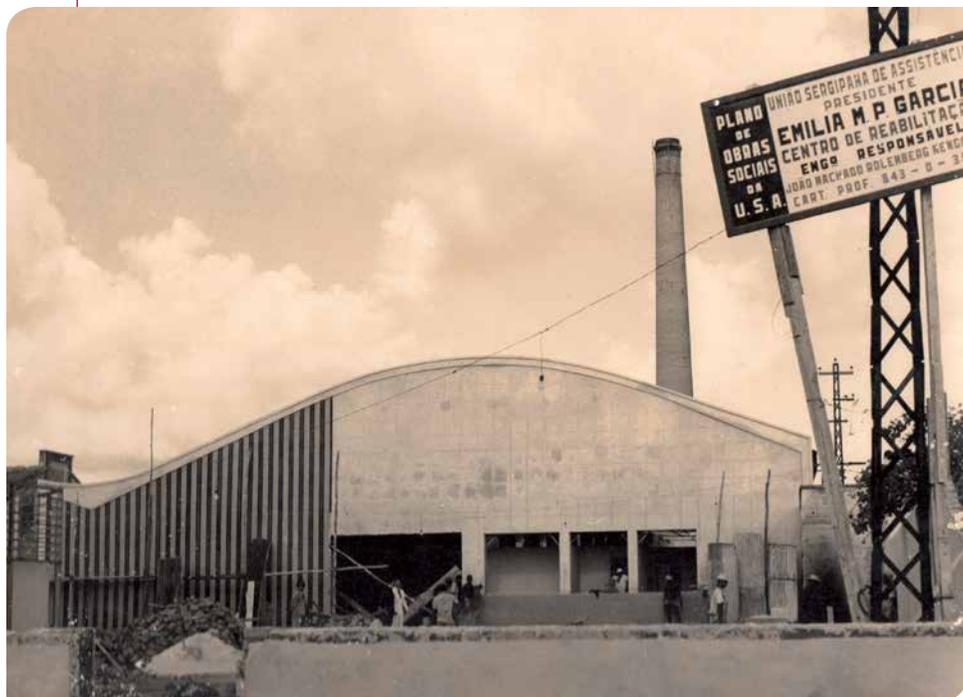




Aeroporto de Aracaju. Além da construção do Hotel Palace de Aracaju, e da Estação Rodoviária, o Governador Luiz Garcia, com o objetivo de dotar Sergipe de uma infraestrutura voltada para o turismo, transferiu o Aeroporto de Aracaju da avenida Maranhão, em frente ao Parque de Exposição Agropecuária, para nova sede na Atalaia, onde se localiza até hoje, após algumas importantes reformas.

Sede da União Sergipana de Assistência, à rua Maruim, em Aracaju, presidida por Emília Marques Pinto Garcia (D. Ninota Garcia).





Placa alusiva à construção do Centro de Reabilitação Ninota Garcia, no bairro Industrial, em Aracaju.

Prédio cedido à UNIT após Termo de Comodato, no governo de Albano Franco.

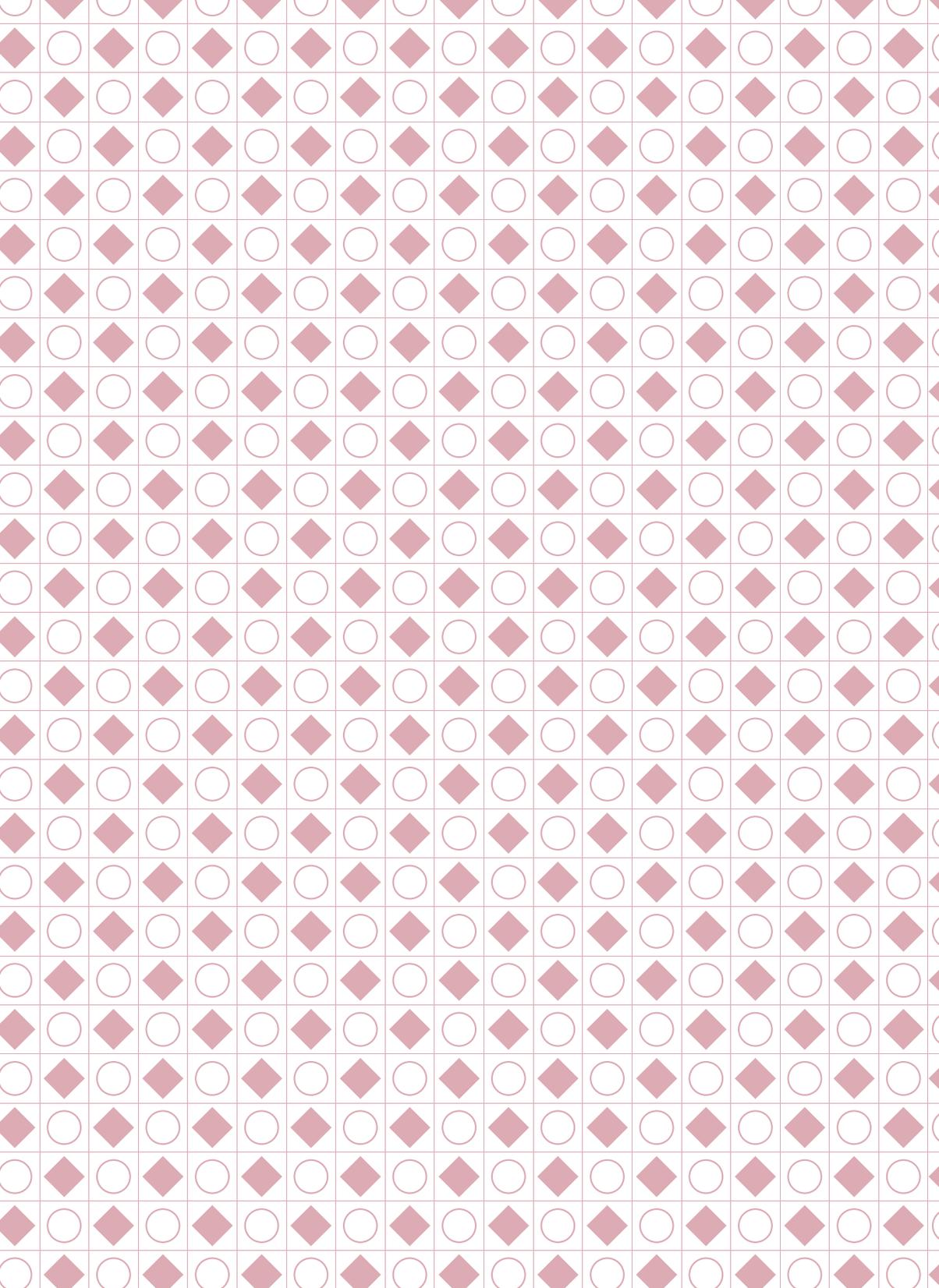




A comemoração dos oitenta anos do Governador Luiz Garcia, cercado pelo carinho e amizade dos seus netos e de antigos companheiros de jornada como professor Benedito Oliveira do Colégio Jackson de Figueiredo, deputado Djenal Queiroz. Dr. Lauro Porto, Carlos Correia, professor Monteirinho e Rivadavia.

Já acamado, ao completar 85 anos, continuou a receber a solidariedade e a presença de sua família. Na foto sua neta Gláucia, seu filho Gilton, sua nora Maria Helena e sua neta Heleninha.





# CO-AUTORES

Albano Franco  
Carlos Pinna  
João Machado  
Jorge Carvalho  
José Anderson Nascimento  
José Francisco da Rocha

Luiz Eduardo Costa  
Marcos Melo  
Moacyr Motta  
Murilo Mellins  
Raimundo Luiz  
Wellington Mangueira



# Industrialização em Sergipe

*Albano Franco*<sup>3</sup>

## 1 - Antecedentes

A Operação Nordeste(OPENE), lançada pelo presidente Juscelino Kubistchek, em Recife, quando da ocorrência da grande seca de 1958, se consubstanciou num conjunto de ações no sentido de, em curto prazo, mitigar os devastadores efeitos da estiagem, em especial, pela prestação de assistência às populações flageladas. Ao mesmo tempo, o presidente JK instituiu, sobre a coordenação do economista Celso Furtado, um grupo de trabalho com a finalidade de estudar e propor soluções duradouras para o Nordeste, região densamente povoada e a mais pobre do país.

Esse grupo, que ficaria famoso pela sigla GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), recomendou a criação de um organismo de amplitude política e tecnicamente multidisciplinar com a missão de coordenar as ações do Governo Federal e planejar o desenvolvimento econômico da Região. Sem delongas, cria-se o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) que, meses depois, é transformado na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), sob forma de autarquia, diretamente subordinada à Presidência da República.

---

3 Ex-presidente da CNI, ex-governador, ex-senador. É Conselheiro Emérito da CNI e membro da ASL, onde ocupa a Cadeira N° 3.

Outra importante recomendação do GTDN foi a prioridade que deveria ser concedida à industrialização, sem a qual seriam praticamente inexistentes as possibilidades de progresso econômico do Nordeste, ao enfatizar:

*“Na verdade, se para o Centro-Sul do Brasil a industrialização é uma forma de abrir caminho ao desenvolvimento, para o Nordeste ela é, em certa medida, a única forma de abrir esse caminho. Caso se demonstrasse que a solução é inviável, não restaria ao Nordeste senão a alternativa entre despovoar-se ou permanecer como região de baixíssimo nível de renda”.*

## **2 - Política de Industrialização**

Por conseguinte, os ideais desenvolvimentistas da Operação Nordeste que culminaram na criação da SUDENE, se refletiram nos governos da região que criaram seus conselhos de desenvolvimento. Em Sergipe, de pronto, o Governador Luiz Garcia criou o Conselho do Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe (CONDESE) e orientou sua atuação no sentido de estabelecer uma política de industrialização do Estado, tendo como escopo básico: a) a recente legislação de incentivos fiscais oriunda da lei de criação da SUDENE; b) o aproveitamento das matérias primas de origem mineral existentes no subsolo estadual; e, c) a implantação de agroindústrias com o intuito de agregar valor à produção agrícola.

Como se vê, a industrialização, tanto em relação ao Brasil, como ao Nordeste e ao Estado, foi eleita como a

prioridade maior em vista de sua capacidade de gerar empregos produtivos, agregar valor à produção primária e absorver tecnologias. Era, portanto, o setor moderno da economia, a meta optata de uma governança competente. Com essa visão de futuro, o Governador Luiz Garcia não mediu esforços para que Sergipe avançasse no seu processo de industrialização.

Nesse sentido, na condição de presidente do recém-criado CONDESE, promoveu diversas reuniões com a elite empresarial visando disseminar a legislação de estímulos fiscais da SUDENE, consubstanciada nos artigos 34/18, da citada lei 3.692, que autorizava a aplicação de percentual do imposto de renda devido pelas empresas em novos projetos industriais e/ou na modernização de empreendimentos existentes.

Embora não se disponha de informações sobre o número de empreendimentos instalados à época com recursos oriundos da renúncia fiscal, sabe-se, que a pregação do Governador Luiz Garcia surtiu efeitos positivos na medida em que indústrias de porte, a exemplo da fábrica de cimento do Grupo Votorantim, que empregou 360 pessoas, foram implantadas em Aracaju, tanto pelos incentivos, como pela disponibilidade de calcário de boa qualidade, que é a matéria prima para a produção de cimento.

Outras indústrias, insumidoras de calcário, como a Sergical, foram instaladas, utilizando-se dos incentivos fiscais. Também nessa linha de aproveitamento de recursos minerais não metálicos, uma série de manufaturas de materiais de construção — blocos, tijolos, telhas, calhas, etc. — foram instaladas em face da existência de argila de boa qualidade. Logo em seguida vieram as indústrias mais

sofisticadas, como é o caso da Cerâmica Santa Márcia, a primeira do ramo, de Antonio Augusto Leite Franco e, posteriormente, a Fábrica Escurial, dos empresários Luiz Eduardo de Magalhães e Sadi Gitz. Ainda, há que se fazer menção a indústria de artefatos de mármore, extraído de jazida existente em Porto da Folha.

Mas, na extensa área das matérias primas minerais, à época, já havia indícios avançados da existência de petróleo nas bacias sedimentares da Cotinguiba, principalmente depois das descobertas de expressivos depósitos de sal-gema, pela Itatic, em fins da década de 1930. As medições gravimétricas, seguidas de perfurações realizadas pela Petrobrás, na segunda metade dos anos 50, de fato comprovaram a existência de expressivos campos de petróleo na Cotinguiba, notadamente em Carmópolis.

Sem perda de tempo, o Governador Luiz Garcia iniciou uma série de gestões no âmbito federal, especialmente na Petrobrás, a fim de que as perfurações fossem intensificadas, o que ocorreu sem maiores delongas. Tais providências redundaram na transferência, para Sergipe, de forte contingente de pessoal técnico — engenheiros, geólogos, químicos, plataformistas, sondadores, torristas, mecânicos, soldadores, etc. — e massiva quantidade de equipamentos de perfuração e produção. Dessa forma, em 1963, entraria em produção comercial o primeiro poço localizado no município de Carmópolis. É conhecida por demais o resto dessa história.

Além das indústrias implantadas com recursos advindos dos artigos 34/18, outras, existentes no Estado, foram modernizadas com aporte desses fundos, priorizadas em razão do massivo emprego de mão-de-obra como é o

caso da indústria têxtil. Por essa razão, além do 34/18, a Sudene estabeleceu um programa de financiamento, pelo BNB, exclusivo para esse segmento.

Algumas manufaturas foram enquadradas, com destaque para a Sergipe Industrial S/A, existente desde o longínquo 1882, que foi equipada de avançados teares suíços e continuou operando durante muitos anos. O mesmo grupo, presidido pelo empresário Augusto Franco, que na década de 1940 havia implantado a Fábrica São Gonçalo, de fiação e tecelagem em São Cristóvão, na década de 1980 captaria recursos do Fundo do Desenvolvimento do Nordeste (FINOR), substituto do 34/18, que foram aplicados na implantação da Nortista S/A, à época, uma das mais modernas indústrias têxteis do país.

Foram, também, enquadradas no programa de modernização da indústria têxtil do Nordeste a Fábrica Confiança, do empresário Joaquim Sabino Ribeiro, situada em Aracaju, ainda em funcionamento, sob a direção do empresário Ricardo do Prado Franco; o Cotonifício Piauitinga e a Fábrica Santa Cruz, ambas localizadas em Estância e presididas, respectivamente, pelos empresários Roberto Constâncio Vieira e Jorge do Prado Leite, que deram importante contribuição ao desenvolvimento econômico de Sergipe; e, ainda, a Peixoto Gonçalves S/A Indústria e Comércio, situada em Neópolis, com 113 anos de existência, até hoje em pleno funcionamento e ora sob a direção de Renato Peixoto Dalles.

A agroindústria foi estimulada à época do Governador Luiz Garcia, especialmente a fabricação de suco de laranja em face da rápida expansão da citricultura no município de Boquim e adjacências. Várias reuniões foram realizadas

com os produtores no sentido da criação de uma cooperativa, necessária à instalação de uma fábrica de processamento do fruto. Embora essa iniciativa não tenha se realizado, posteriormente grupos empresariais interessados instalaram duas unidades processadoras de sucos de laranja e de outras frutas em Estância: a Tropfruit Nordeste S/A e a Maratá Sucos do Nordeste, empresa pertencente ao maior e mais diversificado grupo empresarial do Estado, presidido pelo empresário José Augusto Vieira.

A cultura do coco foi outro segmento da agroindústria que também recebeu estímulos públicos, tanto na área de processamento da copra a partir da fabricação do leite-de-coco, óleo-de-coco e coco ralado pelas indústrias Cocil, Serigy, Juta (Neópolis) e Litoral (Propriá), respectivamente dos empresários Luciano Nascimento, Constâncio Vieira Neto e do Grupo Peixoto e Gonçalves e da Companhia Industrial da Estância; e o aproveitamento da casca seca na fabricação de artefatos domésticos e industriais e pincéis especiais pelas indústrias Aracaju Fibras, do grupo Diniz, e pela firma Irmão Cruz, localizada em Barra dos Coqueiros.

O rápido processo de urbanização de Aracaju, que em 1950 contava 78.364 habitantes e, em 1960, passou a ter 115.117 residentes, portanto 47% a mais em uma década, exigia melhorias significativas na sua infraestrutura de transportes, abastecimento de água e hospedagem sem as quais não se conseguiria incentivar a indústria do turismo, quando ainda não se pensava em suas possibilidades de atrair investimentos e gerar empregos produtivos.

Com essa visão moderna e proativa, o Governador Luiz Garcia construiu o aeroporto de Santa Maria — do-

tado de nova e confortável estação de passageiros e de extensa pista de pouso e decolagens para as aeronaves da época —; edificou uma funcional estação rodoviária, de linhas arquitetônicas inspiradas nos traçados de Brasília, recém-inaugurada; dotou Aracaju de um elegante e confortável hotel de 10 andares — Hotel Palace —, um dos mais avançados do Nordeste; e, ampliou consideravelmente o abastecimento de água tratada de boa qualidade, indispensável à expansão urbana da Capital e do Estado.

Enfim, antenado aos novos tempos sob a égide da Ideologia do Desenvolvimento, em âmbito nacional e regional, o Governador Luiz Garcia realizou um governo altamente comprometido com esses ideais e, sem dúvida, deu um forte impulso para que, nos anos seguintes, o estado de Sergipe exibisse taxas de industrialização e de crescimento das mais elevadas do Nordeste.

De fato, os vultosos investimentos da Petrobrás — pesquisas, sondagens, extração e transporte de petróleo, somados à mineração do potássio e a edificação e funcionamento da FAFEN — e a implantação da infraestrutura necessária à produção e escoamento desses insumos — redes de transmissão e distribuição de energia elétrica, Aduana do São Francisco e o Terminal Portuário Inácio Barbosa — possibilitaram a reestruturação de uma economia de base agroindustrial para um diversificado sistema econômico urbano industrial. Para que se faça um juízo dessa transformação, o setor industrial que, em 1970, participava com 26% na composição do PIB, saltou para 68% em 1985. Em relação ao Nordeste, a participação da indústria, no mesmo período, evoluiu de 3,7% para 6,5%. Nesse ínterim, a economia estadual cresceu 17,2%, entre 1970 e 1973; 7,4% entre 1974 e 1980; e, 5,7%, entre 1985 e 1989, de acordo com o IBGE.

Entretanto, esse extraordinário ciclo de crescimento vem se arrefecendo desde a década de 1990. Os investimentos da Petrobrás vêm sendo substancialmente reduzidos e não se vislumbram perspectivas de que sejam ampliados em médio prazo. Mas, como Deus é sergipano, recentemente, na Bacia Sergipe/Alagoas, foram descobertos portentosos depósitos de gás natural, importante fonte de energia e matéria prima para as indústrias petroquímica e cloroquímica. A exploração tempestiva dessas reservas pode e deve impulsionar um novo e vigoroso processo de crescimento a exemplo do que ocorreu com o petróleo, na década de 1960, quando o Governador Luiz Garcia deu o pontapé inicial. É preciso que esse pontapé seja dado agora com o gás natural.

## O Parlamentar Luiz Garcia

*Carlos Pinna de Assis  
Da Academia Sergipana de Letras*

Em sua longa e profícua vida pública LUIZ GARCIA brilhou sempre, com ética, talento e elegância. Estudante e professor perseverante; advogado e político talentoso; intelectual de oratória e escrita invariavelmente elegante; cintilou desde muito jovem até a velhice com uma maneira de ser que o destacava diante de todos os que com ele conviviam nas múltiplas atividades que desempenhou — não raro simultaneamente —, construindo uma história exemplar.

Todavia, foi como parlamentar que LUIZ GARCIA brilhou mais intensamente.

Aliás, biografando outro homem público monumental que foi Bernardino José de Souza, seu rigoroso professor na Faculdade de Direito da Bahia, LUIZ GARCIA invoca Eveline Maine que em trabalho publicado na *Revista Europa* comemorativa do centenário de Marcel Proust, contido depois no volume *Marcel Proust: O Homem, o Escritor e a Obra* diz assim:

“Desde o século XIX, particularmente desde Baudelaire, uma questão se coloca frequentemente: como alcançar a verdadeira vida. Como, uma vez descontente com a vida aparente, realizar em face dos outros, da sociedade — ou talvez contra ela —, sem ser verdadeiro, sua na-

tureza própria, sua dessemelhança? Esta questão encontramos-la no centro das preocupações de Proust. Em ‘À la Recherche du Temps Perdu’, o narrador por assim dizer segue um percurso determinado: mais que uma procura, sua vida é o aprendizado de sinais misteriosos que ele encontra no caminho” (Bernardino José de Souza, em Revista da Academia Sergipana de Letras, nº 31, pgs. 29–37, 1916, Aracaju).

O encontrar-se na vocação parlamentar ocorre muito cedo na vida de LUIZ GARCIA. Recém-formado, de volta a Sergipe, aos vinte e cinco anos de idade elege-se Deputado Estadual Constituinte em 1935, pelo Partido Social Democrático de Sergipe, liderado por Leandro Maciel, que o fundara em 1930. É deputado de oposição, participa decisiva e vitoriosamente da eleição indireta do novo governador e pouco tempo depois volta à oposição.<sup>4</sup>

O mandato de Deputado Estadual Constituinte foi efêmero. O golpe de 1937 fechou as Assembleias Legislativas, inclusive a de Sergipe. Mas os dois céleres anos do mandato não impediram que LUIZ GARCIA exercesse com grande energia a liderança do seu partido no parlamento estadual, nem de que enfrentasse corajosamente as mais difíceis questões em discursos com os quais se opunha à violência política contra o comunismo que era então a pedra de toque da preparação da ditadura, de que é exemplo o vigoroso discurso que pronunciou na Sessão do dia 07 de dezembro de 1936.

---

4 “Luiz Garcia”, Coleção Personalidades Sergipanas; vol I, edição do Instituto BA-NESE, Aracaju, 2010, pg. 14/15.

Com a suspensão deste seu primeiro mandato parlamentar, LUIZ GARCIA fica dez anos na atividade advocatícia e jornalística, até que, em 1947, com a redemocratização, é escolhido candidato a Governador pela União Democrática Nacional (UDN). Não se elege e permanece nas atividades profissionais até 1950 quando conquista o primeiro mandato de Deputado Federal, aos quarenta anos de idade.

Nesse pleito de 03 de outubro de 1950 eram sete os deputados federais sergipanos. Foi a primeira das eleições sob o regime constitucional de 1946, com as sete vagas sendo simultaneamente preenchidas. LUIZ GARCIA obtém 5.860 votos<sup>5</sup> e toma posse no Rio de Janeiro, então capital da República, sendo imediatamente escolhido vice-líder da UDN, em cuja função desempenha um mandato formidável.

Esta avaliação é de seus correligionários udenistas que o escolhem para a vice-liderança no início da legislatura em 1951, sendo o líder da oposição o Deputado Soares Filho e os vice-líderes, juntamente com LUIZ GARCIA, o mineiro Afonso Arinos e o paraibano Ernani Sátiro.

A propósito, é o próprio Afonso Arinos que na sua obra autobiográfica *A Escalada* relata o conceito de firmeza e credibilidade que ornava o vice-líder sergipano, quando da escolha do novo líder da UDN após a morte do deputado Soares Filho. Disputavam dois mineiros: José Bonifácio e o vice-líder Afonso Arinos. Leandro Maciel era deputado federal e preferia José Bonifácio. Opõe-se, portanto, à escolha de Arinos, alegando que se devia esperar

---

5 “100 Anos de Eleições em Sergipe”, Ano I – n°1 – Julho de 2002 – Aracaju, Sergipe – Edição do Tribunal Regional Eleitoral, pg. 90.

o retorno de LUIZ GARCIA de missão à Europa para proceder à escolha. Diz Afonso Arinos:

“Foi então que o sanguíneo Ernani Sátiro entrou em cena com o seu vozeirão e cara de poucos amigos dizendo que assumia a responsabilidade de opinar por LUIZ GARCIA, que lhe conhecia perfeitamente a opinião cem por cento favorável a mim. Quem iria discutir com o bravo Ernani?

A liderança estava consolidada por um daqueles caprichos habituais da política”.<sup>6</sup>

Pois é da mesma obra magistral de Flávio Sátiro que se extrai a importância de LUIZ GARCIA nos dois mandatos de deputado federal nos quais exerceu ininterruptamente a vice-liderança udenista. Nessa obra encontramos dezoito citações a LUIZ GARCIA, número somente superado por políticos paraibanos e por presidentes da República, além de Afonso Arinos e Carlos Lacerda, expoentes da oposição parlamentar.

De fato, com os 7.033 votos obtidos na reeleição à Câmara Federal em 03 de outubro de 1954, LUIZ GARCIA, não apenas ampliava significativamente a sua base eleitoral, mas também colhia no eleitorado a aprovação do primeiro mandato. Volta, então, à Capital Federal em meio à enorme crise política decorrente do suicídio do Presidente Getúlio Vargas e passa a exercer, com grande competência, a mediação entre os atores políticos junto aos quais desfrutava de muito prestígio e consideração.

---

<sup>6</sup> “Ernani Sátiro, Amigo Velho, Uma Biografia” Flávio Sátiro Fernandes, Vol. I – A União Editora – João Pessoa, 2018, pg. 215.

Credencia-se, assim, para a disputa do Governo de Sergipe, ao qual é alçado na memorável eleição de outubro de 1958. Tendo encerrado o seu mandato governamental em 1962, LUIZ GARCIA permanece sem mandato até 1966, quando novamente é eleito para umas das vagas de deputado federal, com 12.278 votos.<sup>7</sup>

Reelege-se em 1970 com 16.255 votos, pela legenda da ARENA, como na eleição anterior.

Nesses dois últimos mandatos o deputado federal LUIZ GARCIA mantinha na Câmara dos Deputados uma posição que em tempos mais recentes convencionou-se denominar de parlamentar do “alto clero”.

Com efeito, na legislatura que tem início em 1967 o Parlamento brasileiro viveu, em outra circunstância, a mesma agitação que LUIZ GARCIA presenciara em 1954. Prenunciava-se a crise que em 1968 levaria ao Ato Institucional nº 5 e à supressão dos direitos e garantias individuais, agravada com a inativação do presidente da República.

LUIZ GARCIA estava novamente ali, na trincheira principal do Parlamento brasileiro.

Embora fossem outros os atores da cena política nacional e gravíssimas as consequências pessoais que o atingiram no dia 11 de janeiro de 1969, com a prisão política de seu filho, o deputado estadual Gilton Garcia, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, LUIZ GARCIA prosseguiu no exercício do seu mandato como membro das importantes comissões de Constituição e Justiça e do Polígono da Seca, sendo desta um presidente operoso e fundamental para o encaminhamento de solu-

---

7 Op.cit, pág. 91.

ções destinadas à superação dos problemas históricos do semiárido sergipano.

Em obra recente, o professor Jorge Carvalho do Nascimento historia os fatos desse período conturbado da vida política nacional e realça a inclusão de Sergipe na linha dos estados que foram fortemente atingidos pelos atos discricionários do governo militar<sup>8</sup>.

Nessa circunstância política adversa o temperamento, o talento e o prestígio de LUIZ GARCIA foram fundamentais para o desenlace da época de exceção, o que representou seu derradeiro serviço ao povo sergipano.

---

8 “Memórias da Resistência”, Jorge Carvalho do Nascimento – Criação Editora, Aracaju, 2019, pg.167

## Luiz Garcia - o competente gestor público

*João Machado Rollemberg Mendonça*

Tive o privilégio de, ao longo da minha vida, admirar os seus atos.

Leal com seus amigos, respeitoso com seus adversários políticos, combatendo-os, sem medo, com destemor, com inteligência, com pertinácia.

Moderado, sereno, leal no trato, justo em seus julgamentos, era, sem dúvida, único, “uma palavra de Deus que não mais se repete”.

De porte médio, se agigantava quando defendia uma causa justa.

Na década de 1940, eu estudava no Colégio Estadual de Sergipe, antigo Atheneu Sergipense, que agora completou 150 anos da sua construção, fui então, eleito presidente da Associação dos Estudantes Secundários de Sergipe e também Presidente do Departamento Estudantil da UDN (União Democrática Nacional), quando surgiu sua candidatura a governador do estado de Sergipe, com apoio de Leandro Maciel e vários segmentos da sociedade sergipana, intelectuais, operários, todos ansiosos pela volta a democracia.

Com o apoio do Partido Comunista, houve forte reação da LEC (Liga Eleitoral Católica), a qual mobilizou o eleitorado católico a voltar contra a sua candidatura, ameaçando de pecado mortal a quem votasse na UDN. Corri o risco, não só votei, como trabalhei na sua campa-

nha mobilizando estudantes, fazendo comícios no interior do estado.

Como previsto, foi derrotado, elegendo-se governador o engenheiro José Rollemberg Leite.

Em 1948, afastei-me da política, indo para Salvador cursar Engenharia Civil na Escola Politécnica da Universidade da Bahia, só voltando para Sergipe em 1952. Mantive-me no exercício da profissão, como engenheiro, executando várias obras particulares, residências e inclusive construindo o Edifício Atalaia, primeiro condomínio com 11 pavimentos na cidade de Aracaju.

Em 1958, Luiz Garcia elegeu-se governador de Sergipe com grande maioria dos votos, com o apoio de Leandro Maciel.

Luiz Garcia eleito governador, convidou-me para ser diretor de Obras Públicas.

Conheci de perto a família de Luiz Garcia. Seus filhos Fernando, Gilton, Antônio Amândio e Vania. O primogênito, economista e Conselheiro do TCE do Amapá; Amândio, bacharel em Direito, foi assessor jurídico do Senado Federal; Vania é funcionária concursada da Câmara Federal. Todos, aliás, já aposentados.

Por último deixei para citar Gilton Garcia, porque além de coordenar a feitura do presente livro, inspiração sua, foi o filho que seguiu os passos do pai em diversas atividades: promotor, jornalista, Deputado estadual e federal, advogado e governador do Amapá.

Ao lado de Gilton recorde que disputei minha primeira eleição em 1962. Eu para a Câmara Federal e ele para a Assembleia Legislativa de Sergipe. Fomos ambos eleito.

Considero relevante citar esses fatos porque eles estão diretamente relacionados com o personagem do livro, pai dedicado e atento à educação dos seus filhos.

Na véspera da missa de posse, convocou-me à sua residência e disse-me que teria prometido a Dom Távora entrar na Catedral Metropolitana acompanhado do seu secretário da Fazenda, até então desconhecido, e, por isso estava me convidando, naquele momento, para ser secretário da Fazenda e Obras Públicas, em vez de siretor de obras. Disse-lhe que não aceitaria, por não ter o apoio de um grande Colégio Eleitoral, e que decerto seria obrigado a não atender alguns políticos mais exigentes, com pedidos inatendíveis. Disse-me sorrindo: “É por isso que estou lhe convidando”.

No correr do seu governo, cada vez mais crescia minha admiração por ele. Examinava cuidadosamente as minhas sugestões, aprovando-as ou não, e elegendo prioridades.

Um governo diferente, com obras que pudessem promover o desenvolvimento do estado de Sergipe.

Sergipe precisava de um hotel. Às vezes, uma autoridade importante vinha à Sergipe e ficava hospedada no Palácio, o que não poderia continuar. Questionou-me o Governador Luiz Garcia: “Como construiremos um hotel? Temos recursos para tanto?” Disse-lhe não temos, mas vamos encontrá-los. Sugerí fazermos uma incorporação, com a participação do poder público e a iniciativa privada. “Com a venda de salas, escritórios, gabinetes médicos e odontológicos obteremos grande parte dos recursos”, o que de fato aconteceu. Conseguimos da iniciativa privada 70% do valor total do investimento.

A obra será executada pelo próprio Estado, o qual, não tendo estrutura para tanto, após o estudo dos aspectos legais, o governador nomeou por Decreto uma Comissão de Construção, composta do secretário da Fazenda e Obras Públicas o engenheiro João Machado Rollemberg Mendonça, diretor de obras o engenheiro José Augusto Machado de Almeida e Valter de Oliveira engenheiro do DER, e um representante do Tesouro do estado de Sergipe.

O andamento da obra ocorreu como o desejado, com a presença e fiscalização constante dos três engenheiros. As fundações feitas com estacas Strauss, onde cada furo era uma sondagem, as concretagens conferidas regularmente, deram segurança e solidez a obra, executada no prazo desejado, sendo inaugurada pelo próprio Governador Luiz Garcia. A sua importância foi não só para o desenvolvimento econômico de Sergipe como o desenvolvimento cultural, em prestigiando a obra com o painel de pintura parietal de Jenner Augusto, destacado pintor sergipano. Hoje, o painel tem o Tombamento Estadual e foi transposto por empresa especializada para o interior do Teatro Atheneu.

Houve concorrência pública para arrendamento do Hotel. Uma primeira anulada por só ter concorrido uma pequena empresa de Sergipe. Uma segunda concorrência foi ganha por uma firma de Fortaleza com bastante experiência no ramo hoteleiro, a qual operou por mais de 30 anos com total sucesso.

O Hotel Palace prestou serviços relevantes a economia sergipana, justamente quando descoberto o campo de Carmópolis com a vinda de técnicos e engenheiros da Petrobrás e de firmas americanas que atuaram em Sergipe.

Estiveram lá hospedados autoridades, turistas, artistas, jogadores de futebol, até o presidente da República Humberto de Alencar Castello Branco, que numa viagem a Sergipe, no avião presidencial, me convidou ao seu gabinete, e disse-me que esteve hospedado no Hotel Palace, nas vindas a Sergipe quando dos preparativos revolucionários.

Outra obra importante para o desenvolvimento da economia de Sergipe, o “Banco do Fomento Econômico do Estado de Sergipe”, que foi planejada por uma comissão nomeada pelo Governador Luiz Garcia, tendo como presidente o secretário da Fazenda engenheiro João Machado Rollemberg Mendonça, e como diretor do Condese o professor Aloísio de Campos.

O Banco que começou a funcionar no governo seguinte foi de importância fundamental para a economia de Sergipe, contrariando a opinião de políticos que não acreditavam no seu sucesso.

A construção da Estação Rodoviária de Aracaju, a primeira do Estado executada com a fiscalização do DER, que tinha à frente o engenheiro José Garcia Neto, irmão do governador, foi muito importante para o estado de Sergipe. A sua bela arquitetura, projetada pelo engenheiro Rafael Grimaldi, foi de grande repercussão aos que visitavam Sergipe. Destacando-se as suas linhas arquitetônicas e o painel de pintura parietal do artista plástico Jenner Augusto.

Outra obra importante do seu governo foi a ampliação do aeroporto de Aracaju, onde se encontra também uma pintura parietal artística do Jenner Augusto. O projeto que existia da aeronáutica, e foi remetido para o Governador Luiz Garcia, era um modelo antigo dos aeroportos com

arquitetura em arcos no frontispício. O governador não gostou e contratou a elaboração de um projeto a ser aprovado pelo Brigadeiro, que viria a Sergipe assinar o convênio, e quando se encontrava em Palácio, no dia da assinatura do contrato de ampliação, e o governador submeteu à sua apreciação, o Brigadeiro aprovou com entusiasmo. E assim foi assinado o contrato.

Outra obra importante, o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, que foi conduzido com muita dedicação pela saudosa esposa do governador. É uma instituição de grande alcance social.

Não apoiávamos o Governo Central por isso não nos eram facilitados recursos para obra.

No seu governo nunca atrasamos o pagamento dos funcionários públicos.

Todas as obras eram planejadas rigorosamente com a disponibilidade de recursos.

Todos os fornecimentos ao Estado eram pagos rigorosamente aos fornecedores.

O Estado não contraiu nenhuma dívida bancária para serem pagas em longo prazo, pelos governos posteriores.

Não houve nenhuma privatização do patrimônio público que permitisse a entrada de grandes recursos para o Estado.

Em função disso estimulamos a arrecadação com publicidade, com realizações de seminários atualizando os conhecimentos da área de fiscalização.

Luiz Garcia não está mais entre nós. No dizer do escritor francês Antoine de Saint Exupéry... “Ele nunca mais estará presente, porém nunca mais estará ausente.”

## Luiz Garcia e a Educação Desenvolvimentista

*Jorge Carvalho do Nascimento*<sup>9</sup>

Primeiro dos 10 filhos do comerciante Antônio Garcia Sobrinho e da dona de casa Antônia Menezes Garcia a obter um diploma num curso superior de graduação, Luiz Garcia colou grau pela Faculdade de Direito da Bahia. Bacharel, regressou a Sergipe e trabalhou como advogado e promotor público, além de manter uma intensa atividade de militante político. Professor e um dos fundadores da Faculdade de Direito de Sergipe, ao se eleger governador pela União Democrática Nacional – UDN, em outubro de 1958, ele estabeleceu algumas prioridades que cumpriria com entusiasmo e que transformaram o seu governo num período importante de desenvolvimento econômico e de importantes transformações na gestão da política educacional. A eleição de Luiz Garcia como governador teve o apoio do PST, de parte do PTB, do PCB e do em-brionário PDC.

Criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe – Condese, o Banco do Estado de Sergipe, o Instituto de Previdência dos Funcionários do Estado de Sergipe – Ipes, a Secretaria da Agricultura do Estado, a Empresa Energética de Sergipe S. A. – Energipe, ampliou o novo Aeroporto de Aracaju, fundou o Museu

<sup>9</sup> Jorge Carvalho do Nascimento é Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi bolsista de pesquisa na Universidade de Frankfurt, República Federal da Alemanha. É Professor aposentado do Departamento de História, do Mestrado em História e do Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Foi secretário de Estado da Educação de Sergipe.

Histórico de Sergipe, construiu o Terminal Rodoviário Luiz Garcia e o Hotel Palace de Aracaju.

## **A Gestão Educacional**

A Constituição Estadual promulgada em 16 de julho de 1947 estabelecia, em seu artigo 148, que o Estado deveria criar um órgão de Educação e Cultura ao qual ficariam subordinados todos os estabelecimentos de ensino e instituições culturais por ele mantidos, além dos serviços de assistência social com fins educativos. Durante 12 anos nenhum governante tomou a iniciativa de dar cumprimento a este dispositivo constitucional. Em 1959, o Governador Luiz Garcia obteve da Assembleia Legislativa a autorização legal e convocou o seu irmão Antônio Garcia Filho, médico e professor, para organizar e implantar a Secretaria da Educação, Cultura e Saúde do Estado de Sergipe.

O ano de 1959 foi dedicado a organização da novains-tituição governamental. Antônio foi nomeado assim o primeiro secretário a ocupar tal pasta em Sergipe, em cinco de abril de 1960, quando a Secretaria começou a funcionar efetivamente, de modo regular. Dentre outras tantas ações da Secretaria, duas delas chamaram a atenção: o esforço do Governador Luiz Garcia para criar o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, a primeira instituição sergipana dedicada a educar e atender pessoas portadoras de deficiência, e a Faculdade de Medicina de Sergipe, implantada por ele. Outras iniciativas foram muito importantes, como a criação em São Cristóvão do Museu Histórico de Sergipe, que contou com a efetiva participação do artis-

ta plástico Jenner Augusto e do jornalista Junot Silveira, este último à época secretário particular do Governador Luiz Garcia.

O Centro de Reabilitação Ninota Garcia, além de ser a primeira instituição sergipana de tal natureza, era a terceira do país com tal objetivo. Instalado em 24 de junho de 1962, o Centro fora precedido apenas pelo Centro de Reabilitação Sara Kubitscheck, em Brasília, e pelo Instituto Baiano de Reabilitação, em Salvador. O Centro Ninota Garcia se especializou em educar deficientes visuais e auditivos e também as então chamadas crianças excepcionais. Para organizar o Centro, o governo Luiz Garcia se preocupou com a formação de professores especializados que, depois de selecionados, foram remunerados pelo estado de Sergipe e formados no Rio de Janeiro pelo Instituto Benjamin Constant.

A criação da Faculdade de Medicina teve um forte impacto na vida dos sergipanos. O primeiro concurso vestibular ocorreu em 16 de fevereiro de 1961. O Governador Luiz Garcia conseguiu reunir em torno de tal projeto nomes da maior importância. Além do seu irmão e secretário da Educação, Cultura e Saúde, foram relevantes para a criação da escola os médicos Benjamin Alves de Carvalho, Lourival Bomfim, Lauro de Brito Porto e Walter Cardoso. O Governador Luiz Garcia lançou mão de toda a sua habilidade política no processo de criação, a fim de conciliar os interesses e conflitos dos médicos que eram ligados ao seu partido, a UDN, com os manifestados pelos médicos militantes e simpatizantes do agrupamento PSD-PR e outros partidos que faziam oposição ao seu governo. Obstinado, conseguiu transpor todos os obstáculos e colocar em funcionamento aquela importante escola de ensino superior.

Agindo com humildade, o Governador Luiz Garcia desistiu da ideia de criar uma Faculdade de Engenharia e ouviu as ponderações do seu irmão médico, professor e secretário da Educação, Cultura e Saúde, Antônio Garcia Filho, para retomar o projeto iniciado em 1953, por um grupo de médicos ligados ao governo do seu adversário político do PSD, Arnaldo Rollemberg Garcez. Não foi fácil para os padrões políticos à época vigorante, fazer tal inflexão. Luiz Garcia assumiu a postura de estadista para fazê-lo. O médico João Batista Perez Garcia Moreno, que liderava o grupo, não teve tempo hábil para implantar a Faculdade durante o governo Arnaldo Garcez. Em 1954, a coligação PSD-PR perdeu a eleição para a UDN e, em 1955, Leandro Maciel tomou posse como governador de Sergipe.

Durante os quatro anos do primeiro governo udenista, o projeto de criação da Faculdade de Medicina ficou inviabilizado. Em 1958, a UDN, outra vez, conquistou a chefia do Poder Executivo sergipano, quando Luiz Garcia derrotou nas urnas José Rollemberg Leite, o candidato da coligação PSD-PR. Ao aceitar retomar o projeto, a clarividência de Luiz Garcia permitiu a Sergipe ampliar o número de instituições de ensino superior existentes. À época, o governo estadual mantinha uma Faculdade de Química e uma outra de Ciências Econômicas e Contábeis. O governo federal mantinha a Faculdade de Direito de Sergipe, enquanto a Igreja Católica era mantenedora das Faculdades de Filosofia e Letras e de Serviço Social. O Governador Luiz Garcia recebeu o apoio do Núcleo Estudantil Pró-Universidade de Sergipe – NEPUS, entidade que reunia os estudantes das Faculdades existentes, e se engajou na luta em defesa da criação da Faculdade de Medicina.

No processo de preparação das condições para a fundação da Faculdade de Medicina de Sergipe, o governador Luiz Garcia criou o Curso Pré-Vestibular Dr. Oscar Nascimento, o primeiro deste gênero e que se destinava a preparar especificamente estudantes interessados no concurso vestibular para o curso de Medicina. Assim que foi criado, o curso organizou a sua primeira turma, com 46 alunos. No curso, os alunos se entusiasmaram principalmente com o trabalho de três professores: o próprio secretário da Educação, Cultura e Saúde, Antônio Garcia Filho, que lecionava Química; o médico Lourival Bom fim, professor de Física; e, o também médico Hercília Cruz, responsável pelo ensino de História Natural.

Desde sete de janeiro de 1954 estava sancionada pelo governador Arnaldo Rollemberg Garcez a lei estadual 629 que fazia a doação do prédio onde funcionara a Escola Normal, na Praça Olímpio Campos, à Sociedade Civil Mantenedora da Faculdade de Medicina de Sergipe. Ao retomar o projeto, o Governador Luiz Garcia autorizou a realização dos investimentos necessários para restaurar o edifício e adapta-lo às necessidades do curso de Medicina. Todavia, avançaram os entendimentos entre a Faculdade e o Hospital Cirurgia e a instituição de ensino se instalou ali, transformando o Hospital Cirurgia em Hospital Universitário.

Além de todas as providências, o Governador Luiz Garcia estabeleceu uma subvenção anual no orçamento do Estado no valor de 1.500.000 cruzeiros para colaborar com a manutenção dos custos de funcionamento da Faculdade. O Poder Executivo construiu também um anexo no Instituto Parreiras Horta, onde funcionavam a Secretaria e a Diretoria, três salas para aulas teóricas e

uma sala para o ensino de Anatomia. A Faculdade foi ainda autorizada a utilizar os Laboratórios de Bioquímica e de Microbiologia do Instituto Parreiras Horta e as instalações da Escola de Química e do Centro de Saúde da Clínica Psiquiátrica Adauto Botelho. Finalmente, no dia 11 de janeiro de 1961, o Diário Oficial da União publicou o Decreto 49.864, assinado pelo presidente Juscelino Kubitschek, autorizando o funcionamento da Faculdade de Medicina de Sergipe.

## **O Nacional Desenvolvimentismo**

No mesmo ano de 1959 em que a Secretaria da Educação, Cultura e Saúde foi criada, também ocorreu a organização do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe – Condese. Estes dois eventos dão a dimensão do estadista que era Luiz Garcia. Líder da UDN, ele não teve dificuldade em assumir propostas defendidas pelo governo do pessedista Juscelino Kubitschek quanto ao desenvolvimento da região Nordeste e trazer para Sergipe os postulados do economista Celso Furtado, assumindo com ele um ideário desenvolvimentista sergipano.

Luiz Garcia se abriu a esse conjunto de ideias na ocasião em que o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste – GTDN também começava a se transformar em Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene. O pensamento nacional-desenvolvimentista foi fundamental para que o governo Luiz Garcia difundisse a ideia segundo a qual a solução do problema de Estados como Sergipe, no que tangia ao implemento dos sistemas escolares, repousava na racionalidade técnico-adminis-

trativa que, necessariamente, indicaria a direção da integração de recursos federais, estaduais e municipais.

Luiz Garcia levou às últimas consequências a tese defendida pelo professor Nunes Mendonça, segundo a qual, em Educação, a ausência de planejamento era apontada como a causa de todos os males. O governador estava convencido que seria possível superar o déficit escolar herdado da década de 1950 se houvesse planejamento e boa administração. A própria Constituição Estadual então vigente havia incorporado esse ideário ao anunciar em seu artigo 147: “A Educação deve ser planejada...”. Havia assim um ajustamento perfeito entre o ideário de Educação assumido pelo Governador Luiz Garcia e a ação conjunta e coordenada de todas as esferas de governo que o Condese estava propondo. Luiz Garcia defendeu o entendimento segundo o qual a racionalidade técnica de que era portador o novo órgão de planejamento e a Secretaria da Educação, Cultura e Saúde afastariam o uso da administração educacional pelos interesses pessoais e grupais. Daí porque, sob essa ótica urgia o cumprimento do artigo 148 da Constituição Estadual no sentido de que fosse imediatamente criada a Secretaria da Educação, Cultura e Saúde.

Esse mesmo pensamento moveu os técnicos que se aglutinaram em torno do Condese. Para eles, os malefícios causados pelos interesses mesquinhos da política pessoal e de grupos eram reconhecidos pelas próprias autoridades educacionais. Todos estavam convencidos da necessidade de vencer a intromissão política na administração escolar. A posição do Governador Luiz Garcia afirmava a importância de superação de um dos males incrustados na máquina educacional do Estado: a ação política clientelista, a sua ingerência na política

educacional sergipana. Esse tipo de pressão que interesses políticos mesquinhos exerciam era indicado como responsável pela localização nem sempre adequada de escolas e, principalmente, recrutamento de professores despreparados. Esse quadro reforçava a crença na racionalidade técnica. Luiz Garcia acreditava que com competência administrativa e imunidade às pressões dos diversificados interesses partidários seria possível superar os problemas.

Foi sobre essa realidade que agiu o Governo Luiz Garcia. Alterá-la foi o compromisso político que anunciou ao tomar posse. Prometeu organicidade estrutural ao sistema estadual de Educação, quando enviou à Assembleia Legislativa o projeto de lei que criava a Secretaria da Educação, Cultura e Saúde. O propósito era o de que houvesse uma articulação entre os diversos graus e ramos de ensino, as atividades fossem planejadas e os serviços técnicos tivessem eficácia real. Era necessário planejar, dirigir e controlar o ensino. Da mesma forma, conjugar os esforços da União, do Estado e dos Municípios. O governo udenista tinha pressa. Era grande o seu esforço por demonstrar eficiência e racionalidade técnica e administrativa.

Em relatório que encaminhou, no dia 09 de janeiro de 1960, ao Secretário da Justiça e Interior, a quem era subordinado, o padre José de Araújo Mendonça, último diretor geral do Departamento de Educação do Estado, informou do crescimento da matrícula na rede escolar, já no primeiro ano do Governo Luiz Garcia. Segundo aquele relatório, a matrícula inicial foi de 53.365 alunos enquanto a matrícula final registrou 55.998 alunos, apresentando um incremento de 2.633 novas vagas no primeiro ano da

gestão. O mesmo relatório informava que o Estado contratara, naquele ano, 154 novos professores, aumentando para 1.525 o número de docentes da rede estadual.

O discurso planejador do Governo Luiz Garcia era o mesmo de várias instituições internacionais que colaboravam com a Sudene, através da ideologia defendida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, incorporada por muitos técnicos do Governo do Estado de Sergipe. Assim, como na Sudene, no Condese e na Secretaria da Educação, Cultura e Saúde do Estado de Sergipe era importante a questão da modernização e da eficiência. O planejamento poderia, assim, ser capaz de resolver os graves problemas educacionais de que padecia o sistema de ensino sergipano, pois, sob esta ótica, estes tinham sua origem na falta de qualificação dos recursos humanos, na inexistência de escolas e de materiais didáticos racionalmente planejados.

Do mesmo modo que o Governador Luiz Garcia se entusiasmara com as propostas formuladas pela CEPAL, o grupo cepalino da Sudene se entusiasmou com o desenvolvimentismo do governador de Sergipe e com a sua disposição de organizar o sistema estadual de planejamento e a Secretaria da Educação, Cultura e Saúde. As posições do Governador Luiz Garcia eram reveladoras de uma mudança qualitativa no estilo da administração estadual, que deixou de ter caráter estritamente político e passou a ter uma atuação orientada em função de maior racionalidade. As iniciativas que buscaram introduzir técnicas racionais de controle para garantir maior funcionalidade à máquina burocrática estadual refletiam a capacidade que teve o governador de se abrir à troca de experiências com o grupo de economistas que dirigia

a Sudene, e a equipe que em Sergipe era influenciada pelo economista José Aloísio de Campos, empenhado em organizar o Condese.

O Estado viveu, deste modo, um período de difusão do emprego das técnicas administrativas modernas, a fim de garantir as condições institucionais favoráveis à implantação de uma forte política de desenvolvimento. Desta maneira, como acontecia em outros estados nordestinos, não sem propósito o Governador Luiz Garcia enviou técnicos sergipanos para conhecer o Conselho de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte e esteve pessoalmente presente na solenidade de instalação do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, em sessão realizada no dia 24 de abril de 1960.

O cientista político José Ibarê da Costa Dantas aponta em seu livro *Os Partidos Políticos Em Sergipe* que o domínio da UDN no Estado, “de certo modo, correspondeu a uma atualização ou a uma tentativa de adequação do projeto político da classe dominante local aos padrões nacionais. (...) De um lado, na valorização do ideário desenvolvimentista e, de outro, pela aproximação com os trabalhadores urbanos. (...) Esta aproximação ampliou sua integração no processo político, ao tempo em que também servia de base para sua legitimação” (DANTAS, 1989, p. 260).

## Referências Bibliográficas

DANTAS, Ibarê. **OS PARTIDOS POLÍTICOS EM SERGIPE**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

GARCIA, Eduardo Antônio Conde. **ANTÔNIO GARCIA FILHO E A FACULDADE DE MEDICINA DE SERGIPE: CRIADOR E CRIATURA**. Aracaju: Sercore Artes Gráficas, 2008.

\_\_\_\_\_. **DISCURSO PROFERIDO NO LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DO CAMPUS ANTÔNIO GARCIA FILHO**. Aracaju: Sercore Artes Gráficas, 2011.

GARCIA Filho, Antônio. **A REABILITAÇÃO EM SERGIPE**. Aracaju: Gráfica Aracaju, 1966.

\_\_\_\_\_. **DISCURSO DE POSSE**. Aracaju: Academia Sergipana de Letras, 1961.

\_\_\_\_\_. e ROCHA, Gilvan. **DISCURSOS DE POSSE E RECEPÇÃO**. Aracaju: Academia Sergipana de Letras, 1980.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A INTERVENÇÃO DA SUDENE NA POLÍTICA EDUCACIONAL DO ESTADO DE SERGIPE**. São Paulo: PUC, 1991. (Dissertação de Mestrado).

## Luiz Garcia: o professor, o acadêmico

*José Anderson Nascimento  
Presidente da Academia Sergipana de Letras*

O professor Luiz Garcia pontificou no magistério estadual ministrando aulas de Legislação Fiscal na antiga Escola de Comércio Conselheiro Orlando, instituição de ensino público estadual, que se propôs ao ensino da contabilidade, na crença da necessidade de remodelação da ordem social e econômica, e da convicção de que a educação seria o mais forte instrumento para a consolidação de um povo trabalhador, e, para a construção de um município moderno, capaz de oferecer ao seu povo as condições de inserção mais democrática e representativa no mercado de trabalho.

Mas foi como professor fundador da antiga Faculdade de Direito, hoje integrada à Universidade Federal de Sergipe, que o professor Luiz Garcia notabilizou-se na cátedra da disciplina Direito Industrial e Legislação Trabalhista, campo de estudo inovador na novel instituição de ensino superior.

Na História Oral do curso de Direito, o biografado na condução da matéria de ensino Direito Industrial e Legislação Trabalhista, expunha com proficiência as interações entre os dois campos de estudo, sempre ressaltando as relações entre o capital e o trabalho, numa sociedade que estava se transformando com a industrialização e a influência dos embrionários sindicatos. Nas suas aulas focalizava os direitos trabalhistas emergentes e

os reflexos científicos destes, na construção do Direito do Trabalho.

As aulas ministradas por Luiz Garcia, repletas de ensinamentos da Filosofia Jurídica e das suas experiências como advogado de empresas e de demandas de empregados, mostravam, também, a sua visão prática, já que as ações trabalhistas eram processadas pelos juízes estaduais, pois ainda não havia sido instalada a Junta de Conciliação e Julgamento, primeira experiência da Justiça do Trabalho em Aracaju.

Já o Direito Industrial era uma ficção jurídica. Os desenhos e os modelos industriais, por sua vez, só passaram a ser protegidos em 1934, com o Decreto 16.264. Segundo antigos programas (hoje, grade curricular), os fundamentos do Direito Industrial no Brasil só foram dinamizados a partir de 1970, com o Código de Propriedade Industrial, Lei nº 5.772/71, que teve uma vida efêmera, uma vez que fora revogado e substituído pela Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

Para cumprir mandatos de deputado federal, governador do estado de Sergipe e exercer cargos no Governo do estado da Guanabara e no estado do Mato Grosso, o professor Luiz Garcia licenciou-se da Faculdade de Direito e só retornou às suas aulas no final da década de 1970, integrando-se ao Estágio de Prática Jurídica e Organização Judiciária, coordenado pelo Professor José Silvério Leite Fontes, que contava ainda com as atuações dos professores José Anderson Nascimento, José Francisco da Rocha, Luiz Bispo e Balduino Ramalho. Esse estágio atendia a uma reforma curricular do Curso de Direito, que exigia o ensino da prática jurídica aos alunos dos últimos períodos. Nessa

mesma época ele ministrou, também, aulas de Direito de Família, num momento de grande transformação da família brasileira, diante da Lei do Divórcio, sancionada em 26 de dezembro 1977, pelo presidente Ernesto Geisel.

A visão universalista do professor Luiz Garcia, muito contribuiu para a formação do corpo jurídico de Sergipe e do Brasil.

Paralelamente às suas atividades no magistério superior, Luiz Garcia integrava a Academia Sergipana de Letras, para a qual fora eleito e empossado em 6 de junho de 1942, vindo a ocupar a Cadeira nº 37, do Sodalício Sergipano.

Essa cadeira acadêmica é patroneada por Joaquim José de Oliveira, um médico sergipano, graduado na Faculdade de Medicina da Bahia, em 23 de novembro de 1844. Ele exerceu a medicina em São Cristóvão, no Maranhão e em Pernambuco, produzindo ensaios da literatura médica, recomendados pela crítica especializada da época. Faleceu no Rio de Janeiro em 16 de Setembro de 1872. A cadeira foi fundada pelo intelectual Pedro Sotero Machado, que se dedicou ao protestantismo e publicou um dos primeiros ensaios sobre a religião, com o título *Um século de evangelismo no Brasil*. Ambos prestaram relevantes serviços à cultura nacional, com ensaios publicados em jornais e em revistas especializadas, conferências e artigos.

Para a sucessão de Pedro Sotero Machado, candidatou-se o ensaísta e orador Luiz Garcia, com uma produção literária multifacetada, merecendo destaque as críticas literárias e as crônicas que publicou no jornal Correio de Aracaju. Além disso, era detentor de uma invejável oratória, utilizando a arte do bem dizer, a arte da eloquência.

Os seus pronunciamentos públicos e políticos acontecidos em praças publicas, em auditórios, na academia e em outros espaços, são comentados até hoje por aqueles que viveram os momentos de ativismo cultural e político da segunda metade do século passado.

Nas sessões da Academia Sergipana de Letras, acontecidas no final do século passado, os acadêmicos Luiz Garcia, Manoel Cabral Machado, José Silvério Leite Fontes, José Amado Nascimento, Maria Thetis Nunes e Ofenísia Freire revisitavam com lembranças indeléveis as suas memórias dos momentos de repressão da Era Vargas, passando pelas ações do integralismo, até à declaração de guerra à Alemanha e à Itália. Nessa mesma linha, os debates sobre a literatura política e os seus reflexos durante a redemocratização do país estiveram sempre presentes nas suas discussões.

O professor e acadêmico Luiz Garcia imortalizou a sua atuação acadêmica, pois esteve sempre presente nos movimentos culturais realizados em Sergipe, no Rio de Janeiro e no estrangeiro, principalmente, porque participava do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, tempo em que se especializou na moderna Literatura Francesa, com a linha de estudos políticos, decorrentes da Guerra Fria.

É louvável a edição deste livro, organizada pelo acadêmico e professor José Gilton Pinto Garcia, o seu sucessor na Cadeira nº 37 da Academia Sergipana de Letras, materializando a presença de Luiz Garcia no cenário cultural, notadamente nos campos do magistério e da literatura em geral.

## Luiz Garcia - o Advogado

*José Francisco da Rocha*  
*Adv. Insc. 190-OAB/SE.*

**“A última coisa que descobrimos ao escrever um livro é o que devemos pôr em seu início”.**

Sergipano, nascido em Rosário do Catete no ano de 1910, 14 de outubro, Luiz Garcia alfabetizou-se e fez o curso primário na sua terra natal, concluindo os preparatórios no Atheneu Sergipense, destacando-se como extraordinário orador e iniciando já, como adolescente, a carreira política na caminhada estudantil, daí nascendo, como efetivamente nasceu, a inclinação para o estudo do Direito, escola não existente na capital sergipana, fato que obrigou ao jovem idealista à prestação do exame vestibular na tradicional Faculdade de Direito da Bahia.

Aprovado com destaque, iniciou a jornada estudantil como acadêmico e tão notável era a sua vocação para o aprendizado das letras jurídicas que mereceu o reconhecimento público através do Ministério Público, conquista primeira para exercício da advocacia em defesa da sociedade com a sua nomeação para o cargo de Promotor da Comarca de Estância.

Ocorre que a minha modesta função não é a de produzir a biografia do Dr. Luiz Garcia, mas a de apresentar uma amostragem da sua vida como advogado e, como tal, la-

ço-me à sorte, mostrando o seu passo primeiro qual o pedido de inscrição no quadro de advogados de Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de Sergipe, formulando de próprio punho ainda como Promotor Público de Estância, com caligrafia legível e elegante.

Como advogado desenvolveu, de modo pleno, a política interna nos quadros da Ordem, órgão de defesa e de disciplina da atividade advocatícia, elegendo-se Conselheiro Estadual em 1934 e, em 1976, elegeu-se como membro do Conselho Federal da OAB, porém, sem perder o ideal de exercer a advocacia, muito menos de que abraçou a mais bela das profissões.

Assim é que o Dr. Luiz Garcia, como advogado, no período de 1935 a 1950 enfrentou a advocacia, com sucesso, não só na área cível, também na criminal e na eleitoral, lutando no foro com advogados consagrados, à exemplo de Alfredo Leite, Alberto Bragança de Azevedo, Armando Rollemberg Leite, Ávila Lima, Leonardo Leite, entre outros. Observo, aqui, que dos causídicos citados, foram meus professores os Drs. Alberto Bragança e Armando Rollemberg.

Não é exagero afirmar que o Dr. Luiz Garcia ostentava postura elegante, fino trato, ornado, todavia, do dom divino da humildade, característica dos homens sábios, sendo válido concluir esta modesta apresentação com a afirmação de Tobias Barreto:

**“Quando me julgo, envergonho-me;  
quando me comparo, envaideço-me.”**

## Aquele Tempo da Bossa Nova

*Luiz Eduardo Costa*

Naquela manhã de um abril chuvoso, renunciando inverno talvez mais intenso, o Governador Luiz Garcia fazia o desjejum na varanda ampla no primeiro andar do Olímpio Campos, modesto prédio que abrigava em seu pavimento inferior a sala de despachos, e parte do apoio de uma burocracia tão incipiente quanto a magreza do erário.

O Palácio tinha finalidade dupla: no térreo, a sede do governo; no primeiro andar, os aposentos da família do governador que, por tradição e segurança, ali residia.

Governar Sergipe nunca deixou de ser um imenso sacrifício, começando pelo desconforto do espaço restrito da morada oficial, e até então obrigatória.

Garcia sorvia o seu café em lentos e pausados goles, parecendo estar mais absorto do que efetivamente preocupado. Dona Ninota, sua esposa, constantemente ao lado, observava aquele comportamento não usual, principalmente à mesa de refeições com a família. Estavam apenas os dois, e ela pergunta-lhe o que estaria a preocupá-lo.

Garcia respondeu, com o timbre de voz macio que reservava para aquela que foi o amor da sua vida: — Não há nada, nenhuma preocupação mais séria, eu apenas estava olhando o prédio na frente, o Cinema Palace, e rememorando algumas coisas. Ali ficava a melhor sorveteria da cidade, a Primavera.

Quando o Cine Palace começou a ser construído eu ouvi muita gente dizer que aquilo não ia dar certo.

Uma sala de projeção em Aracaju, com ar condicionado, cinemascope, e funcionando em três sessões contínuas por dia, não teria público suficiente para gerar lucro. Já previam, até, que os dois empresários iriam jogar dinheiro fora e falir. E lamentavam pela cidade que perderia a excelente sorveteria, em troca de um cinema moderno, mas com as portas trancadas.

Ninota, disse ele, eu estou começando a suspeitar de uma coisa: nessa nossa terrinha sergipana, o presente conspira contra o futuro, e o que é pior ainda, insiste em prorrogar o passado.

No seu segundo ano de mandato, Luiz Garcia, um intelectual, professor e jurista, quebrava a tradição sergipana. Ele não tinha origem no estamento social que, desde o início da colonização, possuía suas bases de poder nos engenhos de açúcar. Só em tempos mais turbulentos, os militares, senhores das armas, costumavam substituir os “coronéis”, senhores da terra, e hóspedes permanentes do Poder.

Um ousado sonhador, que incendiara Sergipe de ímpeto revolucionário no começo do século XX, e, por um curto lapso, tomou de assalto o governo, mesmo ele, Fausto Cardoso, segundo a expressão popular nada lisonjeira, “cheirava a cabaú”, por ter nascido em Casa Grande de engenho.

A pasmeira dos engenhos apagando o fogo parecia contaminar o ânimo da própria sociedade sergipana, onde as chamadas famílias abastadas empobreciam inertes,

acompanhando o ritmo decrescente da economia, que, limitada aos setores tradicionais, perdia fôlego na ausência de um arejamento modernizante.

Luiz Garcia estava começando o segundo ano do seu mandato, e empenhava-se, como contemporâneo do dinâmico e transformador quinquênio de Juscelino Kubitschek, em incluir Sergipe naquele clima de entusiasmo e criatividade sentido em todas as áreas, desde a economia às artes. Era o tempo da Bossa Nova, uma denominação para a musicalidade revolucionada por João Gilberto, e, no mesmo diapasão, a característica transformadora acoplada também a JK, o “presidente Bossa Nova”, apelidado assim a partir de uma música do menestrel satírico Juca Chaves.

Garcia, da UDN, partido que fazia ferrenha oposição a Juscelino, inspirou-se nele para concretizar a obra modernizadora que projetara para Sergipe.

As sintonias existiam até nas linhas modernistas da projetada Estação Rodoviária, assemelhando-se ao Palácio da Alvorada com as colunas losangulares, característica maior do estilo Niemeyer.

A Rodoviária surgiria no amplo descampado que restou após a demolição do Morro do Bonfim. No governo anterior de Leandro Maciel. Aracaju não tinha uma rodoviária, os ônibus que faziam as linhas para o interior aglomeravam-se próximo ao Mercado, na Rua da Frente, e os passageiros ficavam ao relento.

Muito mais do que afinidades de estilos arquitetônicos, Garcia mirava o desenvolvimento econômico, tema que começou a seduzir o país.

Adotar uma “bossa nova” no estilo de governar não era intenção fácil de ser concretizada.

Planejar, dialogar, privilegiar a cultura e a competência, arejar Sergipe daquele ranço pegajoso do atraso social e econômico, tentando fazer um governo transformador, não estava sendo um projeto livre de surpreendentes obstáculos.

O café chegara ao fim. Garcia foi vestir terno e gravata para descer, como fazia todos os dias, à sua sala de despachos.

Na agenda constava, às oito horas, a primeira audiência, que fora solicitada por donos de hotéis de Aracaju. Eles viriam acompanhados por deputados integrantes da base do Governo na Assembleia Legislativa, e alguns da oposição. Os jornais oposicionistas haviam noticiado com destaque aquela audiência, onde estariam os donos de hotéis revoltados com a concorrência desleal que o governo do estado lhes iria fazer. Deputados da oposição falaram na Assembleia denunciando o desnecessário gasto de dinheiro público. Um deles chegou a afirmar que o Governador Luiz Garcia preparava um hotel de luxo para hospedar sua família.

Por antever o que deveria ser tratado naquela audiência é que Garcia demonstrara alguma tensão durante o desjejum. Teria de ser cordial, afável, ouvir muito os argumentos que detestava, e seriam sempre os mesmos. E com maciez e tato contesta-los um a um.

Fazia poucos dias estivera em Aracaju José Ermírio de Morais. Ele já estava na relação dos três maiores empresários do país, e a vinda dele a Sergipe tinha um enorme

significado. Não fora fácil convencê-lo de que em Sergipe existiam excelentes vantagens locais para a instalação de uma fábrica de cimento. Em São Paulo, onde estava à frente do grupo que criara, o Votorantim, ele, pernambucano, sempre dera preferência ao seu estado, entre os demais nordestinos.

O ciclo acelerado de desenvolvimento no país, a construção de Brasília, de hidrelétricas, e tantas outras obras públicas e privadas, aumentava a demanda de cimento e Ermírio queria manter o seu grupo na liderança, para isso, precisava ampliar fábricas e instalar outras.

O economista Aloísio de Campos, principal assessor do governo para assuntos de desenvolvimento econômico, elaborara, com uma reduzida equipe, um minucioso documento demonstrando a plena viabilidade em Sergipe para instalação de uma indústria cimenteira. As vantagens locais ficavam evidentes pela abundância das jazidas de calcário, quase todas na superfície da terra.

Quando teve o primeiro contato em São Paulo com o industrial, o Governador Luiz Garcia estabeleceu uma relação de confiança e admiração, que resultou na promessa de que ele viria a Sergipe conhecer de perto o local para o seu próximo vultoso investimento.

Na vinda a Aracaju, o industrial foi homenageado pelo governador com um jantar no Olímpio Campos, a sede do governo. Luiz Garcia cercou-se de convidados técnicos e intelectuais, e deu o tom para uma agradável conversa sem formalismo e permeada por frases espirituosas do médico e poeta Antônio Garcia Filho. Em pouco tempo, todos conversavam como velhos amigos, e Ermírio, dizendo-se encantado com o que via em Sergipe, pincelou ideias sobre

o desenvolvimento integrado do nordeste, após a recente criação da SUDENE, elogiando o governador, que seguia uma inteligente política para a industrialização do estado.

Luiz Garcia teve a certeza de que naquele instante seus sonhos aproximavam-se da realidade. E avançou no tempo, fazendo um vaticínio e ao mesmo tempo uma solicitação a Jose Ermírio para, depois que fosse eleito senador por Pernambuco, além do progresso que já estava trazendo, nos ajudasse como seu prestígio acrescido no plano federal.

As eleições ainda estavam distantes mas o empresário agradeceu ao governador pela lembrança, e disse que vários líderes políticos pernambucanos já o convidavam para ser candidato. Ermírio retribuiu a gentileza dizendo que se realmente fosse candidato, e eleito, gostaria de ter no Senado um colega da estirpe do Governador Luiz Garcia. O fato é que, àquela altura, Sergipe já podia preparar-se para receber o maior investimento da sua história.

De Ermírio de Moraes naquela noite Garcia guardou a sugestão que, dali em diante, não parou de fervilhar na sua cabeça.

O empresário lhe dissera: — Governador, Aracaju precisa de um bom hotel. A cidade vai crescer, novos investimentos surgirão, o aeroporto novo já funciona e há boas possibilidades de ser encontrado petróleo.

Luiz Garcia, contrariando seu temperamento cuidadosamente comedido, sua aversão a fazer promessas, mesmo quando em cima de um palanque em campanha, assegurou: — Doutor Ermírio, antes de terminar meu governo eu vou convidá-lo a vir a Aracaju, o senhor virá ver a sua

fábrica de cimento sendo construída, e participar da inauguração de um hotel para o qual o nome já surge na minha cabeça: Hotel Palace de Aracaju.

O empresário demonstrou admiração pela capacidade resolutiva e entusiasmo do governador que tentava superar a pobreza do seu pequeno estado, e disse com voz firme: — Aceito o convite, e lhe asseguro que a fábrica então já estará sendo implantada.

Tudo aquilo passava pela cabeça de Luiz Garcia, enquanto descia as escadas para ir iniciar a audiência com os deputados e hoteleiros.

Nem sentou à mesa de trabalho, chamou um auxiliar, perguntou-lhe se os solicitantes da audiência já haviam chegado, e foi informado que eles eram numerosos e já estavam esperando desde às sete e trinta. Garcia apenas lembrou que a audiência seria às oito, eram exatamente oito horas, e mandou que o grupo entrasse.

Sentou-se, ficou a esperá-los. Quando a porta foi aberta entraram, muito formais e sisudos, os hoteleiros e os deputados. Os parlamentares preferiram ficar calados e um deles sugeriu que um hoteleiro apenas falasse em nome do grupo. O indicado começou a falar, perguntando logo se era verdade que o governo iria mesmo gastar dinheiro na construção de um hotel que não se sustentaria, porque era grande demais para uma cidade quase sem visitantes (Na época não se falava em turismo, e, de fato, em Aracaju raramente aparecia algum).

Perguntou também se gastar dinheiro num hotel luxuoso seria um desperdício, enquanto tanta gente passava fome.

Garcia, após ouvir o ríspido discurso, perguntou se alguém mais desejava se manifestar. Ficaram mudos tanto os hoteleiros como os deputados, e o governador, revestindo-se do ar professoral que usualmente dava às suas falas, começou elogiando os hoteleiros da cidade que, apesar da carência de hóspedes, mantinham os seus negócios funcionando, e se esmerando em prestar bons serviços. Em seguida deu-lhes uma aula sobre o que significava desenvolvimento; referiu-se ao instrumento que criara para começar a planejar e traçar rumos para dinamizar a nossa economia. Era o Conselho do Desenvolvimento de Sergipe (CONDESE), instalado no mesmo mês de dezembro de 1959, poucos dias depois de ter sido criada a SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Explicou que o processo de industrialização a ser iniciado, com a fábrica de cimento sendo o grande marco, significava um novo tempo para Sergipe, e Aracaju, como capital e futuro polo de indústrias novas, teria de fazer adequações modernizadoras, onde não poderiam faltar hotéis, ampliando a capacidade de receber o fluxo crescente de pessoas.

Luiz Garcia citou como exemplo os trabalhadores especialistas em petróleo que começavam a chegar a Aracaju contratados pela Petrobrás. Garcia arriscou-se a ser premonitório quando disse que a era do petróleo poderia estar sendo iniciada em Sergipe, e, com isso, haveria um crescimento acelerado da economia (o petróleo seria descoberto em Carmópolis, três anos depois).

Achou conveniente, para completar sua fala, revelar ali um dos seus projetos ainda em gestação: seria um banco de fomento, para apoiar o empresariado sergipano e, inclusive, financiar projetos de novos hotéis ou reforma e ampliação dos atuais.

Augusto Marozzi, proprietário do melhor hotel da cidade, que não passava de um amplo sobrado residencial, transformado em hospedaria, se disse triste porque fazia tempo que Garcia não aparecia para saborear a minestrone que ele e dona Ninota tanto apreciavam. A sopa do italiano era famosa em Aracaju. Garcia marcou o dia em que voltaria ao restaurante do hotel e pediu-lhe que caprichasse ainda mais na minestra.

Acompanhou o grupo até a porta do gabinete, e a despedida tornou-se efusiva, os rostos crispados já se haviam descontraído em sorrisos, e os deputados se declararam entusiasmados com a ideia do hotel.

Garcia, naquele instante, comemorava intimamente mais um obstáculo vencido.

Fora desfeita a anunciada rebelião dos hoteleiros aracajuanos contra a chegada de um privilegiado concorrente.

Poucos meses depois o projeto do novo hotel já estava pronto. O Secretário da Fazenda, João Machado Rollemberg, era um jovem engenheiro que, associado a um empresário da área de combustíveis, Benedito do Espírito Santo, construía o primeiro prédio com mais de quatro andares em Aracaju, até chamado presunçosa ou ingenuamente de “arranha céu”, apenas com seus dez andares. Desfizera, com isso, a inconsistente e arraigada ideia de que Aracaju, por ser área de mangues aterrados, jamais poderia ter edifícios.

Luiz Garcia deu então a incumbência a João Machado e ao seu irmão José Garcia, também engenheiro e diretor do Departamento de Obras Públicas, para que elaborassem o projeto do hotel, a formado financiamento para a construção e a sua viabilidade econômica.

Surgiria então a primeira PPP, parceria público privada, e a primeira privatização em Sergipe.

Já na maquete exibida no saguão de entrada do Palácio do Governo, o hotel era uma torre de dez andares sobre uma parte da base de um mais amplo bloco de três andares, erguido sobre o amplo terreno no centro da cidade de onde fora demolido o antigo quartel do Exército em Sergipe. Nas suas paredes haviam numerosas perfurações resultantes do tiroteio com os militares revoltosos dos tumultuários anos da década de 1920. Sobre o teto do terceiro pavimento haveria uma área de lazer com uma ampla piscina ao centro.

O governo recorreu a uma fórmula criativa e rara naquele tempo: o financiamento através da venda de salas, do térreo ao segundo andar, onde seriam instalados escritórios, consultórios, lojas, bares, restaurantes. Houve uma forma de articulação entre o governo e setor privado, naquela época incomum no Brasil. Assim, Sergipe teria inaugurado há quase sessenta anos o modelo das parcerias público-privadas, as PPPs. Foram vendidas dezenove salas, as do térreo bem mais amplas e as menores no primeiro andar.

Anunciou-se, também, que o Hotel seria locado para a iniciativa privada, e para isso realizada uma concorrência. Quando realizada, seria vencida por um grupo hoteleiro cearense, liderado pelo empresário Pedro Lazar, que operava hotéis em Fortaleza, Petrolina (PE) e na Ilha de Itaparica (BA).

Nenhum empresário sergipano apresentou-se para disputar a concorrência.

No início de 1962 Garcia já decidira que seria candidato ao Senado Federal. Para isso teria de cumprir o prazo de

desincompatibilização, afastando-se do governo. O vice, um correligionário e amigo dileto, Dionízio Machado. “Seu” Dionízio era um cidadão simples do interior, negociante de fumo, a riqueza criadora da prosperidade de Lagarto, mas conseguira adquirir uma fama rara entre os chefes políticos mandões que se espalhavam pelo estado: não aceitava o título de “coronel”. E dava razões para isso no seu comportamento comedido, e na reprovação aos métodos violentos. Dionízio, um udenista, era adversário ferrenho do outro líder lagartense, o “coronel Acrísio”, um pessedista. Entre os dois não se registravam cenas de destemperos, com xingamentos pessoais, ou graves entreveros envolvendo os seus seguidores.

A saída de Garcia e a chegada de Dionízio ao governo do estado gerou entre setores do “coronelismo” insatisfeitos, a observação ferina de que “água com açúcar não vence eleições”. Aqueles setores mais apegados ao mandonismo, que sempre caracterizara a política das oligarquias sergipanas e suas dissidências, não se mostravam nada satisfeitos com o clima de transformações que o estado começava a sentir. Para eles, a evolução representaria a decadência do poder pessoal, assentado na influência direta que exerciam sobre o sistema de segurança pública. Estavam habituados a receber continência dos soldados, e até dos coronéis da PM, e escolhiam para as suas regiões os militares que ali iriam servir, e, mais ainda, achavam-se com pleno direito de indicar o nome do Promotor e do Juiz das Comarcas, abrangendo suas áreas, os “currais” onde guardavam as boiadas de eleitores.

Garcia não desafiara o “coronelato”, apenas não avalizou todos os seus métodos e cercou-se de uma equipe palaciana onde sobressaíam os técnicos e intelectuais,

que projetavam para Sergipe um possível encontro com a modernidade. Assim, os vetustos e resilientes “coronéis” sentiam que iriam acabar démodés.

Esse sentimento traduziu-se no desinteresse de alguns deles em relação à candidatura ao Senado de Luiz Garcia, que contraditoriamente pagou o preço amargo dos seus acertos. Muito mais do que a campanha sem tréguas que contra ele moveram alguns meios de comunicação, transmitindo a impressão de que o governo era visceralmente corrupto, os braços cruzados de parte dos donos de “currais” tiveram maior influência no resultado das urnas. O adversário de Garcia, Júlio Leite, era, tanto quanto ele, um político que se mantinha fora do caldeirão de miuçalhas agitado pela rasteirice política sergipana.

Das rasteirices surgiram as insinuações e até denúncias, sobre o rápido enriquecimento da família Garcia. Inventavam apartamentos nas zonas nobres do Rio de Janeiro, fazendas pela Bahia, pelo Mato Grosso, de onde viera o irmão engenheiro José Garcia para participar do governo. Retornando ao Mato Grosso, José Garcia tornou-se um dos principais líderes políticos daquele estado, e foi um governador cujas realizações ficam evidenciadas nas inúmeras placas espalhadas por Cuiabá e toda a imensidão matogrossense, antes que o estado fosse desmembrado, surgindo o Mato Grosso do Sul.

O patrimônio de Garcia nunca deixou de ser modesto, poucos imóveis, todos compatíveis com os seus ganhos, também como advogado renomado, e as aposentadorias resultantes das suas atividades como Promotor Público e no exercício de cargos eletivos. Ele era uma espécie de âncora familiar, atento aos problemas de todos, e enfrentou

dificuldades financeiras nos seus últimos anos, uma situação muito bem conhecida pelo seu filho Gilton Garcia, tão devotado ao pai. Gilton completou a tríade de governadores daquela família pobre de Rosário do Catete, sendo o terceiro governador. Ele assumiu o comando do Amapá, ao ser o território transformado em estado, no governo do presidente Collor de Melo.

O tempo, que aquieta paixões e dá espaço para a reflexão, fez também nascer o sentimento de justiça. Um trabalho de reconstrução da imagem real de Luiz Garcia e do seu governo foi iniciado pelo jornalista e historiador Luiz Antônio Barreto, um intelectual que recuperou para os dias hodiernos a visão um tanto ofuscada da “sergipanidade”.

Luiz Antônio produziu um consciencioso Ensaio em capítulos daquele, que aqui cognominamos “tempo da bossa nova”. Quando Sergipe atrelou-se, definitivamente, ao trem da modernidade, e isso surgiu a partir das cabeças que Luiz Garcia convocou para que, com ele, pensassem as causas evidentes ou fortuitas do nosso longo e empacado convívio como chiar langoroso das rodas dos carros de bois.

Um detalhe: Esses textos de análises objetivas e criteriosas, produzidos por um intelectual da melhor estirpe dos pensadores sergipanos, foram publicados no jornal Gazeta de Sergipe, quando o seu proprietário e diretor, o jornalista e usineiro Orlando Dantas, estava vivo, e prosseguiram quando os seus sucessores, o filho Hélio Dantas e o neto Paulo Dantas Brandão, comandavam o diário. Era uma demonstração, até elegante, de que o jornal fazia uma revisão de conceitos sobre um governo e o homem que o chefiara, com a tácita concordância de quem fora um

dos seus mais acirrados críticos. Nos meios acadêmicos essa revisão também ganhou corpo, e nisso muito influenciaram análises feitas em artigos pelo economista Marcos Melo, indicando o governo de Garcia como ponto fulcral para iniciativas de transformação na área da educação, com evidentes reflexos no rumo do desenvolvimento.

Aproximando-se o final do seu mandato que decidira abreviar para disputar a eleição, Garcia ia conseguindo cumprir etapas, tendo para isso a dedicação de uma equipe técnica de primeira linha que formara ao seu lado, e que funcionava em perfeita sintonia.

No segundo ano do seu governo, criando a Secretaria da Educação Cultura e Saúde, deu ao seu irmão, o médico e intelectual Antônio Garcia Filho, uma condição de supersecretário, que ele plenamente assumiu, e logo somou o Estado ao lado de um grupo de médicos empenhados na criação de uma Faculdade de Medicina em Sergipe, pedra angular para o suporte da Universidade, com a qual sonhávamos há décadas, sempre assustados por pesadelos de fracassos.

Luiz Garcia, ao iniciar o seu último ano de governo, começou a ter dúvidas em relação ao seu afastamento. Dionízio lhe tranquilizava, era um homem leal, correto, saberia conduzir-se administrativa e politicamente, mas, das realizações do seu governo, as principais só começariam a revelar seus resultados nos próximos anos. Era o caso do Instituto de Previdência do Estado de Sergipe, também do Banco do Fomento, do Conselho do Desenvolvimento Econômico de Sergipe – CONDESE. A própria fábrica de cimento, o maior investimento já efetivado em Sergipe, somente entraria em operação quando ele estivesse fora

do governo. Com uma oposição já dispendo de um largo espaço de comunicação, teria de ser travada uma batalha de conquista da opinião pública, a partir de um legado de conquistas do seu governo, que, todavia, poderia parecer ainda uma promessa para o futuro, e as eleições não esperariam por ele, chegariam antes.

Antônio Garcia, o irmão que era também confidente e conselheiro, também médico, entendeu as dúvidas do irmão e procurou tranquiliza-lo por diversas formas.

Encontrou até uma espécie de alegoria para animá-lo a disputar uma eleição importante, para a sua vida pública ter continuidade, quando acabara apenas de transpor os cinquenta anos.

Traçou o panorama do que poderia ser a inauguração do Hotel Palace de Aracaju, num mês de junho, com todas suas festas, e o seu clima aconchegante; criou uma denominação para aquele evento, retirada da sua mente fervilhando de religiosidade, e disse: “Luiz, a inauguração do Hotel Palace será a nossa Epifania”. Na oportunidade festiva, Aracaju repleto de jornalistas, intelectuais, artistas, que virão para uma Semana de Arte e Cultura, o Hotel será o anúncio de um novo tempo para Sergipe; com um Banco fomentando o desenvolvimento, um Conselho planejando a nossa economia, criando laços com a SUDENE; o servidor público amparado pela criação do seu Instituto; a Faculdade de Medicina de Sergipe formando a nossa primeira turma de médicos, e a Universidade agora bem mais perto; no centro de Aracaju já operando a primeira estação Rodoviária de Sergipe; e, no subúrbio da cidade, as instalações da fábrica de cimento em construção, se tornando destacadamente visíveis”.

Garcia gostou da imagem que o irmão fluentemente-lhe desenhava. Reanimou-se, intensificou a rotina diária de fiscalização das obras até fixou a data da inauguração do Hotel: 24 de junho. Também não saía de perto do pintor famoso, Jenner Augusto, que trabalhava no grande painel a ser colocado no principal salão do Hotel, projetado pelo arquiteto Rafael Grimaldi.

E o que fora antevisto por Antônio Garcia, de fato, emblematicamente aconteceu. Em meio ao foguetório junino, encheu-se o salão de festas do Hotel para a inauguração. Não houve vagas nos setenta e um apartamentos para os convidados de outros estados, que tiveram de ser distribuídos em vários locais. Entre eles havia jornalistas.

Os apartamentos, quase todos, já estavam reservados a estrangeiros que trabalhavam nas empresas contratadas pela Petrobras, para as tarefas de prospecção de campos e perfuração de poços.

Pelos jornalistas que vieram à inauguração do Hotel, o Brasil foi informado de que muito em breve, com certeza, em Sergipe seria descoberto petróleo.

E na festa se falava num outro assunto até então desconhecido: o turismo.

Era mesmo uma espécie de “epifania” sergipana.

# Origem do Planejamento no Nordeste e em Sergipe

Marcos Melo<sup>10</sup>

## Antecedentes Históricos

A intervenção do estado na economia, consequência da forte e abrangente depressão dos anos da década de 1930, encerrou uma longa e próspera fase de crescimento econômico baseada nas livres forças de mercado, ou no *laissez-faire*, como se dizia, padrão de funcionamento da economia então vigente nos países democráticos e de economia aberta.

Em teoria, as concepções intervencionistas, visando evitar novas debacles e manter o pleno emprego, originam-se no clássico livro — *Teoria Geral do Juro, da moeda e do Emprego* — de Keynes, publicado em 1933, que, num exame abrangente do funcionamento do sistema econômico, propõe a criação de déficits públicos temporários na perspectiva de manter ou mesmo elevar o nível de emprego e de renda em épocas de recessão ou de baixo nível da atividade econômica, por meio da intensificação de obras públicas.

Na prática, tais concepções foram adotadas pelo governo do Presidente Roosevelt, na implementação de seu amplo programa de intervenção na economia, o famoso *New Deal*, com destaque para a execução do plano de desenvolvimento do Vale do Tennessee, região de baixo

---

<sup>10</sup> Professor Emérito da UFS e Membro da ASL.

nível de renda para os padrões americanos, com a criação da *Tennessee Valley Authority* – TVA, autarquia encarregada de promover o progresso da região.

Outra iniciativa semelhante foi a criação, em 1950, da *Cassa per il Mezzogiorno*, entidade pública encarregada de elevar os níveis socioeconômicos da população da Itália Meridional, região pobre e que fora palco do desembarque de tropas aliadas, inclusive brasileiras, na luta visando a expulsão dos exércitos alemães dos países ocupados da Europa.

No Brasil, uma das primeiras entidades governamentais criadas para desenvolver uma área específica foi a Comissão do Vale do São Francisco – CVSF, no final dos anos 1940, inspirada na *Tennessee Valley Authority*. A ela se somaram a Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF e o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, que tinham por finalidade, respectivamente, elevar a produtividade e a produção agroindustrial na bacia do Rio São Francisco, especialmente nos Estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, com a execução de obras de infraestrutura e mecanização das lavouras de arroz e outros cereais nas várzeas naturalmente irrigadas pelas cheias periódicas do Velho Chico; geração de energia contínua e de boa qualidade com o aproveitamento do potencial hídrico da cachoeira de Paulo Afonso, insumo indispensável para a elevação da produtividade agrícola e industrial; e, financiamento das atividades econômicas pela instalação de agências do Banco do Nordeste em cidades estrategicamente localizadas.

Antes da criação dessas empresas públicas, já atuava, no Nordeste, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, encarregado de obras hídricas (açú-

des e barragens) de acumulação de água nas estações chuvosas a fim de mitigar a escassez do líquido nas estações secas, principalmente nas prolongadas estiagens periódicas que assolam a Região.

O fato é que todas essas iniciativas governamentais não lograram reduzir os elevados indicadores de pobreza. Pior: a severa estiagem de 1958, que desorganizou completamente a frágil economia do semiárido e acarretou massiva migração de famílias sertanejas, sobretudo para o Sul-Sudeste em busca de melhores condições de vida, mostrou a total incapacidade dos governos federal e estaduais em equacionar a secular problemática nordestina, periodicamente trazida à lume pela ocorrência das secas.

Tema recorrente na literatura: *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos; *O Quinze*, de Rachel de Queiróz; *Gabriela*, de Jorge Amado; e, *Triste Partida*, de Patativa do Assaré são obras de grande repercussão que até hoje lembram a tragédia das secas simbolizada na figura do retirante. Também, na música popular, grandes artistas trataram desse problema — *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga/Humberto Teixeira; *Vozes da Seca*, de Luiz Gonzaga e Zé Dantas; e, *Maringá*, de Joubert de Carvalho —, páginas musicais comoventes de enorme sucesso, de ontem, de hoje e de sempre. Tais manifestações artísticas foram, em sua época, verdadeiros libelos contra a incompetência do poder público em equacionar a grave questão nordestina.

## **Planejamento no Nordeste**

Assim é que, sensibilizado com o drama do Nordeste em face da severa estiagem de 1958, o presidente JK, que

realizava um governo marcadamente desenvolvimentista, em visita à Região para ver de perto o drama das populações atingidas, decidiu enfrentar a questão depois de uma alentada conversa que teve com Celso Furtado, jovem economista-egresso da Comissão Econômica da América Latina – CEPAL, onde fora assistente de Raul Prebisch, secretário-executivo desse organismo das Nações Unidas – ONU, destinado a propor e assessorar os governos latino-americanos na busca de caminhos visando a superação do subdesenvolvimento, palavra então na moda que sintetizava o atraso socioeconômico dos países da América Latina em relação aos desenvolvidos da Europa e da América do Norte: Estados Unidos e Canadá.

A visita presidencial resultou na deflagração da Operação Nordeste – OPENO, que reunia um seleto grupo multidisciplinar de pesquisadores, cientistas e estudiosos da problemática nordestina, sob a coordenação de Celso Furtado. O produto final da OPENO foi o célebre relatório que ficou conhecido pela sigla GTDN, ou seja, Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.

Para colocar em prática as recomendações do GTDN seria necessária a criação de uma cúpula política de alto nível na qual tomariam assento, com voz e voto, os governadores, os presidentes de empresas estatais e diretores de órgãos federais atuantes na Região, representantes das classes patronais e dos trabalhadores, o Batalhão de Engenharia do Exército sediado em João Pessoa, enfim, instituições comprometidas com o progresso do Nordeste nas suas finalidades específicas. A presidência caberia ao Presidente da República ou a pessoa que ele indicasse como seu representante, usu-

almente um ministro de estado; e, para respaldar tecnicamente as deliberações dessa instância superior, seria criada uma secretaria-executiva.

Com esse formato, o presidente JK, em 25 de março de 1959, através de decreto, criou o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – CODENO, e em 15 de dezembro desse mesmo ano o transformou em autarquia diretamente subordinada à Presidência da República, pela Lei Nº 3.692, com a designação de Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

A criação e formatação da Sudene representou um enorme passo no enfrentamento das graves questões econômicas e sociais do Nordeste em razão de sua competência técnica e do singular modelo decisório a cargo dos governadores e demais autoridades públicas e privadas, componentes de seu Conselho Deliberativo. Outro fator que lhe dava enorme representatividade política era a subordinação direta ao presidente da república, o que conferia status de ministro plenipotenciário para o Nordeste a seu superintendente e secretário-executivo do Conselho Deliberativo, ou seja, a Celso Furtado, o estrategista dessa nova concepção de administração pública, baseada nas técnicas de planejamento.

Do ponto de vista ideológico, o advento da Sudene, guardadas as devidas reduções políticas e sociológicas, foi uma espécie de terceira via entre o coronelismo conservador fortemente enraizado no Nordeste e os avanços das esquerdas corporificadas em várias facções, inclusive no chamado clero progressista. Emerge dessa via o que se denominou de “Ideologia do Desenvolvimento”, na crença de que o planejamento econômico, pela sua eficá-

cia na aplicação dos recursos escassos e por uma melhor alocação dos fatores produtivos, contribuiria para a melhoria dos indicadores sociais e reduziria as disparidades regionais: o objetivo central de criação da Sudene.

## **Planejamento em Sergipe**

O fato é que, com as devidas adaptações, o modelo da Sudene foi automaticamente adotado pelos nove-Estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Norte de Minas Gerais (Nordeste da Sudene). Todos criaram seus Conselhos de Desenvolvimento.

Em Sergipe, pelo Decreto N° 470, de 31 de março de 1959, seis dias após a criação do CODENO, o Governador Luiz Garcia, assessorado pelo economista José Aloísio de Campos, servidor público de elevada qualificação profissional e de ampla visão dos problemas econômicos do Estado, instituiu o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe – CONDESE, com os seguintes objetivos:

- a - Delinear a política de desenvolvimento econômico do Estado, com base no respectivo planejamento;
- b - Estudar medidas tendentes a aumentar a eficiência das atividades governamentais e a fomentar a iniciativa privada, visando ao desenvolvimento econômico;
- c - Promover a colaboração mais estreita entre a administração estadual e as administrações federal e municipal e dos órgãos autárquicos, bem como das entidades de economia privada, tendo em vista acelerar o processo de desenvolvimento;

- d - Estabelecer diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária do Estado, visando ajustá-la aos planos ou programas de desenvolvimento aprovados.

O sucesso do CONDESE foi tão marcante, como agência de planejamento, que, em 8 de junho de 1964, pela Lei Nº 1.277, o governador Celso de Carvalho o transformou em autarquia, dotando-o de gestão e orçamento próprios e com a devida flexibilidade de atuação, típicas dessas entidades de direito público.

Para maiores informações e detalhes sobre os vinte anos (1959–1979) da eficaz atuação do CONDESE basta ler o livro *A Construção do Desenvolvimento de Sergipe e o Papel do Condese*, de autoria do economista Dilson Menezes Barreto, seu ex-superintendente.

O fato é que a visão estratégica do Governador Luiz Garcia e sua rápida adesão à Ideologia do Desenvolvimento significou, historicamente, o ingresso das técnicas de planejamento na administração pública sergipana e o início de uma fase de intenso crescimento econômico do Estado, preponderantemente baseado na industrialização, que se prolongou até o final da década de 1980.

## Luiz Garcia, o Promotor Público

*Moacyr Soares da Motta  
Procurador de Justiça*

*“Como Governador e Promotor Público, antevendo no Ministério Público independente a instituição que será a Guardiã da Cidadania e dos Princípios Democráticos”.*

(Luiz Garcia, 1962)

A frase acima, de autoria do ex-Governador Luiz Garcia, revela sua visão de vanguarda. Mostra como ele já enxergava e profetizava, 57 anos atrás, sobre a importância do Ministério Público. Hoje, podemos afirmar que essa profecia se cumpriu. O Ministério Público é considerado como uma das instituições mais importantes do país, em especial na garantia dos direitos dos cidadãos e no zelo ao erário, combatendo duramente os desvios de recursos país afora. Mas nem sempre o MP teve tanta autonomia e poder como nos dias atuais. E em Sergipe, Luiz Garcia, por ter sido Promotor Público (era assim que se chamava na época os atuais Promotores de Justiça), teve um papel essencial no seu fortalecimento e como órgão independente na defesa da democracia e dos interesses públicos.

Mas antes de falar do Dr. Luiz Garcia, deixo meu agradecimento ao seu filho Gilton Garcia pelo convite de escrever esse capítulo sobre sua história como Promotor

Público. E entre as razões para minha escolha foi o fato de ser o Decano do Colégio de Procuradores do Ministério Público e pelo laço de amizade com o ex-governador, a quem tive o prazer de atuar no Direito. E confesso que foi um desafio muito grande, que resgatou boas memórias, mas sem criar em mim qualquer pretensão de ser escritor.

Ainda jovem, sempre gostei de política, e acredito que tenha herdado esse gosto do meu pai. Na minha época, a política em Sergipe se resumia entre UDN e PSD, e o Dr. Luiz Garcia era o nome mais importante da UDN, junto com Leandro Maciel, Euclides Paes Mendonça e outros. Eu estudava no Colégio Estadual Atheneu Sergipense, onde iniciei a minha participação na política estudantil. Como estudante, gostava de ir para as galerias da Assembleia Legislativa acompanhar os discursos dos deputados estaduais. Em 1964, quando aconteceu o Golpe Militar, vi todo o processo de cassação de mandatos dos parlamentares e suas prisões ao descenderem as escadarias da Assembleia. O tempo foi passando e em 8 de dezembro de 1970 formei-me em Direito.

Tentei uma carreira jurídica no Rio de Janeiro, mas não me adaptei e voltei em outubro de 1971 para Sergipe. No mês seguinte decidi abrir meu escritório de advocacia que ficava no Edifício A Moda, na rua João Pessoa com Laranjeiras. Um certo dia, quem apareceu lá foi Gilton Garcia, que veio me convidar para participar de um escritório junto com ele, o pai Luiz Garcia e mais um outro sócio. Aceitei o convite e passei a participar do escritório Advogados Reunidos, que ficava atrás da Igreja São Salvador na rua João Pessoa. Foi a partir dessa sociedade que passei a ter uma relação bem próxima ao Dr. Luiz Garcia, que era deputado federal. Mudamos de endereço,

passamos para a rua Pacatuba, trabalhamos juntos vários anos, sem nenhum arranhão. Nesse tempo, tive várias conversas com o ex-Governador e ex-Promotor público (já estava aposentado dos dois cargos), que era uma pessoa muito vivida e me ensinava muito a dinâmica da Justiça em razão da sua experiência.

Voltando ao Promotor Público Luiz Garcia, sua atuação teve início na década de 1930, na cidade de Estância, onde permaneceu por dez anos. Uma curiosidade nesse período é que o então Promotor Público foi amigo do escritor baiano Jorge Amado, que se exilou no município sergipano, onde viveu de 1936 a 1939, para fugir do regime de Getúlio Vargas. Era uma época difícil, já que o Ministério Público não tinha a autonomia financeira e administrativa que tem hoje, além das condições materiais, apoio e de deslocamento. O MP era um órgão vinculado ao Tribunal de Justiça, que indicava seus membros. Depois passou para o Executivo, virando uma espécie de autarquia das Secretarias de Justiça e depois da Administração.

Além de Estância, atuou em Itabaianinha por alguns anos, até ser removido para a capital antes de receber a aposentadoria pelas mãos do vice-Governador na época, o lagartense Dionísio Machado.

Mas sua maior contribuição ao Ministério Público foi como Governador. Conhecedor da importância da instituição para a democracia, Luiz Garcia instituiu em 1959 o concurso de provas e títulos para o ingresso na carreira do Ministério Público. Uma atitude nobre e de vanguarda para a época, fortalecendo a instituição ao acabar com as indicações políticas. Nota-se que somente com a Constituição Federal de 1988, quase 30 anos depois e de

intensas batalhas em Brasília, é que o Ministério Público ganhou a autonomia que tem até hoje, estabelecendo em todo o Brasil a obrigatoriedade do concurso público para o ingresso na carreira de Promotor de Justiça.

Essa atitude lhe rendeu uma homenagem mais do que merecida. Através da Resolução 008/2010, de 09 de junho, a unanimidade do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Sergipe denominou de “Edifício Governador Luiz Garcia”. Entre as justificativas, a instituição do concurso de provas e títulos, *“extinguindo a figura do Promotor Público Adjunto e assegurado aos agentes ministeriais a indispensável independência funcional, modelo político posteriormente adotado pelas leis orgânicas estaduais e pela Constituição Federal”*.

## Visão Social de Estadista

*Murilo Mellins*

Existem períodos históricos que marcam, como verdadeiros divisores de água, a evolução sócio administrativa de todo o Estado de Sergipe. Essas conquistas passam necessariamente pela gestão de homens públicos enquanto no exercício do poder. **Graccho Cardoso**, só para citar um exemplo, com as suas águias, deixou sinais indelévels em obras que realizou na sua administração.

Para muitos jovens do meu tempo, política era assunto para pessoas mais velhas. Cumpríamos o dever de cidadão, indo votar nas eleições, mas militância política não era a nossa praia...

Entretanto, através da imprensa, principalmente dos noticiários das emissoras de rádio, sempre acompanhávamos os acontecimentos e poderia dizer, como registro, sem medo de errar, apenas como uma apreciação sincera, que um dos governadores cujo nome ficou guardado na memória deste então jovem funcionário dos Correios e Telégrafos foi o Dr. Luiz Garcia.

Num piscar de olhos, o seu governo ergueu um dos melhores hotéis do Nordeste, o Hotel Palace; O centro de Reabilitação “Ninota Garcia”, localizado onde fora a antiga Garagem dos Bondes, no Bairro Industrial; uma Rodoviária bem no centro de Aracaju, na esplanada resultante do desmonte do Morro do Bomfim, montão de areia que atravancava o desenvolvimento da cidade, além

de diversas outras ações de intenso efeito multiplicador para o bem estar da população e a garantia do progresso de nosso Estado.

Dentre todos os avanços, um deles, particularmente, calou fundo na minha lembrança.

Um ato de tamanha abrangência social que só a visão de um estadista do porte do Governador Luiz Garcia poderia imaginar, criando, com sua generosa visão de futuro, uma instituição para ser arrimo e garantia de perenidade daqueles que serviam ao Estado.

Isso se deu quando o Governador Luiz Garcia, em ato solene, assinou a Lei de nº 1.091, de 16 de dezembro de 1961, criando o IPES, fazendo ressurgir as esquálidas estruturas do insepulto Montepio dos Funcionários Públicos da Província de Sergipe, criado em 1881, uma organização moderna, que até hoje representa papel da maior relevância para a vida do funcionalismo público estadual.

Esse seu gesto proporcionou a todo servidor público o amparo de garantia permanente e “*ad futurum*” de cada um deles e de seus herdeiros.

Subordinado a uma administração calcada em rígidos princípios de organização estatal, o IPES, além de prestar assistência à saúde dos funcionários e seus dependentes, criou um sistema de financiamento renovável, além do pagamento de aposentadorias e pensões. As decisões principais do IPES obedeciam a um organograma que tinham no seu ápice o Conselho Deliberativo, constituído por diversos representantes de entidades e os balancetes mensais do funcionamento do órgão eram submetidos ao exame e aprovação desses Conselheiros.

Recordo-me de alguns dos presidentes e de membros do Conselho Deliberativo, como o empolgado João Sales de Campos, Coronel Hermeto Feitosa, empresário Elson Fontes, Dr. Luiz Machado, Dr. Luiz Carlos Andrade, bancário Enivaldo Araújo, depois Secretário da Fazenda, e diversos outros nomes como Antônio Rodrigues, Dr. Ismael Moura e José Leite, só pra citar alguns baluartes que muito contribuiram para o funcionamento do IPES, cuja missão institucional é *“garantir os benefícios previdenciários aos segurados e seus beneficiários por meio da excelência na gestão”*.

Criar e fazer funcionar uma entidade do porte do IPES, cujo foco é proporcionar benefícios a uma categoria como a do funcionalismo público estadual, cujos serviços se espriam por todo o tecido social, dá a medida exata da dimensão extensiva, que quase por si só honrará para sempre na história de Sergipe a profícua administração do operoso e aplaudido **Governador Luiz Garcia**, a quem rendo minhas homenagens, até porque, ainda é bom lembrar, que, nos idos de 1960, as emissoras de rádio eram os mais poderosos instrumentos de comunicação na mídia do mundo inteiro.

Em Sergipe não era diferente. A utilização dos radinhos de pilha pode ser comparada ao celular da atualidade com a velocidade e a liberdade das redes sociais. Até os trabalhadores rurais levavam seus radinhos para ouvir ou acompanhar o noticiário do sindicato, no infernal calor do seu labor nos roçados e canaviais. As “fake news”, àquela época, eram chamadas mesmo de mentiras, coisa de maldosos. A militância política se resumia então no confronto do PSD de Francisco Leite Neto e a UDN de Leandro Maciel. O PR de Júlio Leite era o “fiel da balança”. Via de regra, se coligava com o PSD.

Foi com a potência dos 10 kilowatts de sua Rádio Liberdade que o empresário Albino Silva da Fonseca ajudou o líder político Leandro Maciel a ganhar o governo do Estado. E, de quebra, o controle total das emissoras de rádio (Difusora, estatal e Rádio Liberdade).

Foi então que surgiu a Rádio Jornal, pouco antes da campanha na qual Luiz Garcia se elegeu governador. Um esforço integrado dos líderes do PSD, como Leite Neto, Sílvio Franco, Celso de Carvalho e outros.

Era um confronto difícil para a novel Rádio Jornal, com apenas 1 kilowatt na antena, enfrentar um adversário lastreado em nomes e programas de grande evidência na radiofonia de então: na Liberdade, com os radialistas como Walter Ouro (da BBC de Londres), Raimundo Silva (da Nacional e Tupy), do Rio; Carlito Melo (com o Carrossel da Alegria), Batalhinha (o amigo da petizada) e Silva Lima com o seu “Informativo Cinzano”.

Mas, a Rádio Jornal foi criada para ser uma pedra no sapato do governo. E então, os radialistas Nelson Souza, Raimundo Almeida, Cadmo Nascimento, com outros coadjuvantes, lançam pelo Jornal o programa humorístico intitulado “RISOLÂNDIA”.

Este programa conquistou o “ranking” da audiência. Tinha vários refrãos e alguns ganharam maior notoriedade como aquele que, de forma jocosa, depois de apresentar falhas e críticas ao governo, ecoava um sonoro “*OH mãe!, OH mãe!, OH mãe!*”

Eram 30 minutos de uma sonorização bem bolada, com áudios bem escolhidos, e outros refrãos que assinavam crônicas impiedosas contra o governo do Estado, como:

“Ave Maria!... Ave Maria!” Tudo com um som de uma carocinha de cachorro latindo como pano de fundo.

Fazia parte do ritual palaciano logo após a chegada ao “Olímpio Campos” do governador Doutor Luiz Garcia, despachar no início do expediente, com o comandante da guarnição de segurança, o conhecido e destemido coronel Brandãozinho, que se apresentava com continência e tudo, ao receber as ordens do governante. Sempre estavam presentes outros auxiliares e o Dr. Luiz Garcia como de praxe o liberava incontinenti. Naquele dia, o Coronel relatou que o programa “Risolândia” da Rádio Jornal estava se tornando cada vez mais inconveniente e solicitou ordens para tomar uma atitude para que aqueles radialistas passassem a ter um pouco mais de respeito pelas autoridades.

Doutor Luiz Garcia, um jornalista defensor da liberdade de Imprensa em toda sua vida como redator e diretor do “Correio de Aracaju”, e até pela sua personalidade cordata e democrática, levantou a cabeça para o militar e disse que ele mesmo tomaria as providências junto aos diretores da emissora em questão.

Só que o Doutor Luiz Garcia tinha um cacoete irrefreável, e involuntariamente piscava os olhos, de forma contínua e descontrolada, principalmente quando algo o molestava. O coronel Brandãozinho interpretou aquele sestro de piscar os olhos como uma autorização positiva.

No dia seguinte o noticiário local dava destaque ao fato de que os dois radialistas Nelson Souza e Raimundo Almeida tinham sido detidos pela polícia e passados maus bocados na velha estrada da Olaria, nos ermos da periferia da cidade.

Na sua apresentação matinal o Coronel foi admoestado duramente pelo Governador Luiz Garcia, ao tempo em que expediu nota de repúdio pelo ato de violência ocorrido intempestivamente e o pedido de desculpas às vítimas pela agressão física e a devida punição dos agressores, expressando seu sentimento de indignação ao gerente da Rádio Jornal, Aloísio Santos, e ao Dr. Luiz Rabelo Leite que tinha representatividade no PSD e até mantinha um comentário político na programação da emissora. O caso foi levado por um prócer pessedista ao Ministro da Justiça, o Doutor Tancredo Neves, que ao tomar ciência do documento que acusava o seu velho e querido amigo Luiz Garcia, conhecedor do caráter do governador, inclusive do seu cacoete, abriu um largo sorriso e disse não acreditar que aquele fato antidemocrático tivesse partido de um homem da estirpe do governador Garcia.

O programa “Risolândia” continuou normalmente, com sua verve humorística implacável sobre qualquer fato ou notícia que ofendesse o governo, e nunca mais seus locutores foram impedidos de executar seus trabalhos críticos jornalísticos pela polícia.

TUDO ACONTECEU POR UM PISCAR DE OLHOS

# Mensagem a Garcia: muito além do mais

*Raymundo Luiz da Silva*

## 1º ATO

Uso do título famoso “**Mensagem a Garcia**” para aparecer bem na introdução deste modesto relato; claro que são outros os personagens.

Trata-se, apenas, de uma metáfora para atender meu estimado amigo Gilton, autor desta obra sobre seu pai, o honrado advogado **Luiz Garcia**, homem público, governador do meu Estado, e **jornalista** desde a primeira hora.

Fiquei desvanecido, confesso, com tamanha generosidade.

Ao pedido aceitei de pronto, feliz da vida; menos que uma missão, sequer um leve desafio, a mim me pareceu um generoso elogio.

## 2º ATO

Os tempos são outros, bem diferentes de há 130 anos quando as comunicações andavam a passo de cágado. A mensagem ao **jornalista Luiz Garcia** está no “pen drive” do meu mais profundo respeito.

Esta “Mensagem a Garcia” não tem nada a ver com o obediente e destemido soldado Rowan, ao cumprir determinação do presidente norte-americano Mac Kinley pa-

ra que entregasse uma mensagem ao rebelado General Calixto Garcia, embrenhado no interior de Cuba, durante o conflito entre Espanha e os EE.UU.

Não precisei colocar esta “Mensagem a Garcia” em um invólucro impermeável e amarrá-la ao peito; contive-a no âmagô mais intenso dos meus sentimentos e é daí que tratarei de reviver e registrar as luzes que emanaram dele para a minha vida.

Posso, exultante, com isenção e enorme admiração como faço agora, dar o testemunho de que os temas dos artigos e editoriais do **jornalista Luiz Garcia** no “Correio de Aracaju”, onde foi redator e diretor, lastrearam os fundamentos do seu “Projeto de Gestão”, depois que se elegeu governador. É o que está exposto na entrevista que me concedeu antes da posse, e, ao depois, como realidade generosa, inaugurou obras radicais que historicamente serviram como base sólida para a transformação de Sergipe: Banco de Fomento, Hotel Palace, Centro de Reabilitação e muito mais, **mu-ito além do mais...**

Valho-me, pois, da metonímia para descrever ocasiões em que tive felizes oportunidades de aferir a solidez ética do jornalista que a vida inteira, em qualquer cargo ou situação, sempre em seu invólucro inviolável e intocável.

Nos idos de 1950 as oposições para os jovens que chegavam à idade de trabalho — e tinham pretensões de um futuro mais promissor — se resumiam em Universidades em Salvador, concursos para as Forças Armadas ou para o Banco do Brasil.

Então, nessa faixa etária, exercia meu primeiro emprego no Banco do Comércio e Indústria de Sergipe, do

Grupo Franco. Foi, então, que, como jovem, contínuo, conheci seu então Diretor Jurídico, Dr. Luiz Garcia.

Sua jovialidade no trato com os integrantes do corpo funcional, ele nivelava ao relacionamento mantido com toda a diretoria. Era o profissional competente e leal, aliado ao jornalista refinado, autor de artigos invejáveis, aplaudido por amigos e respeitado por adversários...

Nunca em polêmicas de nível gravoso.

Armando Barreto, que os colegas jornalistas tratavam como “Armando Barroso”, anualmente reunia os melhores artigos e reportagens em uma volumosa resenha e, numa delas, destacou a mais bela definição de amor que alguém já fez por nossa capital: ARACAJU, CIDADE-MENINA VESTIDA DE SOL (LUIZ GARCIA).

No artigo, o jornalista Luiz Garcia traceja esboço auspicioso do futuro de Sergipe como roteiro turístico (que ele, anos depois, como governador, amplia, ao lado de outras ações, erguendo o Hotel Palace de Aracaju).

### 3º ATO

Ao ser eleito em 1958, para um mandato que estabeleceu linhas mestras do desenvolvimento global de Sergipe, o Governador Luiz Garcia prontificou-se a atender em sua residência na Rua Arauá, para uma entrevista especial, ao seu antigo colega do BANCIDES, agora também jornalista, na inquietada e incendiária fase da afirmação pelas estradas da mídia.

A efusão envolvente do anfitrião que recebe com a saudação “sinta-se à vontade”, e o leva pela varanda da casa até a sombra de uma frondosa mangueira para a en-

trevista, revela que a formalidade da posição hierárquica nunca abalou a sua simplicidade de se relacionar com os colegas jornalistas.

Esse era o estilo do **jornalista Luiz Garcia**, agora governador de Sergipe — mentor intelectual que implantou em sua gestão inovadora e futurista os admiráveis e profícuos alicerces, pontes e ações que estabeleceram marca divisória na história de nosso estado — ao receber o visitante com tamanha fidalguia, em sua própria residência... **Avis rara!**

O advogado de saber jurídico, o homem público de memoráveis campanhas e jornadas políticas em Sergipe, o deputado federal atento e presente na defesa das questões maiores do Brasil, portanto, sempre na vanguarda, orgulhosamente, a bandeira — também verde e amarela do nosso Estado... Nem mesmo o professor didático e persuasivo, cujo ministério abriu caminhos preciosos para seus alunos, ou sequer a “imortalidade” da Academia Sergipana de Letras, sufocou a grandeza ética e a visão percussiva do **jornalista Luiz Garcia**, ícone, exemplo e vetor da verdadeira Imprensa.

Permito-me uma última elucubração: a minha “Mensagem a Garcia”, que não entreguei naquela inesquecível entrevista sob a copa da frondosa mangueira da Rua de Arauá, faço-o agora.

Duas pérolas que se encastoaram com o correr dos tempos na tatuagem indelével da eterna gratidão de Sergipe Del Rey e de seu povo: ambas maravilhosas, rutilantes, insuperáveis, transcendentais:

**Jornalista Luiz Garcia:  
MUITO OBRIGADO!**

## Luiz Garcia

*Wellington Mangueira*

O fim da 2ª grande guerra, ocorrida em maio de 1945, teve forte repercussão no Brasil, e Sergipe não era exceção. Enfim, antes mesmo do seu término, navios brasileiros foram abatidos nas costas sergipanas, causando medo e enorme indignação. Não obstante, serviu para elevar o nível de organização e, consciência política do povo de Sergipe D'el Rei.

É nesse contexto que a família Garcia começa a se destacar, em defesa da democracia e a favor da organização do povo em seus Sindicatos, Associações, liberdade de culto e de expressão.

Luiz Garcia afirma-se como líder, ao lado de Leandro Maciel, trazendo para a UDN de Sergipe o apoio dos comunistas do PCB, façanha inédita e surpreendente aos olhos dos jornalistas políticos, historiadores e sociólogos.

Comunistas, como o major do exército João Teles, professora Ofenizia Freire, o médico Armando Domingues, os ferroviários Pedro Hilário e Manoel Vicente, a líder comunitária Pureza Conceição, e tantos outros, uniram-se aos udenistas, através dos camaradas Robério e Carlos Garcia, este, sobretudo, orador brilhante do Centro Operário.

Sergipe era, é e sempre foi diferente. Aqui se produziu Tobias Barreto, Silvio Romero, Manoel Bomfim, Armindo Guaraná, Fausto Cardoso, assim como nesta pequenina terra de gigantes do pensamento ergueu-se a figura de

LUIZ GARCIA, dotado de valores democráticos, desde os bancos escolares. Líder de uma família de intelectuais, formou-se em Direito. Foi Jornalista, Promotor de Justiça, Professor Universitário, Deputado Federal, Senador da República e Governador de Sergipe. Assim, por merecimento, ganhou a simpatia de todos os oprimidos, sobretudo das classes subalternas, operários, intelectuais e estudantes, numa campanha gloriosa para o Governo do Estado (em 1947), que recebeu o apoio explícito de Luís Carlos Prestes — *O Cavaleiro da Esperança* —, então detentor de enorme prestígio, tanto em plano nacional, como no âmbito internacional.

Todavia, foi este apoio dos comunistas que deu a “deixa” para armar os conservadores do PSD, capitaneados pelos grandes proprietários rurais, a tudo fazerem para desestabilizar a Campanha Eleitoral de Luiz Garcia.

A Igreja Católica, daquele então, fiel à orientação Papal, criou uma LIGA ELEITORAL (LEC), nomeando o advogado e empresário Hélio Ribeiro para comandá-la.

O reacionarismo dos dirigentes da LEC suplantava o conservadorismo do que se chamou de “Aristocracia Rural de Sergipe”.

Os insultos e as mentiras prevaleceram. Os sermões nas igrejas ameaçavam de excomunhão os eleitores de Luiz Garcia a quem atribuíam ser defensor do aborto e do divórcio, colocando em xeque um dos dogmas da insolubilidade do casamento, resultando na vitória do seu adversário, José Rollemberg Leite.

Persistente em seu ideário e revendo a campanha de 1947, venceu em 1958, tornando-se governador de todos os sergipanos.

Manteve-se íntegro, honrando seus compromissos, com o apoio incondicional de todos os seus irmãos e correligionários. Dos Centros Espíritas, inclusive os de matizes africanas, aos Católicos progressistas. Dos estudantes secundaristas e universitários aos sindicalistas, a quem garantiu a liberdade de reunião, associação e de expressão, bem como dos desportistas em geral, recebeu o já Governador Luiz Garcia apoio para a realização de um governo progressista, leal e honesto: “seu patrimônio sempre foi compatível com os seus ganhos”, assim afirmaram todos os que o conheciam.

A saga da família expressou-se por todos os ramos, tendo em LUIZ GARCIA sua liderança maior, que a transmitiu para os seus filhos. Todos se destacaram, todavia, foi GILTON GARCIA quem trilhou todos os seus passos. Líder estudantil, jornalista, deputado estadual, deputado federal, advogado, procurador de justiça, governador do Amapá, presidente da OAB/SE e membro da Academia Sergipana de Letras.

Assinale-se que LUIZ GARCIA sempre contou com o apoio de seus irmãos, rendendo homenagem especial a Robério, o “único que não teve formação superior, sacrificando-se, por opção pessoal, para ajudar a que os outros irmãos obtivessem o grau nas profissões que escolheram”.

Como governador, foi inovador e progressista. Criou o CONDESE, um Conselho de Desenvolvimento Econômico responsável pelo planejamento e modernização, apontando estratégias administrativas, coroando-as com a criação do Banco de Fomento, atual BANESE.

As obras foram inúmeras, e todas elas estruturantes: ENERGIZE, IPES, Estação Rodoviária, Hotel Palace de

Aracaju e o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, confiando sua administração ao conceituado médico e intelectual Antônio Garcia Filho, que, por sua vez, era o Secretário de Estado de Educação, Cultura e Saúde e, mais adiante, fundador da Faculdade de Medicina do Estado de Sergipe.

Sua ação inovadora sempre foi voltada para o desenvolvimento de Sergipe. Assim, mandou construir o Salão de Passageiros do Aeroporto Santa Maria, o Museu Histórico de Sergipe, além de Grupos Escolares e Jardins de Infância, além de publicar vários livros, como *A conquista de Sergipe* de autoria de Manoel dos Passos de Oliveira Teles, bem como *O Realismo Social da Poesia em Sergipe*, de Austrogésilo Porto, intelectual comunista, filiado ao velho PCB, de Luís Carlos Prestes.

Por último, cabe destacar seu compromisso humanista com a Educação Especial, valorizada que foi no decorrer da sua vida pública, ressaltando seu pioneirismo até hoje lembrado.

# DEPOIMENTOS

Antônio Samarone	J. Bernardo Cabral
Artêmio Barreto	José Augusto Vieira
Bemvindo Sales de Campos	José Sarney
Carlos Rodrigues Porto da Cruz	Lauro Fontes
Eduardo de Cabral Menezes	Luciano Bispo
Edvaldo Nogueira	Luiz Antônio Barreto
Estácio Guimarães	Luiz Augusto Carvalho Ribeiro
Francisco Rollemberg	Manoel Pascoal Nabuco D'Ávila
Fernando Collor	Marco Maciel
Gazeta de Sergipe	Maria Mendonça
Gilton Garcia	Osório de Araújo Ramos Filho
Hugo Costa	Pires Wynne
Inácio Krauss	



*Antônio Samarone*

Saímos de uma economia rural, centrada no açúcar, para uma economia moderna, fundada na exploração estatal de minérios.

É importante fazer justiça ao Governador Luiz Garcia (1959– 1962). Foi um modernizador, que preparou Sergipe para um salto econômico. O JK sergipano.

Luiz Garcia criou o Condese, o Banese, a Energisa, a Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, a Estação Rodoviária, o Hotel Palace de Aracaju, o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, o Museu Histórico de Sergipe, a Faculdade de Medicina e o IPES.

# Gratidão

*Des. Artêmio Barreto<sup>11</sup>*

Com a queda de Getúlio Vargas, em 1945, e a volta do país à normalidade democrática, novos partidos políticos foram criados, embora tutelados, no interior dos estados, pelos velhos “caciques”, muitos deles afeitos ao autoritarismo, acostumados aos mandos sem contestação.

É de rememorar que, com ou sem eleição, a política dos velhos “coronéis”, donos de terras e herdeiros dos Barões do Império, mesmo depois do advento da República, permaneceu intocada, só sofrendo relativo revés com a Revolução de 1964.

A primeira eleição livre da Nova República elegeu o presidente Eurico Gaspar Dutra, pelo Partido Social Democrático (PSD), com apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado pelo antigo Ditador; elegendo, também, os senadores da República e os deputados federais, em dezembro de 1945, e posse em 1946. E para os governos estaduais e deputados estaduais, ocorreu em janeiro de 1947, completando assim o quadro eleitoral.

Após quinze anos de hibernação, a política e seus agentes voltaram ao campo partidário com certa volúpia, acendendo, com muito mais ardor, as chamas da campanha do então candidato derrotado a presidência de República pela União Democrática Nacional (UND),

---

<sup>11</sup> Artêmio Barreto é desembargador aposentado e foi presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe.

Brigadeiro Eduardo Gomes; por tratar-se de candidatos locais, principalmente governos estaduais, maior fonte de poder político. Quem residia no interior do estado de Sergipe conheceu, de perto, os horrores das perseguições individuais, patrocinadas pelos antigos mais ainda atuantes “chefes políticos”, useiros das delegacia de polícia para intimidar seus adversários, cometendo todo tipo de arbitrariedade, inclusive proibindo manifestações em praças públicas.

Meu pai, simpatizante da UDN, residente à época na cidade de Lagarto, onde constituiu família, sofreu as consequências de sua opção política, sendo seguido pela polícia todas as vezes que se deslocava para a residência de seu compadre e amigo José Monteiro de Carvalho, presidente municipal do partido; ou em visitas ao Sr. Dionísio de Araújo Machado, que veio ser, anos depois, prefeito de sua cidade e governador do estado, com a renúncia do Governador Luiz Garcia.

Foi, naquele momento de angústia e incerteza porque passavam os udenistas do interior, que o então candidato a governador do estado, advogado respeitado e admirado, Doutor Luiz Garcia, veio em socorro do seus correligionários, impetrando ordem de *habeas corpus*, na comarca de Lagarto e em outras congêneres onde o clima político descambava para a violência, e até ameaças de morte, não fosse esta a mais temida e já com registro de ocorrências.

Menino, ainda usando calças curtas, mas atento aos fatos, ouvi relatos de pessoas que frequentavam nossa residência e, mesmo sem entender a extensão ou a gravidade das coisas, achava aquelas pessoas muito tristes,

amedrontadas, aguardando o remédio jurídico que lhes conseguiria o advogado Luiz Garcia. Hoje, sabendo o significado daquelas imagens desfiguradas, entendo por que meu pai tinha tanto apreço e admiração pelo eminente homem público.

Dizem que memória de criança se assemelha a memória de elefante: jamais apaga. A memória de minha infância continua, com graça de Deus, intacta. Daí a razão de prestar homenagem ao ilustre sergipano, rosarense de boa cepa e de família ilustrada, de maneira introspectiva. Sei que os méritos do advogado, promotor de justiça, jornalista, parlamentar admirado e governador operoso e renovador por certo serão elencados por muitos, dada sua imensa obra de vida útil, preferi então deixar perenizado esse episódio, por entender que a gratidão, além de ser uma virtude, é também um dever que não aceita esquecimento, que o tempo não permite apagar da memória, pois habita o coração e a mente de quem tem a dívida de cultivá-la. Por conseguinte, invoco a lembrança de meu pai para afirmar que aquele salvo-conduto, obtido pelo advogado Luiz Garcia, garantindo sua liberdade até então ameaçada, permaneceu indelével ao longo de sua existência. E, por isso fiz-me grato também, por amor filial e dever de consciência.

## *Bemvindo Sales de Campos*

*Bemvindo Sales de Campos* Acadêmico da ASL (Academia Sergipana de Letras) e Presidente da ASI (Associação Sergipana de Imprensa), ao resumir a vida pública de Luiz Garcia asseverou:

“Luiz Garcia teve uma existência digna. Morreu pobre, não amealhou tesouros, não se locupletou dos dinheiros públicos, embora tenha exercido cargos de relevo, onde outros fizeram fortuna ilicitamente. Mas deixou uma riqueza maior para seus descendentes: Um passado de trabalho e amor a Sergipe”.

## Luiz Garcia - um patrimônio da nossa História

*Carlos Rodrigues Porto da Cruz<sup>12</sup>*

Luiz Garcia é, para mim, desde há mais de 40 anos, um homem pelo qual eu tenho o maior respeito, pois, vejo nele durante todo este tempo tantas qualidades positivas, em termos de dotes pessoais e participação efetiva no contexto da nossa história, que há muito se transformou meu desejo dizer tudo isto publicamente. Francisco Porto, meu avô materno, para mim é paradigma, como homem político inserido em nossa história; caracteres múltiplos condicionaram esta minha consciente e acertada escolha. Francisco Porto foi quem primeiro me fez despertar admiração por Luiz Garcia. Minha mãe me fez ampliar bastante o apego a esta figura histórica. Lauro Porto e Benjamim Carvalho ajudaram a consolidar o que há anos eu cultivara.

A UDN lutava em busca do poder, e, somente em 54 com Leandro Maciel e 58 com o próprio Luiz Garcia, iniciava-se uma época de realizações e obras que marcariam a história do nosso querido Estado. Luiz Garcia, com o fulgor de uma experiência mais jovem, com a sua cultura humanística acentuada, começaria naquele ano (1958) a edificar a mais profunda, duradoura e singular administração que Sergipe até hoje (em minha ótica) testemunhou. Luiz Garcia administrava o seu estado com o governo federal contrário, pois, seu partido fazia oposição ao PSD

---

12 Carlos Rodrigues Porto da Cruz, advogado, secretário do Estado, escritor.

de Juscelino Kubitschek, mas mesmo assim, viu e anteviu, projetou e executou, quase tudo que o Estado naquele momento estava a reclamar. A nossa capital, coração e centro do nosso organismo estadual precisava, urgente, possuir três importantíssimos fatores para o seu desenvolvimento – um aeroporto, um hotele um terminal rodoviário. Luiz Garcia construiu todos. Deixou para os pósteros o Aeroporto Santa Maria, o Hotel Palace de Aracaju e o Terminal Rodoviário Governador Luiz Garcia.

Segundo Lauro Porto, Luiz Garcia é das figuras mais perfeitas do político em terras sergipanas.

Luiz Garcia soube se estribar nos grandes, foi um deles; rodeou-se dos pequenos, acolheu a todos eles; fez-se luz que iluminará caminhos e rotas que nos levará a encontrá-los no panteão da nossa história.

Jornal da Cidade 09/09/1995

## Fez-se Justiça

*Eduardo de Cabral Menezes<sup>13</sup>*

O ano era o de 1962 e governava o estado o Dr. Luiz Garcia, eminente quadro da extinta União Democrática Nacional, facção que se opunha entre nós à coligação formada pelo Partido Social Democrático e pelo Partido Republicano, ao tempo em que as agremiações políticas ainda se distinguiam entre si. O chefe do Executivo era um homem experimentado, advogado brilhante, orador primoroso, conhecedor dos problemas que, à época, afligiam o nosso parquet. Com sua visão de estadista pôde perceber que, a continuar como vinha, a carreira ministerial jamais alcançaria o respeito, o prestígio, a dignidade e a independência necessários para que os seus agentes pudessem levar a contento o seu mister. Sim, porque até então os cargos de Promotor Público (como se chamava o agora Promotor de Justiça) vinham sendo exercidos nas comarcas do interior por meros acadêmicos de Direito, escolhidos por indicação de chefes políticos regionais, o que os colocava numa posição de subalternidade quanto a este já que, se os contrariassem, seriam prontamente exonerados, vez que a natureza do provimento era de simples cargo em comissão. Os Promotores Público se assemelhavam grosso modo aos Delegados de Polícia (estes vieram a ter sua carreira estruturada posteriormente), que poderiam ser afastados de suas funções tão logo se pudessem em choque com aqueles que houvessem patrocinado sua nomeação. O Dr. Luiz

---

13 Procurador da Justiça aposentado.

Garcia, então, resolveu abrir concurso para provimento dos cargos iniciais da carreira do Ministério Público, acabando assim com a esdrúxula figura do Promotor Substituto que, na verdade, não substitui ninguém eis que não existia titular. O certame teve lugar em julho do mencionado ano, presidido pelo Procurador Geral Manoel Achilles Lima, nele tendo logrado aprovação dezoito candidatos que nele se submeteram. É daí que são oriundos vários dos mais conhecidos Promotores e Procuradores de Justiça de tempos mais recentes, tais como Pedro Iroíto Dórea, José Costa Cavalcante, Fernando Ferreira de Matos, Darcilio Melo Costa, José Jorge Mesquita, Laurinho Alves Campos, Alyson Joel Porto, José Teles Prudente (alguns deles infelizmente já falecidos) e dentre os quais tive a honra de me incluir, não sendo de desprazer, por certo, que na oportunidade, e sem que houvesse para tanto nenhuma imposição de ordem legal, foi observado o justo critério de nomeação por ordem de classificação dos concorrentes. Pode-se dizer, sem medo de errar, que o Governador Luiz Garcia, autor de outras memoráveis obras como a antiga Estação Rodoviária, o Instituto de Previdência do Estado de Sergipe, o Condese, o Hotel Palace e a Faculdade de Medicina, foi quem colocou a pedra fundamental dessa grandiosa catedral que é hoje o Ministério Público Estadual. A escolha do seu nome, no ano em que se comemora o centenário do seu nascimento, para designar o palácio, em vias de acabamento, que servirá de nova sede do Ministério Público do Estado de Sergipe, é o mínimo que poderiam fazer os atuais integrantes do Colégio de Procuradores para exaltar, à unanimidade dos seus componentes, aquele homem público que por forma multifária tanto dignificou a instituição. O MP realmente promoveu justiça.

## Os Garcia, exemplo de pluralidade democrática em Sergipe

*Edvaldo Nogueira<sup>14</sup>*

As referências que tenho em relação à família Garcia são as melhores possíveis. Do ex-Governador Luiz Garcia, sempre admirei sua visão de futuro aguçada e sua atuação modernizadora no estado, sobretudo, em Aracaju. De Antônio Garcia Filho e de Eduardo Garcia, os grandes ensinamentos na faculdade de Medicina da Universidade Federal de Sergipe. E da família como um todo, absorvo a capacidade de convivência pacífica entre políticos de diferentes matrizes ideológicas. Os Garcia servem de exemplo ao Brasil de hoje tão afetado pelo extremismo.

Luiz Garcia, governador de Sergipe entre 1959 e 1962, mas também deputado estadual e federal, promotor e jornalista, deixou grande legado aos sergipanos. Foi com ele que se deu a construção do Banco do Estado de Sergipe, da Estação Rodoviária, que até hoje leva seu nome, o salão de passageiros do aeroporto de Aracaju e a Faculdade de Medicina, onde eu estudaria duas décadas depois.

É na Faculdade de Medicina que vou ter contato direto com os Garcia. O curso só se tornou realidade em 1959, pelo apoio decisivo do governador Luiz Garcia e do seu irmão, Antônio Garcia Filho, que foi o primeiro diretor

---

14 | Prefeito de Aracaju/SE.

da faculdade e meu professor de Bioquímica. Ele impressionava pelo seu conhecimento sobre ciência, sua cultura humanística e sua capacidade de dialogar sobre os mais diversos temas. Era um homem muito vocacionado.

Também foi meu professor, de Biofísica, Eduardo Garcia, no terceiro período da faculdade, quando me interessei muito pela área, chegando a fazer pesquisas no laboratório que ele comandava. As atividades que desenvolvi com o professor Eduardo Garcia, embora por um curto tempo, foram muito importantes para mim, não só ponto de vista intelectual, mas também nos aspectos cultural e político.

Eduardo chegou a ser reitor da Universidade, o primeiro que chegou ao cargo por eleição direta, quando eu já presidia o Diretório Central dos Estudantes. Tive também contato com Maria Helena Garcia, prima e esposa de Eduardo. Ela era uma das anesthesiologistas da equipe de Dr. José Teles de Mendonça, no período em que estagiei com ele.

Quando optei pelo caminho da política e fui aprofundar os meus conhecimentos sobre as personalidades políticas do estado, conheci a história da família Garcia e compreendi o papel de Luiz Garcia para Sergipe. Sua capacidade visionária e realizadora e o impulso que deu ao desenvolvimento do estado e a modernização de Sergipe deixam claro seu legado.

Luiz Garcia era também um conciliador, traço muito presente em toda a família. Mesmo quando a disputa política tinha característica de muita violência, eles souberam lidar bem com as diferenças. Ele era da UDN. Já Robério, seu irmão, foi membro do Partido Comunista Brasileiro.

E Carlos Garcia, também irmão, elegeu-se vereador em Aracaju, pelo PCB.

Que o exemplo de boa relação num ambiente de pluralidade política possa servir aos sergipanos de hoje. Que a visão de futuro de Luiz Garcia e que o brilhantismo científico de Antônio, Eduardo e Maria Helena permaneçam vivos e que sigamos aprendendo com a história desta família tão importante para a construção de Sergipe.

O Prof. Gilton Garcia, com um estilo leve e um roteiro bem definido, levou a Assembleia, que prestigiava sua posse, a uma viagem cheia de emoções pela vida da família Garcia, citando fatos pitorescos e curiosos, percorrendo, em especial, toda a trajetória de Luiz Garcia exibindo um elenco de realizações, efetivadas por seu pai, nos diversos campos onde atuou, enriquecendo o discurso tornando-o atraente e agradável. Relacionou, ainda, as honrarias recebidas e as conferências internacionais das quais participou com destaque. Fez menção aos seus pronunciamentos contra o Nazismo e o Estado Totalitário, em plena época da 2ª guerra mundial, quando Getúlio não tinha, ainda, se definido pelos aliados, firmando posição sempre favorável à defesa dos Direitos Humanos e ao Estado Democrático.

Como fato pitoresco, narrou um episódio ocorrido quando Dr. Luiz era candidato ao governo do estado, em 1947. Na ocasião recebeu o apoio do Partido Comunista, por intermédio dos irmãos que militavam no PC. Este fato provocou uma reação da Igreja, através da Liga Eleitoral Católica (LEC), contra sua candidatura. Foram enviados telegramas, pelos dirigentes do clero, a vários párocos condenando o candidato da UDN, para ser lido nas missas de domingo durante a homilia. O padre Filadelfo Jonathas

---

15 Estácio Bahia Guimarães, escritor e poeta, imortal da Academia Sergipana de Letras.

Oliveira, de Laranjeiras, por ser admirador de Dr. Luiz e não querendo desrespeitar ordens superiores resolveu a questão lendo o telegrama em latim.

Jornal da Cidade, 20/06/2002

## O Jurista, o Político e o Orador

*Francisco Rollemberg<sup>16</sup>*

Falar sobre Dr. Luiz Garcia, meu amigo, governador de Sergipe, colega deputado na Câmara Federal, é por certo uma missa hercúlea diante da dimensão do biografado, fora Dr. Luiz Garcia um ícone da vida pública sergipana.

Advogado, professor, político, intelectual, orador primoroso, homem de alentada visão para sua época nada deixou ao acaso, pois sabia que a política é uma arte de contínua vitória da consciência sobre o caos das realidades exteriores.

Daí porque, homem cordial, sensível, foi acima de tudo um homem de ação, sobretudo no que pensou e realizou.

Uma simples análise da sua obra, mesmo em profundidade, nos mostraria uma imagem incompleta.

Foi tão envolvido no dia a dia que teve a genial sensibilidade e criatividade para tratar objetivamente os problemas do seu tempo, naqueles aspectos que são de todos os tempos, os da natureza humana, nas suas relações e conflitos sociais, ele dizia: “é preciso mudar alguma coisa, mudança auto explicável, pois, o que não se explica por si só não serve ao governante, porém a imobilidade é estafante, não leva a lugar algum”.

---

<sup>16</sup> Francisco Rollemberg foi parlamentar. É médico e membro da Academia de Letras e de Medicina de Sergipe.

Acredito até que como Chesterton que ele viu necessário “revolucionar; revoltas capazes de rejuvenescerem as sociedades velhas que esteve cheio de novos objetos, divisões e inovações, não nos venham a parecer só uma tessitura de tradições”.

É preciso inovar!

Assim, uma obra sobre Luiz Garcia, em qualquer que seja o enfoque, há de ser sempre uma biografia, pois não se pode fugir dessa tríade notável: O Jurista, O Político e o Orador.

O jurista que na mocidade foi promotor público, advogado na tribuna do júri e professor universitário, do político: o jovem deputado constituinte estadual de 1935; do orador: com a sua dialética própria, seu estilo e sua vibração, finalmente o governador inovador de grandes realizações.

É assim que vejo Luiz Garcia: o homem do Ipes, do Banese, DESO, do Hotel Palace, do Centro de Recuperação Ninota Garcia, da Estação Rodoviária, da Faculdade de Medicina, enfim um governador que realizou as obras estruturantes e perenes do nosso estado.

## O sucesso político da família Garcia

*Fernando Collor*<sup>17</sup>

Em nosso país, tradições familiares fazem com que muitas gerações exerçam influências em suas comunidades.

Empresas de família desenvolvem seus empreendimentos, acompanhando as evoluções tecnológicas, gerando riquezas compartilhadas pela população de seu Estado e empregos para seus conterrâneos, por muitas décadas.

Exemplos vários são demonstrados, seguidamente, na nossa mídia, de pessoas que aqui chegaram, muitas vezes passando dificuldades financeiras e, fruto de seu esforço pessoal, fazem fortuna e transformam seus negócios em sucessos empresariais que se perpetuam até os tempos atuais.

Outros, dedicam-se ao estudo e a atividades intelectuais, passando para seus herdeiros uma herança extraordinária, que é o conhecimento, compartilhado com seus concidadãos, através da arte, da literatura e outras manifestações de uma invejável veia artística, como as artes plásticas e a pintura.

Muitas vezes, através da doação de seus esforços, outras famílias se dedicam à política. Impulsionados pelo desejo de contribuir para a solução dos incontáveis problemas de suas comunidades, buscam, nas atividades le-

---

<sup>17</sup> Fernando Collor foi deputado federal, Governador do Estado de Alagoas e presidente da República. É senador da República.

gislativas ou executivas, influir e apontar rumos para o progresso de seu povo.

Assim, criam-se tradições de clãs que se sucedem no exercício de mandatos legislativos e cargos no Executivo, por várias décadas. Na maioria das vezes, no mesmo município e no estado de nascimento de seus familiares.

O livro, que tenho a honra de prefaciar, mostra outro exemplo: pessoas com o mesmo vínculo familiar, que se dedicam à política, exercendo o Poder máximo do Executivo de três diferentes Unidades Federativas.

Oriundos do mesmo estado de Sergipe e levados por interesses diferenciados ou por indicação do governo federal, Luiz Garcia, Garcia Neto e Gilton Garcia foram governadores de Sergipe, Mato Grosso e do Território do Amapá, hoje alçado a estado.

Melhor ainda, todos, ao término de suas missões, apresentando elevado saldo de realizações e alto índice de aprovação popular.

Luiz Garcia assume o governo do estado de Sergipe em 31 de janeiro de 1959.

Oriundo da Câmara dos Deputados, apresentava como metas de seu governo, entre outras, a industrialização, a melhoria das atividades agrícolas e a exploração dos recursos naturais do estado: minerais e petróleo. Em uma época conturbada da vida política nacional, clamava, também, pela conciliação de adversários políticos, propondo a união de todas as lideranças, em prol do desenvolvimento maior do estado.

Entre outras realizações, seu governo criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe,

atraindo a atenção de industriais do Sudeste, que lá implantaram suas indústrias. No seu governo, a descoberta do poço pioneiro de petróleo de Pacatuba trouxe mais possibilidades de desenvolvimento para o estado.

O museu de Sergipe, a estação Rodoviária de Aracaju, a criação da Faculdade de Medicina de Sergipe, a construção de rodovias, a criação da Empresa Energética de Sergipe e a construção de escolas e unidades de saúde foram outras de suas inúmeras realizações.

O livro mostra a efervescência da política nacional no período de governo de Luiz Garcia e a sua participação na campanha presidencial que culminou com a vitória de Jânio Quadros, em 03 de outubro de 1960 e, posteriormente, na condução do estado, durante a grave crise política da renúncia de Jânio, sete meses depois de empossado.

O segundo governador citado em *Três Governadores Sergipanos* é o engenheiro civil José Garcia Neto.

Após o início de sua carreira no Rio de Janeiro, em 1945, assumiu a direção da empresa em que trabalhava, em Cuiabá-MT.

Entusiasmando-se pela região Centro-Oeste, Garcia Neto decidiu trabalhar em prol de seu desenvolvimento sociocultural, a par de suas atividades profissionais, com várias e significativas obras construídas no estado.

No Serviço Público, ocupou o cargo de Diretor de Obras Públicas do estado de Mato grosso, e, pela antiga União Democrática Nacional (UDN), elegeu-se para vários mandatos legislativos.

Em 1954 foi eleito prefeito de Cuiabá, tomando posse em janeiro de 1955.

Ao término do mandato de prefeito, em 1958, foi convidado por Luiz Garcia, seu irmão, para dirigir o Departamento de Estradas de Rodagem e a Companhia de Saneamento de Sergipe. Deixou seu nome marcado, no seu estado natal, por grandes obras em ambas as áreas de infraestrutura.

Em 1960 volta a Mato Grosso, eleito vice-governador do estado.

Em 1966 elegeu-se deputado federal, pela antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA), com a maior votação do estado. Foi reeleito, em 1970, também com o maior sufrágio.

O livro mostra a trajetória política de Garcia Neto, no Congresso Nacional, na defesa das liberdades democráticas.

Em 15 de março de 1975, toma posse como governador do estado. Executou, então, um arrojado plano de trabalho, ancorado em sua experiência administrativa no governo de seu irmão, em Sergipe, com ênfase na área social.

O terceiro governador citado é José Gilton Pinto Garcia, a quem indiquei para o governo do Território do Amapá, no início de 1990.

Conhecedor de sua trajetória política em defesa das liberdades democráticas e pela sua grande habilidade no trato, somado a uma enorme vontade de servir ao país — coloquei em suas mãos o destino daquele Território, porque acreditava em seu tino administrativo e político.

O seu desempenho, naquele cargo, mostra que tive êxito na escolha.

Em um curto prazo de sete meses realizou inúmeras obras públicas, consagrando-se, na época, como o governador mais popular do país, atingindo o elevado índice de aceitação de 92,4%, segundo o conceituado instituto Vox Populi.

Deixou sua marca na construção de estradas e escolas; na implantação de sistema de saneamento básico; na recuperação da rede hospitalar e da iluminação pública, beneficiando os cerca de 300.000 habitantes do futuro Estado do Amapá.

Dignificou, com seu trabalho, o exemplo de seu pai — Luiz Garcia —, como administrador e homem público.

Com meu apoio pessoal e de todo o meu governo, criou os instrumentos institucionais necessários para o desenvolvimento do futuro novo Estado da Federação.

Durante seu período de governo, estive presente na inauguração do Estádio Estadual conhecido como Zerão, por estar edificado no local onde passa o Marco Zero, a linha imaginária do Equador.

Na ocasião, além da assinatura dos atos de consolidação da Universidade Federal do Amapá, pude constatar os inúmeros avanços que ocorreram na sua gestão e a sua grande popularidade.

Completava-se, assim, o ciclo que o livro — que tenho a honra de prefaciar — apresenta: três políticos natos, nascidos no estado de Sergipe e oriundos da mesma família, que alcançam, pelos seus méritos pessoais e respaldados pela vontade popular, o governo de três diferentes Unidades Federativas, deixando, ao término de seus mandatos, a imagem de administradores capazes e homens públicos totalmente devotados, principalmente, à população mais humilde de seus estados.

Fica, assim, exemplificado, mais uma vez, o que expus, no início deste Prefácio: gerações de uma mesma família, dedicadas — cada uma na sua época — a trabalhar para o bem comum e o desenvolvimento de suas comunidades, independente, mesmo, de seu estado de origem.

Sinto-me honrado por ter tido a oportunidade de apresentar, aos leitores de *Três Governadores Sergipanos*, uma obra que exalta a vida pública de Luiz Garcia, seu irmão Garcia Neto e seu filho, meu amigo e correligionário, Gilton Garcia.

Numa saudosa e prazerosa reminiscência, permito-me voltar ao passado de minha família, abençoado que fui por ser neto de Lindolfo Collor, primeiro Ministro do Trabalho do Brasil, e de ser filho do Senador Arnon de Mello, ambos com uma biografia de muitas realizações, tanto nos estados do Rio Grande do Sul e de Alagoas, quanto a nível federal, no Congresso Nacional, em várias e profícuas legislaturas.

Compreendo, perfeitamente, as responsabilidades, os desafios e as cobranças que Gilton enfrentou, ao entrar na vida pública.

Na leitura do texto, o leitor, certamente, terá uma retrospectiva de períodos marcantes do desenvolvimento de três estados brasileiros, em uma verdadeira e rica demonstração do sucesso de políticos oriundos da mesma árvore genealógica e de suas ações de governo.

Espero que aprendam, assim, como o Brasil tem avançado, de forma sustentada, rumo ao seu destino de grande potência mundial, fruto do trabalho de inúmeras e sucessivas gerações de homens públicos, de inigualável valor.

# LUIZ GARCIA

*Gazeta de Sergipe*

Diretor geral: Paulo Roberto Dantas Brandão

Diretor: Luiz Antônio Barreto

Editor: Gilvan Manoel

Morreu em Aracaju, às vésperas de completar 91 anos, depois de longa enfermidade, o advogado, professor e político Luiz Garcia, que também exerceu no jornalismo atividades intelectuais, chegando a ocupar, desde a década de 40 uma Cadeira na Academia Sergipana de Letras. De família pobre, com muitos irmãos, Luiz Garcia foi um esforçado estudante, vencendo as dificuldades e conquistando o diploma de bacharel em Direito. Seus irmãos: Antônio Garcia Filho preferiu a Medicina, Carlos Garcia o Direito e José Garcia Neto a Engenharia Civil, Robério, o mais velho, permaneceu na retaguarda da família, ajudando a que os irmãos adquirissem a formação superior, que os projetaria, a todos, na vida sergipana. E de fato toda a família se destacou e a segunda geração segue os mesmos passos, antevendo, já, uma terceira geração aparecendo.

A saga dos Garcia, desde o pequeno Rosário do Catete até os mandatos eletivos, é uma prova de esforço, de superação, incomum em Sergipe. O que tem sido comum é a permanência de milhares de famílias, nas condições adversas, seja na capital, seja no interior, enfrentando a pobreza, a falta de escolas públicas, as dificuldades para uma vida melhor. Havendo, por exemplo, um comparativo das condições da população rosarense, das primei-

ras décadas do século, e se teria, com toda a certeza, o testemunho do esforço da família Garcia em vencer a realidade, e em buscar em outros cenários as melhores opções para a sobrevivência. A vitória da família ativou, em cada um dos seus membros, os talentos, levando-os a conquistas individuais, que Sergipe reconhece e exalta, e que é, sem qualquer dúvida, o maior patrimônio.

Político aos 24 anos, quando foi eleito deputado à Assembleia Constituinte estadual em 1934, Luiz Garcia cumpriria uma longa carreira de mandatos federais, recheada com sua passagem de 1959 a 1962, pelo Governo do Estado. Na Câmara Federal, Luiz Garcia, que representava a União Democrática Nacional – UDN, era um orador vibrante, um parlamentar atento, corajoso em suas posições, como o combate ao divórcio, no embate jurídico e ético com o então deputado Nelson Carneiro. Após o golpe militar de 1964, extintos os partidos criados com a redemocratização de 1945, alinhou-se na ARENA, conquistando mais mandatos, até encerrar a sua participação parlamentar. Na família, Antônio Garcia Filho e Carlos Garcia participaram de eleições em Aracaju, José Garcia Neto fez carreira no Mato Grosso, onde foi governador, e o seu filho Gilton Garcia foi deputado estadual, deputado federal e governador do Amapá.

No governo do estado, eleito em 1958, substituindo Leandro Maciel, seu líder e chefe da UDN, Luiz Garcia deu um toque próprio a administração, com medidas de alcance que ainda hoje repercutem, com a criação do CONDESE – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Sergipe, infelizmente extinto, do IPES – Instituto de Previdência do Estado de Sergipe, lamentavelmente em crise, a Faculdade de Medicina de Sergipe,

incorporada, em 1967, à Universidade Federal de Sergipe, o Centro de Reabilitação, também extinto, e obras de interesse turístico, como a Estação Rodoviária, no centro de Aracaju, hoje abandonado, a nova Estação de Passageiros do Aeroporto Santa Maria, hoje desativada, e o Banco do Fomento do Estado, mais tarde transformado em BANESE, um dos esteios para o desenvolvimento do Estado, que sobrevive bravamente.

Luiz Garcia deu todas as condições para que seu irmão Antônio Garcia Filho e seu cunhado Junor Silveira dotassem Sergipe do Museu de São Cristóvão, dos painéis de Jenner Augusto, no Hotel Palace, no Aeroporto, as exposições de artes plásticas, a publicação de livros e de cadernos de cultura, as premiações, estimulando aos novos autores com suas obras. Luiz Garcia enfrentou, no entanto, fortes críticas, insinuações que atingiram a sua família. Hoje, diluídos os interesses político-partidário, e vistos, com isenção, o seu governo e sua atuação parlamentar, cabe a Luiz Garcia, de plena justiça, um lugar destacado na história de Sergipe, na administração pública e tudo coroando um exemplo familiar de vida. Sergipe deve a Luiz Garcia o tributo do reconhecimento pela sua contribuição ao Estado e ao povo.

Aracaju, 16 de agosto de 2001.

## Luiz Garcia e Leandro Maciel

*Gilton Garcia*<sup>18</sup>

Fixada no tempo, a imagem fotográfica agora reproduzida reflete uma amizade familiar que varou anos a fio. Somente a marcha inexorável do tempo, com suas consequências funestas, separou os dois amigos. Antes da redemocratização do país, já em 1934, Luiz Garcia elegeu-se deputado constituinte. Em 37, com a implantação do Estado Novo, Getúlio Vargas dissolveu o Congresso e fechou as Assembleias Legislativas Estaduais. Já nessa longínqua época, Luiz Garcia era correligionário, como se dizia antigamente para significar “adepto partidário”, do engenheiro Leandro Maciel. Luiz Garcia transmitiu à sua família o afeto, a admiração e o respeito que todos até hoje devotamos a ele.

Leandro era um líder carismático, popular, destemido e extremamente leal aos seus amigos. Foi buscar Luiz Garcia em 1945 para ser candidato a governador. Ainda me lembro, criança, do refrão dos comícios: “De noite e de dia, o povo grita Luiz Garcia”. O entusiasmo da campanha não conseguiu eleger o candidato da UDN, sendo vitorioso José Rollemberg Leite, adversário político honrado e admirado, de quem me aproximei durante o seu segundo governo (70 a 74), como advogado de sua família.

De 1950 a 1958 Luiz Garcia foi, no Congresso Nacional, umas das lideranças mais expressivas e respeitadas da

---

18 Gilton Garcia é advogado, foi deputado federal e deputado estadual, Procurador Geral da Justiça, Secretário de Segurança Pública de Sergipe e ex-governador do Amapá.

oposição. Marcou época na Câmara dos Deputados ao lado de Afonso Arinos, Bilac Pinto, Aliomar Baleeiro, Carlos Lacerda, Juracy Magalhães, Hernani Sátiro, Herbert Levy, Magalhães Pinto, José Sarney, Dinarte Mariz, Irineu Bornhausen e tantos outros. Em 1954, Leandro havia rompido a hegemonia do PSD. Elegeu-se governador e, como engenheiro que era, empreendeu obras marcantes em Sergipe. Diria até que o Leandrismo, e não somente a UDN, triunfara.

Como líder maior da UDN, Leandro tinha opinião respeitada e acatada no partido. Por isso, ao escolher Luiz Garcia como seu sucessor dentre tantos nomes ilustres do partido, comandou a histórica eleição em que Luiz Garcia vencia, numa segunda disputa, José Rollemberg Leite. Duas vezes adversários políticos, no entanto, respeitavam-se, consideravam-se, estimavam-se.

O que pretendo realçar é que Luiz Garcia chegou a governador de Sergipe pelas mãos de Leandro Maciel. E sempre correspondeu a essa confiança, alicerçada numa aliança política e numa indestrutível amizade. Aliás, amizade que remota ao fim do século XIX, através dos seus antepassados pais, o senador Leandro de Siqueira Maciel e Antônio Garcia Sobrinho, ambos do município de Rosário do Catete.

Na ocasião das homenagens prestadas ao meu inesquecível pai na Assembleia Legislativa, recordei uma passagem que agora reproduzo. Luiz Garcia terminava o seu período administrativo, aproximavam-se as eleições e no final de uma tarde chegava ao Palácio de Veraneio (Atalaia) o ex-governador da Bahia, Antônio Balbino. Ele vinha em missão política, estimulado pelo deputado Leite Neto, chefe do PSD.

Propunha Balbino a Luiz Garcia um nome de consenso da UDN, e citava Benjamim Carvalho, Carlito Dantas, Lauro Porto, dentre outros. Eu a tudo assistia, ansioso. Balbino dizia que o PSD aceitaria uma composição com qualquer desses nomes, menos com Leandro, a quem o PSD e o PR respeitavam, mas temiam. Argumentava que a composição facilitava a eleição, inclusive para senador, cargo que Luiz Garcia pleiteava na época.

Com sua educada e diplomática forma de responder a Balbino, disse Luiz Garcia que devia a Leandro a sua investidura como governador e que percebia o desejo dele de retornar ao Palácio Olímpio Campos. Não seria ele que iria frustrar essa expectativa. Balbino, velha raposa política, acrescentou: “Então vão perder os dois, pois estamos infiltrados na UDN e racharemos o Partido”. Luiz Garcia respondeu: “Acompanho Leandro para ganhar ou perder”.

O vaticínio Balbino concretizou-se. Seixas Dória traiu seu passado udenista, e Leandro e Luiz Garcia foram derrotados em 62, o primeiro para governador e o segundo para senador. A grande lição que extraí desse episódio, do qual fui testemunha ocular, é que as eleições são esporádicas, voláteis no tempo. Ficam a coerência, a lealdade, ambas íntegras, intactas.

(Publicado em agosto de 2001, no Cinform, edição 958).

## Luiz Garcia

*Hugo Costa*  
*Jornal da Cidade - opinião*

Luiz Garcia foi o primeiro candidato da oposição a concorrer ao Governo de Sergipe depois da queda da ditadura em 1945. Ele era um brilhante advogado e integrava a União Democrática Nacional, partido que forçou a queda de Getúlio Vargas depois de quinze anos exercendo o poder mediante o golpe de 1937 que instituiu o Estado Novo, outorgando uma nova Constituição.

A UDN surgira fortíssima mas Luiz Garcia recebeu o apoio, ostensivo, do Partido Comunista e isso fez com que os adversários da oligarquia PSD-PR decidissem explorar a tradição católica do povo sergipano com a pecha de inimigo da Igreja e o argumento deu certo. Foi até criada a LEC (Liga Eleitoral Católica) com o exclusivo fim de combater o udenista.

Essa LEC, descrita em termos atuais, era apenas grossa sacanagem feita pelos políticos continuístas que pretendiam a todo custo se manter no poder estadual, mesmo perdendo a direção do país. Foi exatamente o que aconteceu: José Rollemberg Leite, representante oligárquico, venceu a eleição mantendo o seu grupo no Palácio Olímpio Campos dirigindo a política local, durante alguns anos mais.

Somente dois quadriênios depois, o principal líder udenista, Leandro Maciel, conseguiu derrubar a oligarquia PSD-PR, tornando-se governador do Estado. Foi ele

quem lançou Luiz Garcia novamente e o fez seu sucessor. Já então deputado federal, o udenista reprovado pelo eleitorado católico anteriormente exibia agora título de religioso praticante pois era frontalmente contra o projeto do divórcio, que tramitava no Congresso Nacional.

Luiz Garcia foi eleito para governador em campanha memorável e realizou administração exemplar que, ainda hoje, é exaltada. Criou o Banese, o Ipes, a Estação Rodoviária, Hotel Palace de Aracaju, bem como outros marcos que se tornaram históricos. Pacífico por índole, manteve tranquilidade e paz absolutas durante o seu mandato.

Luiz Garcia deixa a memória de um político diplomata e civilizado que soube conviver com todos os partidos e seus respectivos líderes sem jamais hostiliza-los mesmo no auge das retóricas do palanque eleitoral. Essas qualidades elogiáveis foram herdadas pelo seu filho Gilton Garcia, o continuador político dele e que parece disposto a manter aceso o ideal paterno de servir à coletividade, exercendo de forma positiva cargos legislativos e executivos na vida pública.

“O preço da liberdade é a eterna vigilância”, era lema da UDN liderada pelo Brigadeiro Eduardo Gomes.

Luiz Garcia vigiou enquanto viveu.

Aracaju, terça-feira, 14.08.2001.

## Contribuição à OAB/SE

*Inácio Krauss  
Presidente da OAB/SE*

Homens públicos memoráveis como Luiz Garcia são raros. Formado em Direito na Universidade Federal da Bahia (1932), membro da secção sergipana do Instituto dos Advogados do Brasil, engajou-se de forma ativa na luta pela criação da Seccional de Sergipe da Ordem dos Advogados do Brasil. Fundada a OAB/SE (1935), foi o vigésimo sexto inscrito na instituição.

Luiz Garcia, pena afiada e tribuno qualificado para o debate, exerceu a advocacia, com escritórios em Aracaju e no Rio de Janeiro, e ainda atuou como promotor de Justiça, jornalista e professor. Porém, era a política a sua grande paixão. Deputado estadual [1934] e quatro vezes deputado federal (1950, 1954, 1966 e 1970), era um entusiasta da modernização de Sergipe.

Durante séculos, a economia sergipana centrou-se basicamente no campo, com a produção oriunda de fazendas e engenhos. O processo de industrialização iniciou-se em Aracaju a partir do pós-guerra. Até então, Sergipe era um “projeto” de estado em construção. Remontam dessa época as primeiras intervenções urbanísticas surgidas por pressões sociais e pela própria demanda.

Preocupado com o futuro do estado, Luiz Garcia resolveu que havia chegado a hora para voos mais altos. Candidatou-se à sucessão do governador Leandro Maciel,

enfrentando e vencendo, em 1958, um político popular, José Rollemberg Leite. De imediato, traçou um projeto administrativo inovador, com destaque para a criação do Condese (Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe), órgão de planejamento e formação de quadros para a administração pública.

São frutos daquela gestão o Banco de Fomento (hoje Banese), a Energipe (atual Energisa), o Ipes (transformado em Ipesaúde) e as secretarias de Educação e Cultura e de Saúde; além de obras essenciais à época como a Estação Rodoviária (ou Rodoviária Velha, no Centro de Aracaju), o Hotel Palace, o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, o salão de passageiros do Aeroporto Santa Maria, o Museu Histórico de Sergipe, localizado em São Cristóvão, e a Faculdade de Medicina.

Luiz Garcia, homem de inúmeras virtudes, referência como político, advogado, jornalista, intelectual — teve assento na Academia Sergipana de Letras (1942) — e professor que sabia valorizar a cultura sergipana. Um exemplo não somente para os conterrâneos de sua época, mas como espelho para a atualidade, quando a política foi desvirtuada ao ponto de parte expressiva da população a rejeitar, por atribuir-lhe a responsabilidade única por tantas mazelas e desmandos.

Contudo, conforme ensina a História, não há solução fora da política. Que pessoas iluminadas como Luiz Garcia possam servir de inspiração para a verdadeira renovação que a política carece, para o exercício digno da advocacia e do jornalismo e para incentivar a nova geração de professores. Somente assim o seu legado estará completo, como sergipano ilustre, mestre e mentor.

## Depoimento

*J. Bernardo Cabral*<sup>19</sup>

Convivi com Luiz Garcia, com certa regularidade, nos anos 1967 e 1968, quando ambos éramos deputados federais, ele representando o povo de Sergipe e eu o do Amazonas, só que ele vinha precedido de uma respeitável biografia: jornalista, advogado, promotor de justiça, professor universitário, deputado estadual e federal, governador, membro da Academia Sergipana de Letras, além de bom orador.

Estimado pelos colegas da oposição (da qual era eu o vice-líder do então MDB), tivemos um relacionamento muito amigável e respeitoso, que só foi interrompido pelo famigerado Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, que cassou mandatos e suspendeu direitos políticos por 10 anos de muitos parlamentares, em cuja relação figurou o meu próprio nome.

Essa verdadeira diáspora — porque além dos cassados, outros foram exilados, banidos, aposentados compulsoriamente — cedeu lugar ao reencontro, entre mim e Luiz Garcia, no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no período de 1976–1978, então com sede no Rio de Janeiro e na gestão do presidente Raimundo Faoro. E ali estava o antigo colega de parlamento, doutor Luiz Garcia, representante da OAB-SE e eu da OAB-AM.

---

19 J. Bernardo Cabral foi parlamentar e Ministro da Justiça. É advogado.

Nunca mais nos perdemos de vista e, nos desvãos da História, nessa amizade foi incluído o seu filho, Gilton Garcia, também advogado, e que, anos depois, seria presidente da OAB-SE e eu presidente do Conselho Federal da OAB. Ainda nos caminhos imprevisíveis da História, eis que, no ano de 1990, o mesmo Gilton Garcia, assessorando o presidente da República, na área jurídica, é escolhido, pelos seus méritos pessoais, para governador do recém criado estado do Amapá, à época, nomeação do presidente da República. Coincidência ou não, era eu o Ministro da Justiça e, na impossibilidade da presença física do Chefe do Poder Executivo ir empossá-lo no exercício do cargo, compareci eu à solenidade no estado, como seu representante. Estava empossado o advogado Gilton Garcia nas elevadas funções de governador.

Por tudo isso — e obrigado a amputar muitas ocorrências em tão breve depoimento — não posso, não devo e não quero deixar de registrar que as qualidades de Luiz Garcia — sempre o Pai, o Governador — se tornaram presentes no filho Gilton Garcia, também governador, a quem deixou o exemplo de pessoa que jamais foi convida do triste banquete da dilapidação do erário e sem ganâncias, mas ricamente provido de valores espirituais e morais, sem se submeter a pressões de interesses particulares contrariados nem a de grupos insensíveis ao interesse público.

Rio de Janeiro, setembro de 2020.

*José Augusto Vieira*<sup>20</sup>

Lagarto, uma das mais antigas povoações do estado de Sergipe, iniciou seu ciclo de prosperidade econômica após a chegada de um novo grupo de colonos, o que deu origem às fazendas de gado e aos engenhos. Posteriormente, expandiu sua economia através da produção através da agricultura familiar. Nos idos de 1960–1990, despontou com a Colônia Treze, que era considerada a colônia de produtores agrícolas mais bem estruturada e eficiente da região Nordeste — destaque para o cultivo do tabaco, movimentando toda a economia e exportando para as regiões Nordeste, Norte e Estado de Minas Gerais; também com representatividade na citricultura e nas culturas de feijão e mandioca.

Mas consolidou-se economicamente como um município de porte com a criação de gado bovino, famílias bem consolidadas e fortes na pecuária de corte. Destaques para as famílias de Dionísio Machado, Artur “do Gavião”, Martinho Almeida, Rosendo Ribeiro, Dorinha, entre outros.

Por isso, a expectativa das eleições estaduais com a chapa do então partido político UDN constituída por Luiz Garcia, candidato a governador, e pelo então prefeito lagartense Dionísio Machado (período 1955–1958), como vice-governador. Ambos com perfis de “desenvolvimen-

---

20 José Augusto Vieira, empresário presidente do Grupo Maratá.

tistas”, geraram uma grande expectativa de consolidação da cidade de Lagarto como a cidade mais forte, economicamente, do interior do estado.

E assim o foi, aquele período governamental de Luiz Garcia, com grandes destaques na estruturação do estado para o seu processo de desenvolvimento.

Integrou-se a um sistema de planejamento regional capitaneado pela SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a nível regional, mas operando através de um sistema de unidades estaduais, o que estimulou o já Governador Luiz Garcia a criar o CONDESE – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe. O CONDESE foi o grande gerador de uma mão-de-obra técnica, altamente especializada em todas as áreas da economia – agricultura, indústria, eletrificação rural, turismo, previdência pública, etc.

Do CONDESE, presidido pelo governador do estado e integrado por representantes do setor público e do setor privado, gerou-se a necessidade de ter um banco para apoiar esse processo de desenvolvimento, surgindo o então BANFESE – Banco de Fomento Econômico do Estado de Sergipe, atualmente BANESE. O BANESE financiava não somente as atividades privadas de produção agrícola, pecuária, industrial e comercial. Financiava também, como agente repassador do então BNH – Banco Nacional de Habitação, não só as unidades habitacionais, mas também a infraestrutura a cargo do Governo do Estado.

E assim sucederam-se ascriaçõesdo IPES, ENERGIPE, Hotel Palace, Salão de Passageiros do Aeroporto Santa Maria e muitas outras instituições públicas que deram a musculatura necessária ao desenvolvimento estadual,

além da Faculdade de Medicina e do Centro de Reabilitação Ninota Garcia.

Ainda jovem, eu acompanhava o desenrolar da profícua administração do Governador Luiz Garcia pela co-participação do seu vice-governador Dionísio Machado. Nos últimos meses da sua administração, Luiz Garcia renunciou para candidatar-se ao Senado Federal e ficou como governador, por 8 meses, o então vice Dionísio Machado. Que, por ter integrado essa gestão do governo Luiz Garcia, Dionísio Machado foi depois candidato único à prefeitura de Lagarto, apoiado por todos os partidos políticos, reconhecendo o grande trabalho da gestão Luiz Garcia-Dionísio Machado. Posteriormente, Dionísio Machado apoiou a candidatura de Artur Reis “do Gavião”.

A expectativa de sucesso da administração Luiz Garcia, gerada no espírito dos lagartenses como mola propulsora do desenvolvimento do município, correspondeu ao esperado. E fez com que Lagarto se consolidasse como um polo de desenvolvimento estadual.

Parabéns ao meu amigo Gilton Garcia, político e advogado de valor, que organizou e apresenta este livro sobre seu pai Luiz Garcia, inserido em grande relevo na História de Sergipe.

## Testemunho

*José Sarney*<sup>21</sup>

O Amapá é um estado que se faz da soma de brasileiros que se afirmam como amapaenses. Temos lá os maiores contingentes de migração de todo o País. Sua vida política se faz, por isso mesmo, com a participação de paraenses, amazonenses, maranhenses, etc. Gilton Garcia foi governador do Amapá na década de 1990, passando o governo para Aníbal Barcelos, o primeiro governador eleito.

De uma família de políticos de Sergipe, combativa e combatida, Gilton tivera sua carreira cortada pelo regime militar, que o cassara em 1970. Advogado e professor, no Amapá mostrou que tinha capacidade administrativa e que seu caminho natural teria sido o governo de seu estado natal.

Gilton Garcia foi muito importante para a consolidação do estado do Amapá, ajudando a implantar sua infraestrutura.

Esta homenagem aos Três Governadores — Luiz Garcia, Garcia Neto e Gilton Garcia —, seu pai, governador de Sergipe, seu tio, governador de Mato Grosso, e ele, governador do Amapá, mostra a permanente dedicação de uma família à vida política brasileira.

---

21 José Sarney foi parlamentar e presidente da República. É membro da Academia Brasileira de Letras.

Amigo deles todos, correligionários do mesmo partido, venho dar o testemunho das qualidades de homem público que cultivaram, trabalhando por Sergipe, o Brasil e o Amapá.

## Dr. Luiz Garcia

*Dr. Lauro Fontes*

Ainda garoto, na década de sessenta, eu ouvia muito o meu pai falar: “Sergipe tem um grande governador, o Dr. Luiz Garcia, um homem simples e honrado”. Naquela época, eu tive a alegria de presenciar a inauguração da Rodoviária Dr. Luiz Garcia, que aconteceu no dia 31/03/1962.

Mais tarde, já no exercício da minha profissão, tive o privilégio de consultar o Dr. Luiz Garcia pela primeira vez, no dia 31/05/1993, em meu consultório, ele então com 82 anos. A partir desta data, eu passei a ser o seu médico e por muitos anos eu cuidei da sua saúde. Homem simples, como já disse, com uma cultura admirável, educado e assíduo nas suas consultas médicas. Com a sua saúde fragilizada, ele fez a última consulta no meu consultório em julho do ano 2000. Daí por diante, eu passei a visitá-lo no seu domicílio e o fazia semanalmente. Era muito prazeroso conversar com o Dr. Luiz Garcia. O seu astral era contagiante. Antes de iniciar o exame físico, nós conversávamos muito sobre sua vida na política e sobre sua terra natal, Rosário do Catete (SE). Estive presente nos seus últimos dias de vida como seu médico. O Dr. Luiz Garcia fechou os olhos para sempre no dia 11/08/2001 em sua residência, rodeado de toda a sua família!

## Luiz Garcia na Assembleia de Sergipe

*Luciano Bispo*<sup>22</sup>

Vários estudos já cuidaram de demonstrar o quanto foi operosa a gestão de Luiz Garcia como governador do Estado de Sergipe, no período que vai de 1959 a 1963. Revolucionou a política de educação do estado, ao criar a Secretaria da Educação, Cultura e Saúde de Sergipe, articulando os diversos graus e ramos de ensino e conjugando os esforços da União, do Estado e dos Municípios.

Em pouco tempo, a gestão de Luiz Garcia demonstrou eficiência e racionalidade técnica e administrativa. Além da já citada instalação da Secretaria da Educação, Cultura e Saúde, em 1960, o Governo Luiz Garcia instalou, em 20 de maio de 1961, a Faculdade de Medicina de Sergipe. Ao final do seu governo, contabilizou a construção de 13 grupos escolares e oito ginásios na capital e no interior.

A lista de realizações é infindável. Poderiam aqui ser citadas a construção da Estação Rodoviária Governador Luiz Garcia, na capital do estado, do Hotel Palace de Aracaju, instalação do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado – Condese (a Secretaria de Planejamento que até então inexistia).

No discurso e na ação, Luiz Garcia marcou a vida pública em Sergipe por ideias de desenvolvimento inovadoras. E não foi apenas como governador. Nos seus mandatos

---

<sup>22</sup> Economista, político, ex-prefeito do município de Itabaiana, deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe.

como deputado federal ele sempre teve ideias que buscavam modificar a realidade de Sergipe e do Brasil.

Do mesmo modo, atuou na sua vida profissional, como advogado, Promotor Público, professor da Escola Técnica de Comércio e da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe. E também presidente da Companhia de Transportes Coletivos da Guanabara. Na condição de intelectual, foi membro da Academia Sergipana de Letras, da Associação Sergipana de Imprensa, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Conselho Diretor da Universidade Federal de Sergipe e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

O seu primeiro mandato parlamentar foi na condição de ocupante de uma cadeira no parlamento sergipano, entre os anos de 1935 e 1937, como deputado estadual constituinte. Presidida por Pedro Diniz Gonçalves, a Assembleia teve Luiz Garcia como Segundo Secretário e Manoel de Carvalho Barroso como Primeiro Secretário.

As cadeiras da Assembleia Constituinte foram ocupadas pelos deputados Orlando Ribeiro, Pedro Amado, Leite Netto, Nelson Garcez, Manoel Nobre, Gentil Tavares, Lacerda Filho, Nyceu Dantas, Carvalho Netto, José Sebrão, Manoel Rollemberg, Adroaldo Campos, Barretto Filho, Octávio Aragão, Miguel Barbosa, Arnaldo Garcez, Quintina Diniz, Othoniel Doria, Alfredo Leite, José Ribeiro, Luiz Simões, Rodrigues Doria, Carlos Correia, Esperidião Noronha, Theophilo Barreto e Moacyr Sobral, além dos três membros da Mesa Diretora já citados.

Na composição daquela Assembleia Constituinte havia uma novidade importante. Pela primeira vez uma mulher

havia conquistado um mandato de deputada em Sergipe. A professora Quintina Diniz. A mulher brasileira conquistou o direito de votar e ser votada com o Código Eleitoral de 24 de fevereiro de 1932. O Decreto 21.076 que continha o Código, além de aprovar o direito de voto para as mulheres em todo o território nacional, também estabeleceu o voto secreto e criou a Justiça Eleitoral.

A atuação de Luiz Garcia como deputado constituinte fez com que ele angariasse o respeito dos colegas e, ademais da responsabilidade de Segundo Secretário, fosse escolhido para outros papéis de relevância no processo que objetivava elaborar a nova Carta Constitucional sergipana.

Na sessão do dia 22 de abril, Luiz Garcia teve o seu nome sufragado por 15 dos seus pares, a fim de integrar a Comissão Elaboradora do Projeto Constitucional. Além dele, foram escolhidos para a Comissão os deputados Rodrigues Dória, Barreto Filho, José Ribeiro, Miguel Barbosa, Orlando Ribeiro e a deputada Quintina Diniz.

Nesta Comissão, Luiz Garcia foi designado para funcionar como relator dos artigos que tratavam do Poder Judiciário e Órgãos Auxiliares, em face da sua reconhecida especialização nessa área de estudos do Direito. O parecer que apresentou acerca da matéria foi muito elogiado pelos seus pares, contemplando uma posição inovadora no que dizia respeito, à época, a um dos mais importantes dentre os poderes do estado. A importância do Parecer impõe a sua transcrição, ao menos em parte.

Cabendo-me, por distribuição, estudar e relatar os Capítulos IV e V — respectivamente — do Poder Judiciário e dos Órgãos Auxiliares — do Anteprojeto da Constituição

do Estado, apresentado à Comissão pelo deputado Barretto Filho, venho desobrigar-me desta tarefa.

Devo dizer, Sr. Presidente, que depois de acurado exame, feito à luz dos princípios constitucionais do Direito, cheguei à conclusão de que esta importante parte que me coube estudar está em suas linhas gerais digna de aceitação desta Comissão. Dentro dos moldes e princípios traçados pela Constituição Federal, procura atender quanto possível às necessidades e possibilidades do nosso Estado.

Todavia, sugiro à Comissão as alterações que me parecem precisas, de acordo com as justificações que as acompanham.

Assim, na Seção I do Capítulo IV:

I – Omitir-se, no art. 67, letra b, a amovibilidade dos juízes, por remoção a pedido. Se bem que se possa subentende-la, nada perde, contudo, a lei em ser clara, como o fez a Constituição Federal, tratando do assunto, em seu art. 64, letra b.

Deste modo, penso que assim deve ficar redigida a letra b do art. 67, referido:

b) inamovibilidade, salvo remoção a pedido, ou em consequência de promoção aceita, ou em virtude de decisão da Corte de Apelação tomada por dois terços dos seus juízes efetivos, como medida administrativa.

II – Acrescente-se ao art. 67 o seguinte:

Parágrafo Único. A lei poderá criar juízes com investidura limitada a certo tempo e competência para julgamento das causas de pequeno valor, preparo das excedentes de sua alçada e substituição dos juízes vitalícios, os quais, uma vez reconduzidos em seus cargos com audiência da Corte de Apelação, só poderão ser demitidos por sentença judiciária ou em virtude de processo administrativo em que lhes seja assegurada ampla defesa.

É uma faculdade que nos é dada pela Constituição Federal, no art. 104, parágrafo 7º, e que deve ser, de logo, expressa na Constituição do Estado.

Principalmente, por se assegurar a estes juízes, após o trem de sua investidura e se lograrem recondução, a estabilidade de que carecem os membros da Justiça. Essa estabilidade é uma necessidade. Não compreendo Justiça sem garantias aos que a distribuem. Dar-se-á a esses juízes, depois de certo tempo em que porão à prova a sua integridade moral e a dedicação ao trabalho, a segurança de que poderão viver independentemente, fora de ambiente político, de que, sem essa estabilidade, sempre haveriam de precisar para a renovação da sua investidura.

O parágrafo acima está mesmo dentro do espírito da Constituição Federal, a qual procura cercar das maiores garantias a magistratura e só por exceção permite que os Estados possam ter determinados juízes com vitaliciedade temporária. E quanto maior garantia de independência se lhes der, mais de acordo se estará com o espírito da mesma.

Aliás, em abono desta minha maneira de pensar, tive o prazer de ler nos Anteprojetos da Constituição de Minas Gerais e de Pernambuco a concessão das garantias de vitaliciedade e inamovibilidade a esses juízes, após recondução, e, no Anteprojeto da Paraíba, todas as concedidas aos juízes de Direito, após dez anos de exercício no cargo.

## **Na Seção II**

III – O art. 73 permite a possibilidade de se elevar o número de membros da Corte de Apelação até o máximo de dez.

Penso que jamais haverá trabalho que justifique o assento de dez juízes na Corte de Apelação. O nosso movimento judiciário não é nem poderá ser tão grande. Dê-se a possibilidade de aumento, mas para um número menor. Proponho, por exemplo, que este máximo seja 7. Nunca se haverá de precisar de número maior.

IV – Que fique assim redigido o art. 74:

Os membros da Corte de Apelação serão nomeados pelo Governador do Estado, com aprovação do Senado, obedecendo aos seguintes princípios:

a) Um quinto escolhido entre os advogados e membros do Ministério Público, de reconhecido saber jurídico e ilibada probidade, com dez anos, pelo menos, de prática de foro, e que não tenham os primeiros menos de 35 anos nem mais de 50;

b) Os demais, dentre os juízes de Direito do Estado, com dez anos, pelos menos, de prática forense.

Parágrafo Único. Para o preenchimento de vaga, organizará a Corte de Apelação uma lista tríplice, por escrutínio secreto, mediante habilitação dos interessados, obedecendo-se ao disposto no art. 79 se a vaga tiver de ser preenchida por um juiz.

É importante comentar aqui uma questão que somente seria pacificada na legislação brasileira após a vigência da Constituição de 1988: a dos Juizados Especiais de Pequenas Causas. A sensibilidade social do deputado Luiz Garcia, contudo, foi capaz de propor na Constituição de 1935 a criação de juízes especiais com a mesma finalidade.

Vale, portanto, observar outras questões que o citado parecer cuida ao discutir a necessidade de juízes voltados a pequenas causas, como o das garantias necessárias ao exercício da magistratura com autonomia e independência. E ainda o zelo para evitar o crescimento exagerado das instituições de Estado.

O parecer é longo e prossegue fazendo a discussão de várias outras questões atinente a organização do Poder Judiciário Estadual naquele período, além dos, à época, chamados Órgãos Auxiliares. Luiz Garcia faz uma análise completa e profunda dos problemas. A leitura do texto completo do parecer é possível, posto que o documento está guardado nos arquivos da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe e foi publicado no Diário da Assembleia Constituinte de 1935. Neste texto foram consultadas edi-

ções que remetem ao período compreendido entre os dias sete de abril a sete de maio de 1935.

Não obstante as suas responsabilidades crescentes na Assembleia Constituinte, o deputado Luiz Garcia sempre encontrava caminhos que lhe permitiam fazer registros de gratidão e respeito aos seus amigos e à memória daqueles companheiros queridos que desapareciam. Assim aconteceu na sessão do dia 29 de abril de 1935, quando fez o necrológio e requereu a inserção em ata de um voto de pesar em memória do jornalista Mecenaz do Prado Pinto Peixoto, ex-deputado estadual por várias legislaturas e suplente de deputado à Constituinte do Estado.

É possível afirmar que o parlamento estadual sergipano foi um importante espaço público no qual o jovem advogado Luiz Garcia aperfeiçoou suas ideias democráticas e a defesa do Estado de Direito. Onde cultivou os seus ideais de racionalidade técnica aplicada à gestão pública e onde maturou para a vida e para a História um dos mais importantes dentre os homens públicos sergipanos que marcaram o século XX.

## O Centenário de Luiz Garcia

*Luiz Antônio Barreto*<sup>23</sup>

Afastado da política, deixou aflorar o intelectual nas sessões da Academia Sergipana de Letras, ilustrando o sodalício com sua palavra fácil, suas observações produzidas pela longa experiência, no Estado e fora dele, sendo, por isto mesmo, uma das mais respeitadas e admiradas presenças nas reuniões das segundas-feiras, presididas pelo irmão e grande colaborador do seu governo Antônio Garcia Filho.

Homem de boa formação moral, sem bens além daqueles compatíveis com os seus ganhos, Luiz Garcia teve sua imagem afetada, mas não guardou ressentimentos, continuando na política, reconquistando mandatos federais, dando o exemplo de sua postura e seus compromissos, que servem hoje de exemplo às novas gerações.

Ao morrer, com 91 anos incompletos, era uma homem de vida modesta, com a consciência de quem prestou relevantes serviços ao Estado e ao povo sergipano, como um dos responsáveis diretos pela saga de uma família simples, do interior de Sergipe, que venceu o meio, as dificuldades e as incompreensões, campanhas e tudo o mais que a atividade política oferece.

---

23 Luiz Antônio Barreto, jornalista, escritor, historiador, é imortal da Academia Sergipana de Letras.

## Luiz Garcia, um homem com uma visão para além do seu tempo!

*Luiz Augusto Carvalho Ribeiro*<sup>24</sup>

Na condição de presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, é motivo de honra institucional poder falar sobre Luiz Garcia, um homem público cujas obras e histórico de vida funcional envaidecem os sergipanos e engrandecem as instituições públicas do estado de Sergipe. Ter a oportunidade de poder falar de Luiz Garcia, sergipano de Rosário do Catete, cuja militância política é lembrada pela classe política que o sucedeu, também é motivo de honra pessoal, eis que sou filho de um homem público que fez da própria vida instrumento de transformação da realidade de vidas alheias, com quem Luiz Garcia mantinha vínculos pessoais e políticos, e quis o destino que um filho meu escolhesse trilhar o caminho político do seu avô, circunstâncias essas que reforçam a minha satisfação com o convite para relatar a minha percepção sobre a biografia de um sergipano que enxergou para além do seu tempo, que não se inibiu ou esmoreceu com os óbices que se apresentavam.

As obras públicas que tiveram a marca indelével de Luiz Garcia, em sua passagem como governador do estado de Sergipe, retratam a trajetória política e administrativa de um agente público que muito contribuiu para o

---

<sup>24</sup> Luiz Augusto Carvalho Ribeiro foi parlamentar estadual e é presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

fortalecimento do estado de Sergipe, nordestino que desempenhou com esmero a honrosa função de deputado federal, por quatro mandatos que ficaram marcados pela defesa dos ideais catolicistas, abraçando causas que, ao tempo em que contribuíam para minimizar os drásticos efeitos que decorrem do déficit habitacional brasileiro — ao defender o estabelecimento de limite para a incidência de juros e correção monetária para aquisição ou construção de casa própria pelo Sistema Financeiro da Habitação — impulsionavam o crescimento de Sergipe, notadamente no campo da construção civil, com reflexos diretos no comércio local.

A formação jurídica e a dedicação às atividades jornalística, acadêmica e política foram relevantemente contributivas para o processo de legitimação da liderança política no meio em que se encontrava inserido, fatores que lhe permitiam enxergar as crises institucionais, políticas e econômicas como janelas de oportunidades, superando-as com efetivo trabalho, buscando usar a capacidade intelectual como instrumento de transformação social, pautando o desempenho das funções institucionais pelos trilhos da ética, da probidade, com o olhar sempre fincado no interesse público, honrando a confiança dos cidadãos mantenedores da máquina pública estatal, credibilidade social que se tornou a sua mais importante credencial para a liderança dos debates aos quais era instado a participar.

Hoje, em meio ao clamor por uma intervenção mínima do estado, olho para trás e vejo o quanto homens como Luiz Garcia contribuíram para o crescimento do Estado brasileiro, formulando o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (Condese), criando o Banco de

Fomento (atual Banese), a Energipe, o Ipes, a Estação Rodoviária, o Salão de Passageiros do Aeroporto de Santa Maria, o Museu Histórico de Sergipe em São Cristóvão, a Faculdade de Medicina, feitos cuja relevância e utilidade me possibilitam concluir que Luiz Garcia foi, de fato, um homem com uma visão para além do seu tempo!

Aracaju-SE, 07 de outubro de 2020.

*Manoel Pascoal Nabuco D'Ávila*<sup>25</sup>

Pascoal Nabuco, advogado, Promotor, Procurador Geral e, finalmente, Desembargador, assim se expressou no artigo intitulado “Uma Justa Homenagem”, publicado no Jornal da Cidade em 25/07/2010:

“O Ministério Público de Sergipe, através de seu órgão maior — o Colégio de Procuradores de Justiça — e à unanimidade de seus membros, acaba de prestar uma justa homenagem ao insigne homem público sergipano e antigo Promotor de Justiça, denominado o Prédio de sua nova sede de ‘Ed. Governador Luiz Garcia’”.

Foi em Estância que Luiz Garcia se revelou um Promotor sério e dedicado à distribuição da Justiça, junto ao velho e querido magistrado Vicente Barreira de Alencar, além de participar ao lado de Jorge Amado e de seus amigos estanciamos, mais tarde personagens de seus romances, João Nascimento, José Rodrigues Nascimentos, Osmar Farias, Diógenes Costa, do movimento cultural que transformou a cidade, nos anos 30, um centro de cultura importante no estado.

O estado ficou, por muitos anos, a lhe dever o reconhecimento, não só como democrata, mas, sobretudo, pelo

---

25 Manoel Pascoal Nabuco D'Ávila foi procurador geral do Ministério Público de Sergipe e desembargador presidente do Tribunal de Justiça.

seu notável governo, sem sombra de dúvidas, um dos mais operosos e realizadores de nossa história política.

## Homenagem a Luiz Garcia

*Marco Maciel*<sup>26</sup>

A ação do político tem dignidade própria. Ao desempenhar de forma transparente e dedicada as inúmeras funções públicas, Luiz Garcia marcou a história política de seu estado de Sergipe com o reconhecimento de seus concidadãos.

A política não deve ser entendida como um fim em si mesmo; não pode tampouco ser vista como instrumento de conservação; antes, cabe exercê-la como forma de promover as transformações reclamadas pela sociedade para construir uma nação justa e democrática. Muitos ingressam na política, outros a ela são levados pelas circunstâncias. O verdadeiro homem público não se faz, nasce. Nessa condição se exercita em cada momento de sua existência. É um dom mais do que uma profissão. É ação missionária. É servir e não servir-se. É, enfim, assumir ônus e desprezar bônus; dedicar-se, integralmente à causa abraçada. Impõe também, como em sua sabedoria ensinava Tancredo Neves, praticar cotidianamente a virtude da paciência. Acreditar na força das ideias e na firmeza das convicções e, quando possível, compatibilizá-las como o fez o saudoso Governador Luiz Garcia.

A vocação — ou melhor, a devoção — de Luiz Garcia pela vida pública cedo se revelou, como geralmente ocorre com os agraciados com o dom da entrega ao bem comum.

---

<sup>26</sup> Marco Maciel foi parlamentar, governador do estado de Pernambuco, Ministro da Educação e vice-presidente da República. É membro da Academia Brasileira de Letras.

Ainda estudante na Faculdade de Direito da Bahia, ele já se dedicava à Promotoria Pública em Estância no seu Sergipe. Logo após de diplomado, passou a advogar e aos vinte e quatro anos elegeu-se deputado estadual em 1934.

Com sua predestinação intelectual, tornou-se jornalista e a seguir foi diretor do jornal *Correio de Aracaju*. Com trinta e dois anos, passou a integrar a Academia Sergipana de Letras e, como professor de Direito do Trabalho, fundou com outros a Faculdade de Direito de Sergipe. Deputado federal em quatro legislaturas, entre 1951 e 1975, exerceu os mandatos com competência e honradez. Seu companheiro na Câmara dos Deputados, na década de setenta, recordo-me dele sempre ativo e presente nas grandes causas da época, projetando Sergipe e o Nordeste.

A eleição para governador do estado foi o coroamento de uma vida de serviços prestados à terra e ao Brasil. No governo, demonstrou especial atenção à industrialização do estado e do Nordeste, através da Sudene. Incentivou o re-equipamento das indústrias têxtil e açucareira, e a instalação de fábricas de fertilizantes e de cimento. Instituiu o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe – CONDESE, com estrutura voltada à formação e capacitação de servidores públicos, antecipando-se ao que dispôs a Constituição de 1988 a respeito de escolas de governo.

Sua participação na fundação da Faculdade de Medicina é outro importante passo rumo à criação da Universidade Federal de Sergipe, de acordo com as aspirações da comunidade local. Suas ações no tocante à educação continuam fundamentais e urgentes para o desenvolvimento nordestino, ao lado da agricultura e do

transporte e, no campo social, na defesa do meio ambiente e dos direitos humanos.

Elogiável o gesto da família do Governador Luiz Garcia — à frente Gilton Garcia, que, como o pai, é ex-deputado à Assembleia Legislativa de Sergipe, ex-deputado federal, membro da Academia Sergipana de Letras e foi governador do Amapá — por editar tão oportuna obra, pois como lembrou o historiador italiano Carlo Levi, “o futuro tem coração antigo”.

No Brasil, somente agora se procura com ênfase destacar vultos que enriqueceram nossa história, essencial para conhecer o passado e definir a identidade nacional. Impõe-se, assim, resgatar o passado — o passado que fica do que passou. Dessa forma se ilumina a memória de um dos mais ilustres filhos que Sergipe ofereceu ao país e a suas instituições, pois, como afirmou Rui Barbosa, “*a Pátria não é ninguém: são todos*”.

*Deputada Maria Mendonça*<sup>27</sup>

Antes de entrar na convalescência, em virtude dos sucessivos problemas de saúde, não dispensava o convívio com a nata da intelectualidade sergipana, da qual fazia parte, se reunindo quase todas as tardes na Academia Sergipana de Letras, ao lado de bons companheiros, com os quais trocava algumas prosas e ricos conhecimentos.

Neste instante, abraçamos a todos os seus colegas de Academia, através do atual presidente daquele sodalício, o Dr. Anderson do Nascimento, que foi para nós portador imediato do infausto passamento deste ilustre imortal.

Era no seio familiar amado pela querida esposa D. Emília, de saudosa memória e laureado como um verdadeiro ídolo pelos seus filhos, noras, irmãos e netos.

Abro aqui um espaço especial para pedir licença e permissão, Sr. Presidente, aos prezados colegas de Parlamento, aos quais honradamente represento. Como amiga há décadas, neste momento de dor, quero também em nome do meu pai, Chico de Miguel, abraçar e tentar consolar o meu amigo, Dr. Gilton Garcia, os seus irmãos, a sua esposa, seus filhos, seus netos e os demais familiares. Sei que a dor da perda é muito grande. Posso avaliar que a partir de agora, a ausência deste ente querido se transformará em profunda saudade.

---

27 Maria Mendonça é parlamentar e herdeira política do líder Chico de Miguel.

É certo que a carne morre: mas, pelas ações do homem extremamente cristão, alimentamos a esperança de que a essência da sua alma já esteja confortável, assentada ao lado de Deus, certamente também, na boa companhia de sua inesquecível amada, D. Emília.

Saiba, amigo Gilton e demais familiares, que este singular patriarca, que ora parte do nosso convívio, deixa um legado de dignidade e uma obra grandiosa em prol do nosso estado, com relevo alcance e benefício para todo povo sergipano.

O Dr. Luiz Garcia mostrou em vida que é possível se exercer na política tão somente visando aos interesses da coletividade; que acima de tudo, um homem independentemente de cargos, títulos e diplomas, pode ser honesto, humilde e leal.

Hoje, Dr. Luiz Garcia, sua voz silenciou, mas seus exemplos, por certo, continuarão ecoando em nosso mundo. Sergipe perde um dos grandes expoentes do seu desenvolvimento.

## **Luiz Garcia** **(14/10/1910 - 11/08/2001)**

*Osório de Araújo Ramos Filho*

Quem passa pelo coração de Aracaju talvez não perceba que o nome da chamada Rodoviária Velha é, na verdade, Terminal Rodoviário Governador Luiz Garcia. O nome pode até não ser conhecido pelas novas gerações, mas o legado deixado por este homem ainda está entre nós. Com quatro mandatos de deputado federal e um como governador de Sergipe, foi Luiz Garcia quem criou o então Banco de Fomento de Sergipe, atual Banese; a Energipe, que após privatização passou a ser Energisa; o Instituto de Previdência de Sergipe, o Ipes; as Secretarias de Educação, Cultura e Saúde; o Hotel Palace, entre outras instituições e obras tão importantes para nosso estado.

Luiz Garcia nasceu em Rosário do Catete, em 14 de outubro de 1910. Filho de Antônio Garcia Sobrinho e de Antônia Garcia, formou-se em Direito, em 1932, pela Universidade Federal da Bahia. Exerceu a advocacia em Aracaju e no Rio de Janeiro; ao mesmo tempo em que desenvolvia atividades jornalísticas, intelectuais e políticas. Com apenas dois anos de formado foi eleito, em outubro de 1934, deputado estadual em Sergipe. Tomou posse em maio de 1935, colaborando para elaboração da Constituição de Sergipe. Manteve-se no cargo até 10 de novembro de 1937, quando houve o fechamento do Legislativo pelo Estado Novo.

Isso não o impediu de dar continuidade à carreira política. Exerceu o cargo de deputado federal por duas legislaturas: 1951–1955, 1955–1959. Deixou o Congresso para assumir o cargo de Governador de Sergipe, de 31 de janeiro de 1959 a 6 de julho de 1962, sucedendo Leandro Maciel. Nesse período, além das já citadas obras, também foi o responsável pela construção do Centro de Reabilitação Ninota Garcia e do salão de passageiros do Aeroporto de Santa Maria; pela criação da Faculdade de Medicina de Sergipe; e, do Museu Histórico de Sergipe, em São Cristóvão, instalado no prédio do antigo Palácio Provincial.

Após deixar o governo do estado, deu continuidade à carreira política, voltando a assumir o cargo de deputado federal entre 1967–1971, 1971–1975 e de 1979–1983 (1º Suplente). Também foi Promotor de Justiça e integrante da Academia Sergipana de Letras, onde assumiu a cadeira de número 37, cujo patrono é José Joaquim de Oliveira. Atualmente, a cadeira é ocupada por um dos seus quatro filhos, o ilustre advogado Gilton Garcia. Além disso, foi um dos professores fundadores da Faculdade Direito de Sergipe. Luiz Garcia faleceu no dia 11 de agosto de 2001, em Aracaju, aos 91 anos.

As nove décadas passadas neste plano foram suficientes para que Luiz Garcia deixasse sua marca em Sergipe. Marca esta de homem comprometido com o bem público, cumpridor das leis e que ainda hoje serve de exemplo para os que pretendem seguir uma carreira política. Creio que não por acaso, ele faleceu justamente quando comemorado o Dia do Advogado. Como um dos fundadores do curso de Direito em Sergipe, contribuiu para a formação não só de brilhantes advogados, mas também inúmeros profissionais do ramo da Justiça.

Dele guardo ainda a lembrança de um saudoso momento, quando no início do ano de 1962, presidiu a solenidade de posse do meu saudoso genitor, Osório de Araújo Ramos, como Juiz de Direito titular na Comarca de Lagarto, promovido que fora pelo critério de merecimento, da Comarca de Riachão do Dantas. A posse aconteceu na sede da Prefeitura Municipal de Lagarto. Detentor do dom da oratória, o então governador do estado ressaltou com inteligência e cultura a importância do especial evento.

Dr. Luiz Garcia, professor, jurista, político, intelectual, administrador público destacado, é, sem sombra de dúvida, um dos mais destacados homens públicos do estado de Sergipe, em todas as épocas, exemplo a ser seguido pelas jovens gerações.

## Governador Luiz Garcia

*Pires Wynne*<sup>28</sup>

No governo, Leandro Maciel, realizando a sua administração proveitosa e dinâmica, não se abria relativamente a questão sucessória, mas tudo parecia favorável a Valter do Prado Franco, havendo razões para a candidatura deste, velho companheiro e bolsa sempre aberta para as campanhas.

Logo após a morte ocorreria, no dia 16 de agosto de 1958, um começo de inquietação, e assim, também, querendo, julgando-se merecedor da indicação do seu nome — Pedro Dias Gonçalves Filho, outro companheiro, sempre leal e desprendido nas atitudes, agora, às vezes, sorrindo, confidenciava, dando a entender aos mais chagados que as coisas corriam bem.

Heribaldo Dantas Vieira, outro velho companheiro vindo dos primeiros tempos, ex-deputado federal e manejador previdente e perspicaz à frente da Secretaria da Justiça, discreto, sempre ativo, de olhos voltados para a sucessão.

Não abriria mão, tão certo estava nos seus rumos e na boa acolhida por parte dos chefes do interior.

A luta foi grande.

Nas primeiras caminhadas, já bem perto do pleito, ao se sentir preterido, alijado, se rebelara, mas, afinal, con-

---

28 J. Pires Wynne foi escritor, historiador e poeta.

seguira a senatoria, não sem muito custo e sem acomodação segura, pois o que esperava era a governança.

O Dr. Carlos Firpo, vítima de atentado criminoso (25 de maio de 1958) no próprio lar, antes, agitando-se e tramando, também namorava as posições, e segundo se dizia, à boca pequena, seria o vice na chapa de Heribaldo.

Pedro Diniz Gonçalves Filho (Pedrinho) egresso da Escola de Engenharia (Bahia), contemporâneo de Leandro Maciel na mesma escola, amigo, desde então, velho companheiro, logo após, trabalhando pelas esperanças um tanto frustradas, não resistiria.

O terreno estava limpo, e se firmava assim a candidatura de Luiz Garcia, boa candidatura, sem motivos de reação dentro do Partido, e pela vida morigerada do candidato, homem bom e modesto, ilustre e relacionado, capaz de resistências, mas também de conciliações, uma figura geralmente bem vista.

Em 1958, Luiz Garcia foi eleito governador de Sergipe, escolhido pelo seu amigo e correligionário Leandro Maciel para ser seu sucessor.



tiragem	<i>650 exemplares</i>
fonte	<i>cambay 8, 11, 12pt</i>
	<i>advent 15pt</i>
papel	<i>off-set 75g/m<sup>2</sup> (miolo)</i>
	<i>supremo 250g/m<sup>2</sup> (capa)</i>



